



**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**

**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS  
Campus I – Prédio B3, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS  
Fone (54) 3316-8341 – Fax (54) 3316-8330 – E-mail: mestradoletras@upf.br

---

SANDRA ROBERTA CATTO TOMBINI

**O DISCURSO CPERS/SINDICATO: UM ESTUDO DA  
DESIGNAÇÃO PELO “NOVO JEITO DE GOVERNAR” DE  
YEDA CRUSIUS**

**Passo Fundo**

**2010**

SANDRA ROBERTA CATTO TOMBINI

**O DISCURSO CPERS/SINDICATO: UM ESTUDO DA  
DESIGNAÇÃO PELO “NOVO JEITO DE GOVERNAR” DE  
YEDA CRUSIUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr. Carme Regina Schons.

Passo Fundo

2010

## **Agradecimentos**

À professora Carme Regina Schons, porque apostou em mim, incentivando-me à pesquisa e, mesmo diante de desafios, apostou incansavelmente neste trabalho e possibilitou que minhas intuições se transformassem em realidade.

À professora Elisane Cayser, que acreditou nos meus sonhos, apostando em mim e incentivando-me à pesquisa.

Às professoras Ercília e Ângela, pelas significativas contribuições no desenvolvimento desta dissertação.

À professora Telisa, pelas contribuições enquanto professora ao longo da graduação e especialização e pela contribuição na banca de apresentação deste trabalho.

Ao meu esposo Douglas, pelo incentivo, pela paciência, amor e amizade.

Às minhas famílias, pelo incentivo e pelo apoio incondicional.

À Lisa, minha amiguinha, que acompanhou todas as minhas angústias sem hesitar

À minha turma de amigos, pelo apoio emocional e por acompanharem todas minhas angústias.

À equipe diretiva e às colegas do Patronato Santo Antônio, pela compreensão e amizade.

Aos alunos, pela paciência e amizade.

Aos meus amigos e colegas Rafael, Fernanda, Sílvia e Aline, pelo apoio teórico e emocional.

Às colegas de mestrado, pelas oportunidades de troca e de crescimento.

A todos os colegas professores, funcionários públicos, que não desistem diante dos percalços que a educação nos impõe, lutando por uma educação de qualidade e pelos direitos da categoria.

Aos sujeitos da aprendizagem, os alunos, pois são eles que fazem com que nosso discurso produza sentido.

À UPF, pelo apoio financeiro.

E àquele que, espiritualmente, permitiu que tudo acontecesse.

“Foi há muito tempo, mas descobri que não é verdade o que dizem a respeito do passado, essa história de que podemos enterrá-lo. Porque de um jeito ou de outro, ele sempre consegue escapar.”

Khaled Hosseini

## RESUMO

Buscamos, neste texto, analisar como o Cpers/Sindicato designa o governo, a educação e o professor do Estado do Rio Grande do Sul e que efeitos de sentidos são produzidos com seu posicionamento. Este movimento luta pelos direitos dos professores e por uma educação de qualidade, inscrevendo-se em um discurso contrário ao governo a partir de uma materialidade linguística que mexe com as opiniões não só do magistério que o compõe, mas de toda a sociedade. O estudo tem como sustentação a teoria da Análise do Discurso, com precursor pechetiano, tal como vem sendo trabalhada no Brasil, já que esta teoria se dedica ao estudo do próprio “discurso” e é fundamentada no político, trabalhando na fronteira da linguística, da história e da psicanálise. Analisa-se também se a posição-sujeito sindical fala em nome de um coletivo, apresentando-se como porta-voz, ou se funciona como articulador. Os conceitos são aplicados a um *corpus* discursivo extraído de textos veiculados no jornal sindical *Sineta*, relacionando os recortes discursivos à teoria. O estudo conclui que o Cpers se inscreve numa FD sindical, perpassado pela voz de quem não quer ser oprimido. Ao designar governo, professor e educação, leva a que ressoem em seu discurso outras vozes, que carregam consigo discursos já proferidos dentro de uma FD sindical. Estabelece o papel de porta-voz entre os membros do sindicato e Estado, falando e defendendo os interesses de um coletivo.

**Palavras-chave:** Discurso. Tomada de posição. Posição-sujeito. Cpers/Sindicato. Designações. Porta-voz.

## ABSTRACT

Our main purpose with the writing of this text is to analyze how the CPERS (a union) designates the government, the educational system and the teachers of the state of Rio Grande do Sul, as well as the effects of meaning produced by these designations. This union fights for the rights of teachers and for quality education, and its discourse shows an ideology which is contrary to the government, fact that can be realized because of the linguistic materiality that affects the views not only of the teachers who are members of the union, but of the whole society. This study is based on the Discourse Analysis (DA) theory, which has its basis in France and has been widely developed in Brazil. The DA theory is dedicated to the study of the discourse itself within a political perspective, incorporating elements of history, psychoanalysis and linguistics. We also analyze in this study whether the union subject position represents a group of people, as some sort of spokesperson, or whether it operates as an articulator between the CPERS and the government. The concepts of the DA theory are applied to a *corpus* extracted from the union newspaper *Sineta*. As a result, we have observed that the CPERS belongs to a union Discursive Formation (DF), being permeated by the voices of those who do not want to be oppressed. By designating the government, the teachers and the educational system, the newspaper brings other voices that carry meanings uttered in a union DF. Therefore, the newspaper has the role of link between the members of the union and the state, representing and defending the interests of the former.

**Key words: discourse; subject position; CPERS/union; designations; spokesperson.**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>1. O DISCURSO DO CPERS/SINDICATO: O OBJETO DE INVESTIGAÇÃO...11</b>	
1.1 Do objeto de investigação à metodologia de análise .....	11
1.2 O acontecimento .....	14
1.3 As condições de produção do discurso .....	23
1.3.1 A história do Cpers/Sindicato.....	24
1.3.2 A voz do sindicato: o jornal <i>Sineta</i> .....	26
1.3.3 A voz do governo: a mídia de referência .....	41
<b>2. CPERS E O GOVERNO: A LUTA DE CLASSES E OS APARELHOS.....</b>	<b>49</b>
2.1 Análise do Discurso: um terreno de estudos no Brasil .....	50
2.1.1 A ideologia por e para sujeitos .....	57
2.1.2 Gestos de interpretação .....	65
<b>3. A PRÁTICA DO SUJEITO NO DISCURSO .....</b>	<b>69</b>
3.1 Modos de subjetivação .....	70
3.2 O processo de designação e silenciamentos .....	77
3.2.1 Análise do processo de designação .....	81
3.2.1.1 Designação de governo.....	82
3.2.1.2 Designação de educação.....	93
3.2.1.3 Designação de professores.....	98
3.3 O porta-voz e o articulador.....	101
3.3.1 O “nós” vira “eu”: o Cpers/Sindicato na função de porta-voz .....	105
<b>EFEITO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>113</b>

## INTRODUÇÃO

A perspectiva de olhar a educação como um espaço de prática política permite-nos vários pontos de partida, entre os quais o modo como o político e a linguagem constituem o sujeito, cruzam-se e o significam. E nesse sentido o discurso é sempre espaço de transgressão e contestação: transgressão pelos movimentos do sujeito; contestação pelas possibilidades que a história lhe oferece, pela ideologia e pelos mecanismos de controle/ insubordinação.

Certo é que, para nós, a educação tem cheiro e cor de luta; portanto, de não submissão, de (des)identificação. Por nos identificarmos com o discurso docente e por acreditarmos que a linguagem não se apresenta como neutra, completa, transparente, e que o simbólico e o político se fundem, produzindo efeitos de sentido nos discursos que circulam na sociedade, é que nos propusemos a analisar o discurso do Cpers/Sindicato no espaço de tempo de 2007 a 2009.

O nosso discurso – na ilusão de literalidade da expressão – é “nosso” (meu, seu, dele), pois não há discurso que não seja heterogêneo, que não retome algo já enunciado na história e não seja entrelaçado ou atravessado pelo discurso do outro em mim (em nós). Na nossa palavra, a palavra do outro, o “já-dito” em algum lugar, em algum espaço, numa prática política por um sujeito interpelado pela ideologia, será sempre um efeito.

Este trabalho é reflexo de muito esforço de alguém que tem a ilusão necessária de ser o criador do seu discurso (para livrar-se da falta de um sujeito que é desejoso) e que, assim, não considera a enunciação como um “eu cheio de intenções”, “aqui e agora”, mas um “eu” como um efeito-sujeito (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 169), afetado pela ideologia, pelo inconsciente, não onipotente, nem senhor de sua verdade, que não está na origem do sentido e que, ao discursivizar, retoma sentidos existentes em outros lugares, em outros tempos.

Quem lhes fala neste discurso (do Cpers/Sindicato) são professores, pela voz de um jornal de sua representação, mas que dentro da luta de classes assumem, aparentemente, uma única posição, determinada por uma dada formação discursiva, à qual subjaz uma formação ideológica, a da resistência ao discurso estatal. Foi justamente por isso que escolhemos analisar esse discurso, já que muito de nossa história docente está imbricada com a história do movimento.

O nosso estudo contempla o discurso em questão: considerar tanto a materialidade da língua quanto a materialidade da história. Damos início a essa pesquisa trazendo uma citação



de Lênin “A língua sempre vai onde o dente dói” (apud PÊCHEUX, 1997b, p. 87). Dói porque o embate sindicato/governo, materializado no discurso do Cpers/Sindicato, incomodanos. Acreditamos também no que afirmou Courtine (2006, p. 77), ou seja, que a Análise do Discurso não pergunta se o que o discurso diz é verdade, mas tenta perguntar como o discurso assegura como verdade o que foi construído.

É, então, o funcionamento do discurso do Cpers/Sindicato que analisamos nesta dissertação, procurando verificar como o discurso desta entidade se sustenta na exigência de que os direitos do funcionalismo sejam garantidos pelo governo e buscando, também, que o Estado do Rio Grande do Sul disponibilize recursos para que efetivamente uma educação pública de qualidade aconteça. Para tanto, analisamos por meio das sequências discursivas como o sindicato nomeia/designa o governo, a educação e o professor num contexto em que vigoram as políticas públicas do governo Yeda/Feijó (2007-2011), como também verificamos a função do sindicato como porta-voz e articulador, aquele que fala em nome de um coletivo na relação governo e funcionalismo público, mas também faz emergir as diferenças dentro de um jornal de sua representação.

Para entender esse funcionamento, buscamos na teoria da Análise do Discurso de linha francesa, de precursor pechetiano, e nos estudos realizados no Brasil sobre a teoria subsídios teóricos que norteiam este trabalho, já que esta perspectiva teórica trabalha com o político, articulando o linguístico e o social, buscando relações que vinculam língua(gem) e ideologia.

Pesquisamos o funcionamento do discurso do Cpers/Sindicato no jornal sindical *Sineta*<sup>1</sup> no espaço temporal de 2007 e 2009, recortando sequências discursivas a partir de sua regularidade, as quais constituíram nosso *corpus* para análise. As sequências discursivas que selecionamos e que se fazem presentes ao longo de todo trabalho, de forma mais detalhada ao longo do terceiro capítulo<sup>2</sup>, devem ser visualizadas como recortes significativos, pois por meio delas queremos dar evidência às seguintes questões:

- a) Como Cpers/Sindicato sustenta o seu dizer, nomeando o governo, o professor e a educação no governo Yeda/Feijó?

---

<sup>1</sup>O *Sineta* é um periódico mensal (e ordinariamente quinzenal) destinado aos professores e funcionários estaduais do Rio Grande do Sul. Veicula notícias sobre a classe e artigos sobre os acontecimentos na área da educação. Publicado também *on-line*, é um dos veículos de comunicação que mais circulam entre os professores estaduais. Durante os anos de 2007 e 2009, observamos que o jornal significou uma das maneiras mais eficazes para se falar sobre as lutas travadas entre o governo do estado e os trabalhadores da educação.

<sup>2</sup> Optamos por trabalhar no terceiro capítulo, de forma mais específica, com um número maior de sequências discursivas, já que tratamos dos conceitos de designação/silenciamento e porta-voz, conceitos-chave desta dissertação.

- b) As discursivizações em jornais de sua representação são as mesmas do jornal de referência, no caso do *Zero Hora*?
- c) Exerce o papel de porta-voz ou de articulador entre professores/funcionários e governo estadual?

Ao longo desta dissertação, trabalhamos com a teoria vinculada à materialidade do discurso, exemplificando a construção do discurso com sequências recortadas do jornal *Sineta*. Também entendemos que o significado não está colado à estrutura e que somente será entendido considerando-se as condições de produção. Como a língua carrega a sua história, o discurso do Cpers/Sindicato deve ser analisado, com base numa teoria que analisa o discurso, para que possamos compreender como se sustenta ao longo da história.

Para chegar ao nosso objetivo, percorremos uma trajetória que será explicada na sequência e retomada no início de cada capítulo, tendo sempre como sustentação, como já foi expresso, a teoria da Análise do Discurso e o funcionamento do discurso do Cpers. Assim, tecemos nosso texto em quatro capítulos, em seguida apresentados por meio de um resumo do que será desenvolvido.

No primeiro capítulo tratamos do nosso objeto de investigação, apresentando a justificativa do tema e explicitando a metodologia utilizada. Valendo-nos das condições de produção do discurso, num sentido mais amplo, tratamos do embate ocorrido entre posições-sujeito de duas formações discursivas<sup>3</sup> (doravante leia-se FD): a FD sindical, na qual se inscreve a posição-sujeito Cpers/Sindicato, e a FD estatal, em que se inscreve a posição-sujeito que abarca o discurso da governadora Yeda Crusius e da secretária de Educação Mariza Abreu. Convocamos os sentidos do contexto sócio-histórico, ideológico e, em seguida, num contexto mais imediato, contextualizamos o sindicato. Resgatamos dos anos 2007 e 2008 a história que se travou entre o sindicato e o governo com base no jornal *Sineta*, como também da mídia de referência.

Assim, depois de retomar a história da luta, capturada pelo efeito ideológico, no segundo capítulo, mobilizamos conceitos da Análise do Discurso que remetem ao movimento da língua, do sujeito, da história, da ideologia atravessados pela psicanálise, trazendo para o texto também outros conceitos, como os de acontecimento, designação, silenciamento,

---

<sup>3</sup> Mesmo que trabalhem com o conceito de formação discursiva ao longo do trabalho, julgamos importante desde já explicar o que consiste. De acordo com Pêcheux, (1997b, p. 160), chamamos de “formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, *determina o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)”.

tomada-de-posição, posição-sujeito, formação discursiva, porta-voz/articulador. Cabe destacar que um conceito em AD mobiliza outro; assim, os conceitos vão sendo retomados à medida que mobilizarmos a análise do *corpus* recortado para este trabalho.

Em seguida, no terceiro capítulo, de forma mais específica, já que o trabalho se constitui por um ir-e-vir entre teoria e análises, trabalhamos com um *corpus* constituído de materiais veiculados pelo Cpers/Sindicato no jornal *Sineta*. Como a AD trabalha com recortes discursivos, optamos por trazer a este trabalho, como já referido, algumas sequências (sds) de discursos produzidos pelo jornal nos anos de 2007 e 2009. Dessa materialidade recortamos sequências discursivas recorrentes e que nomeiam o governo, a educação e os professores. Assim, trabalharemos com o conceito de designação e silenciamento. Também analisamos o papel do Cpers como porta-voz dos professores e funcionários, falando em nome de um coletivo.

Por último, tecemos as considerações finais, observando como a posição-sujeito Cpers se movimenta na história e produz seu discurso, agindo como porta-voz dos professores, ou seja, falando em nome do coletivo e dando consistência, dessa forma, ao seu dizer.

## **1 O DISCURSO DO CPERS/SINDICATO: O OBJETO DE INVESTIGAÇÃO**

Neste primeiro capítulo justificamos a escolha deste trabalho, explicando por que o discurso produzido pelo Cpers/Sindicato nos incomoda e por que nos é importante analisar o funcionamento deste discurso diante das políticas públicas do governo do Rio Grande do Sul (gestão 2007-2011). Tratamos também da noção de arquivo e, posteriormente, do *corpus* discursivo, explicando como realizamos os recortes das sequências discursivas que trazemos ao longo do texto, pois consideramos que a teoria não pode ser trabalhada de forma estanque, mas relacionada à materialidade. Assim, do *arquivo* que possuímos, foram escolhidas sequências discursivas recortadas do jornal sindical *Sineta*, que formam o nosso *corpus*, com o objetivo de comprovar o que nos propomos.

Mobilizamos conceitos que remetem ao funcionamento do discurso, visualizando-o como Pêcheux o teoriza em *Discurso. estrutura ou acontecimento* (1997a), isto é, no entrecruzamento de três caminhos: o acontecimento, a estrutura e a tensão entre descrição e interpretação na Análise do Discurso. Também neste capítulo procedemos a uma retrospectiva da história que trata do embate ocorrido entre as posições-sujeito inscritas em duas formações discursivas: a posição-sujeito sindicato (FD sindical) e o governo Yeda (FD estatal). Em seguida, tratamos das condições em que o discurso do Cpers foi produzido, bem como resgatamos, brevemente, a história do sindicato no estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente, contextualizamos, por meio da voz do jornal *Sineta*, a posição-sujeito Cpers, o embate ocorrido entre sindicato e governo durante os anos de 2007 e 2008, como também a voz do governo, referida pela mídia de referência.

### **1.1 Do objeto de investigação à metodologia de análise**

Uma pesquisa não possui sentido em âmbito acadêmico se não produzir conhecimentos que possam trazer benefícios à ciência. Assim, nesta pesquisa, deve-se responder a questões de sujeitos inquietos em relação à linguagem. Courtine (2006, p. 27) propõe que os analistas busquem “textos que os incomodem”, que desestabilizem o sujeito. O discurso abaixo, publicado em *outdoors* no ano de 2008, produziu inquietações em nós.

Presente no centro da cidade de Carazinho, cidade em que se localiza a Trigésima Nona Secretaria Estadual de Educação, o *outdoor* trazia a inscrição “Governo Yeda, chega de sangrar a educação. Senão ela pára.” O *outdoor*, conforme sd 1 é semelhante ao texto que apresentamos abaixo.

Sd 1 -



A imagem, conforme podemos observar está em preto-e-branco com colorido vermelho; o enunciado, por sua vez, é escrito nas cores vermelha e preta. Quem ocupa o lugar de locutor no texto em questão é o Cpers/Sindicato, que se autodesigna como a voz dos trabalhadores em educação. Ao se sentirem oprimidos por não possuírem meios que garantam a educação que almejam, ou seja, a educação de qualidade, os professores são interpelados pela história da luta de classes (FD sindical), na qual o empregado é oprimido pelo empregador (FD estatal).

É a partir desse texto que se desencadeou a busca do nosso arquivo. Como esse discurso nos incomodou, procuramos materiais que trouxessem a voz do sindicato e, dentre muitos, como *blogs*, panfletos, *outdoors*, escolhemos o jornal sindical *Sineta*, baseando nossa leitura, como expressa Pêcheux em “Ler o arquivo hoje” (1994, p. 63), “numa relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo”.

Na leitura do arquivo que escolhemos foi possível criar a realidade da classe docente por meio da voz do Cpers. Com essa leitura, observamos que na sociedade atual, o docente não se sente valorizado, em virtude das péssimas condições de trabalho em que se encontra, com plano de carreira e piso salarial defasados, enturmações, multisseriações, fechamento de bibliotecas, demissão de funcionários responsáveis pela orientação e supervisão. Somam-se a

isso a merenda e o transporte escolar precários, além do fechamento de escolas. Entretanto, o que mais nos incomoda é, sobretudo, o silenciamento da voz desses professores, que gritam ao governo pela qualidade da educação, mas não são ouvidos, o que resulta em embates cada vez mais sérios, ou seja, quanto mais o representante dos professores (o Cpers/Sindicato) grita, mais o governo propõe-se a não ouvi-lo e, quando ouve, rebate-o. Então, o sindicato volta a criticá-lo e o conflito continua, não se atingindo nunca a melhoria da educação, que deveria ser o objetivo de ambos.

Com o arquivo que possuímos formamos um *corpus* constituído por sequências discursivas recortadas, como já expressei, do jornal sindical *Sineta*. Sobre *corpus* discursivo, Pêcheux e Fuchs explicam:

[...] estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido. Esta materialidade específica da língua remete à idéia de “funcionamento” (no sentido saussuriano), por oposição à idéia de “função” (1997, p. 172 – grifo dos autores).

Os autores (1997, p. 182) ainda referem que “[...] um *corpus* é constituído por uma série de superfícies lingüísticas (discursos concretos) ou de objetos discursivos (o que pressupõe um modo de intervenção diferente da prática lingüística na definição do *corpus* [...])”.

As superfícies lingüísticas foram selecionadas e recortadas do material, conforme a sua regularidade. Esses recortes, como explicado na introdução deste trabalho, foram selecionados conforme o foco de interesse relacionado à teoria de escolha. Nosso arquivo contém recortes de jornais do *Sineta* e do *Zero Hora*, aos quais tivemos acesso por meio impresso ou por meio eletrônico. Assim, recortamos aquilo que nos pareceu mais significativo e representativo no desenvolvimento do estudo, isto é, as regularidades presentes nos discursos. Os recortes serão apresentados ao longo de todo o trabalho sempre relacionados à materialidade do discurso.

Observando materialidades como o *outdoor* anteriormente descrito (sd 1) e lendo o arquivo do jornal *Sineta* 2007/2008, nosso gesto de leitura é que o Cpers critica no outro (leia-se “governo”) aquilo que não tem,<sup>4</sup> ou seja, o poder de mudar a educação, pois tudo passa pela dominação do seu oponente. Tanto o governo quanto o Cpers/Sindicato buscam o poder,

---

<sup>4</sup> O outro psicanalítico, o da alteridade. O outro é o teu espelho.

embora interpelados por diferentes ideologias e com diferentes propósitos. Os acontecimentos que envolvem a educação no país, mas principalmente no estado do Rio Grande do Sul, interpelam o sindicato em sujeito, provocando a subversão à legislação imposta pelo governo.

Assim, no texto que produzimos queremos “levantar o tapete” das questões e interpretar o que há por trás da linearidade do discurso; queremos nos aventurar nos meandros da contradição, não nos acomodando com o óbvio. Consideramos que a linguagem é tão opaca que precisamos cavar seus sentidos, como se fosse um trabalho arqueológico.

Logo, queremos produzir um trabalho que reúna os sentidos dispersos na história, no interdiscurso proposto por Pêcheux, amarrando-os como se fosse um nó em rede, de acordo com Foucault, no fio do discurso (leia-se “intradiscurso”) pela materialidade formada da aparente evidência do sentido. Conforme afirma Pêcheux (1997b, p. 30), a interpretação dos sentidos nunca é fria, porque desses frios espaços emerge um sujeito que é ardente. Para tanto, mobilizamos conceitos da teoria Análise do Discurso de linha francesa<sup>5</sup>, tal como vem sendo praticada no Brasil, por pensarmos o discurso como uma teia cheia de fios que se entrecruzam, formando “nós” e transformando esse discurso num todo repleto de sentidos, que convocam o movimento da língua, da história e da ideologia, o que nos possibilita interpretar como se sustenta o discurso do sindicato sobre o governo do Rio Grande do Sul. Analisaremos a partir deste momento, as condições de produção dos discursos que circulam no embate entre sindicato e governo, realizando uma retrospectiva na história dos mesmos, até chegar à atualidade.

## 1.2 O acontecimento

Para entender por que a materialidade na sd1 (item 1.1) “Governo Yeda, chega de sangrar a educação, senão ela pára” nos incomoda a ponto de nos propormos a analisar como o Cpers sustenta seu discurso, buscamos principalmente em Pêcheux, como também em

---

<sup>5</sup> Questionamentos provenientes da linguística - mesmo que esta disciplina tenha trazido grandes contribuições para os estudos da linguagem e com a qual a teoria que dá conta desta dissertação faz fronteira – não resolvem certas questões, que necessitam do contexto para autorizar seus sentidos. É necessário considerar a estrutura, como também o acontecimento, e que o sujeito não é mera categoria gramatical e a toda-poderosa da consciência. Perguntas como “o que o autor quis dizer com isso” ou que “leitura o texto autoriza” não trabalham com a disseminação de sentidos.

Guimarães, uma explicação sobretudo na noção do acontecimento, no encontro de uma memória e de uma atualidade.

Os sindicatos, desde sua essência, buscando fazer valer os direitos dos trabalhadores, acabam por se opor ao governo, especialmente em se tratando de um governo cuja política, segundo o Cpers, prejudica a educação gaúcha. Por isso, podemos dizer que o sindicato é capturado pela história, o que leva a que seu representante, como um porta-voz<sup>6</sup>, posicione-se segundo a ideologia de quem se sente oprimido, buscando se libertar da opressão do governo por meio de greves, debates, jornais, folhetos, entre outros materiais que divulgam seu posicionamento.

Assim, pelos posicionamentos de sujeitos que ocupam diferentes lugares na sociedade e interpelados por ideologias distintas, vai sendo tecido o discurso sobre a educação, no qual circulam diferentes sentidos. Por exemplo: educação de qualidade pode assumir sentidos opostos para as posições-sujeito do embate: Cpers/Sindicato e governo Yeda. Para o primeiro, educação significa investimento em cidadania, devendo ser uma “prioridade” (sd2); para o segundo, depreendemos por meio do discurso (*Sineta*, fev. 2007), que, embora seja discursivizado como prioridade, como o governo “enxuga” recursos para garantir o déficit zero “tentando colocar no colo dos servidores a responsabilidade por anos de prioridades para os grandes empresários” (sd 3), o efeito de sentido é outro, conforme podemos observar, respectivamente, nas sequências discursivas 2 e 3:

**Sd 2** – “Exigir a garantia da educação como uma **prioridade de governo** é nosso desafio. Avançar é nosso objetivo”. (*Sineta*, 02/2007, p. 01 - grifo nosso).

**Sd 3** – “Agora, o que é preciso dizer com honestidade peculiar do gaúcho é para quem o governo Yeda/Feijó está construindo esse Estado. Para a população que mais precisa dos serviços públicos certamente não é. **Se fosse, o governo não estaria enxugando recursos** da educação, saúde e segurança, e tentando colocar no colo dos servidores a responsabilidade por anos de **prioridades** para os grandes empresários”. (*Sineta*, 02/2007, p. 01 - grifo nosso).

Observamos que o funcionamento das formas verbais “exigir” e “avançar” (sd 2) reforça o discurso do sindicato de que o governo Yeda/Feijó não garante em termos de educação; por isso a luta pela educação de qualidade e pelos direitos dos professores. Logo,

---

<sup>6</sup> Porta-voz é aquele que fala em nome de um coletivo. Este conceito será trabalhado ao longo do terceiro capítulo.



segundo o sindicato, deve-se pressionar o governo para poder avançar, garantindo os direitos da classe, da educação, objetivo do Cpers.

O termo circunstancial “Agora” (sd 3) aponta para uma atualidade, que é o tempo em que o sindicato discursiviza, no mês de fevereiro de 2007, em que completavam cerca de dois meses de atuação do “governo Yeda/Feijó”, e retorna a governos anteriores, como o de Olívio Dutra, que tinha como meta investimentos em educação. Desde o início da prática governamental (2007-2011), o sindicato questiona para quem o governo está construindo o Estado (Rio Grande do Sul), nomeando, de um lado, o povo gaúcho como honesto, característica que lhe é peculiar e, de outro, levantando a possibilidade de que o governo Yeda/Feijó talvez não apresente essa característica, apesar de ser composto por gaúchos. Podemos observar também a repetição do “não” no recorte (sd3), do qual se depreende que o governo, segundo o sindicato, desde o início do mandato, nega os serviços públicos, o que deveria ser “prioridade” (sd2) da administração estadual. Tal negação passa a ser reforçada pela condicional “se fosse”, cujo funcionamento aponta para uma projeção de ação idealizada pelo Cpers/sindicato, uma vez que qualidade na educação parece ter deixado de ser prioridade.

Podemos observar também que os termos “prioridade” (sd2) e “prioridades” assumem sentidos diferentes para o governo e o sindicato, de acordo com o discurso deste. O sentido de prioridade para o sindicato (sd3) é investir, prioritariamente, em educação de qualidade e garantir os direitos do funcionalismo. No entanto, para o governo, de acordo com o sindicato, “prioridade” pode significar investir no estado de acordo com os interesses de grandes empresários, endividando-se com isso.

Diante das sequências analisadas, observamos que o embate entre o governo e Cpers encontra-se materializado na linguagem nos textos publicados no jornal sindical *Sineta* desde o início do mandato de Yeda/Feijó, e é a partir desse acontecimento que inicia o embate entre governo e sindicato. De acordo Orlandi (1998, p. 9), não existe sentido sem que haja interpretação. O “mais interessante é pensar nos diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades significam de modos distintos”. (p. 9). Visualizamos em nosso trabalho que, quando dois sujeitos interpretam um enunciado, podem significar de forma diferente. No caso, um professor, que conhece a história de lutas da/na educação, o interpretará de acordo com sua formação discursiva, ou seja, sua história enquanto sujeito pertencente a uma sociedade que luta pelos direitos da educação.

Segundo Orlandi,

como a linguagem tem uma relação necessária com os sentidos e, pois, com a interpretação, ela é sempre passível de equívoco. Dito de outro modo, os sentidos não se fecham, não são evidentes, embora pareçam ser. Além disso, eles jogam com a ausência, com os sentidos do não-sentido.

O homem não pode, assim, evitar a interpretação, ou ser indiferente a ela. Mesmo que ele nem perceba que está interpretando – e como está interpretando – é esse um trabalho contínuo na sua relação com o simbólico. (ORLANDI, 1998, p. 9 -10).

É, portanto, dessa materialidade fronteira com a história e com a psicanálise que surgiu o interesse pela interpretação do discurso do Cpers/Sindicato. Em razão da atribuição de sentidos à materialidade do *outdoor* (apresentado na sd1) referido, a partir de um acontecimento na educação e dos processos sócio-históricos, desenvolve-se esta pesquisa e, dessa leitura resultam os sentidos do texto que ora tecemos.

Considerando que da prática resultam discursos institucionalizados, que se reproduzem dentro de determinadas regularidades, saberes e sentidos, o analista busca analisar não o discurso, mas o seu funcionamento. Para tanto, buscamos em Pêcheux e em estudiosos da AD no Brasil as noções teóricas necessárias para entender esse funcionamento.

Pêcheux, conforme AD 69 (1993, p. 74), define o discurso como “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas”, porque um discurso é sempre produzido e enunciado de acordo com condições de produção dadas no interior da relação de forças existentes dentro de um campo e com um lugar social ocupado por aquele que enuncia.

Na obra *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983), Pêcheux trata do acontecimento discursivo entrecruzando percursos que envolvem o acontecimento e estrutura e a tensão entre a descrição e a interpretação. O acontecimento, para o autor, é “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (1997a).

Pêcheux (1990) entende que, quando um acontecimento histórico estabelece uma ruptura capaz de gerar outra formação discursiva, estamos diante de um acontecimento discursivo, algo que rompe com a “estabilidade” anterior e inaugura outra “estabilidade” discursiva, mas não logicamente organizada, pois está relacionada à ordem do discurso que se estabelece a partir das materialidades linguística e histórica. A ruptura, instaurada pelo acontecimento discursivo é fundante no sentido em que instaura aquilo que é “novo”. Já o

acontecimento discursivo é consequência do acontecimento histórico, que passa a ser discursivizado; no entanto, um acontecimento só é considerado histórico quando se torna discurso. O acontecimento discursivo é o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória; é ele que desestabiliza o que está posto e provoca um novo vir a ser, reorganizando o espaço da memória que ele convoca.

Por outro viés, na perspectiva da semântica do acontecimento, Guimarães (2005) afirma que “a língua, na sua ordem própria, é movimentada pelo interdiscurso”. Com base na afirmação do autor, entendemos a noção de acontecimento muito próximo do que propõe Pêcheux, pois, este ocorre no encontro entre uma atualidade (funcionamento da língua) e uma memória (funcionamento da historicidade). Para o autor, não é uma materialidade de quem fala, já que é histórica e funciona na enunciação em virtude de sua historicidade, que a expõe, incessantemente, à ordem do discurso (à interdiscursividade), o qual aciona a memória produzindo sentidos.

Em outra obra, *Os limites do sentido* (1995), Guimarães trata do sentido do enunciado:

São os efeitos do interdiscurso constituídos pelo funcionamento da língua no acontecimento. Assim, o sentido não é efeito da circunstância enunciativa, nem só da memória. O sentido são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento.

Os sentidos, na perspectiva teórica de Guimarães (2005), são construídos a partir de uma atualidade e de uma memória. Ao se enunciar, a posição-sujeito movimenta no interdiscurso dizeres que estão dispersos no tempo e no espaço, cruzando os discursos no acontecimento: os efeitos da memória e o presente.

Ao tratar da memória, temos as formulações já realizadas pelo sindicato desde 1945, no fim da Era Vargas, quando surgiu no Rio Grande do Sul o Centro dos Professores Primários (atualmente, Cpers) com o objetivo de lutar pela educação e por garantias enquanto profissionais da educação. Ao tratar da atualidade, observamos que na materialidade do discurso, na estrutura (conforme sd1), ressoam os discursos sindicalistas de 1945.

A posição-sujeito Cpers luta pela educação de qualidade e pelos direitos da categoria. Essa luta, que materializa o encontro entre o acontecimento com a memória, faz ressoar discursos sindicalistas. Assim, no acontecimento discursivo (sd1) há dizeres que ficaram na

memória e que ressoam, ocorrendo um ponto de encontro dos discursos de mobilizações passadas com uma mobilização presente, que produz efeitos de linguagem. O Cpers mobiliza uma prática política que questiona o governo, gerando discursos que envolvem a tensão entre a descrição e a interpretação e provocando, assim, um deslocamento de sentidos que os sujeitos constroem sobre a educação de qualidade no estado do Rio Grande do Sul, marcado pelo antagonismo entre formações discursivas (FD sindical e FD estatal).

Para melhor explicar e exemplificar a noção de acontecimento na perspectiva discursiva, Pêcheux (1997a, p. 19) vale-se de um fato ocorrido em 1981, relativo à eleição presidencial na França, a partir do enunciado “On a gagné” (Ganhamos!). No espaço do acontecimento político o grito “On a gagné” é enunciado, mas também é peculiar num acontecimento esportivo, ou seja, a exclamação expressa na França quando da vitória de François de Mitterrand, candidato da esquerda francesa, é a mesma proferida por uma equipe vencedora numa partida esportiva.

Segundo Pêcheux, em torno da expressão “On a gagné” ocorre um “jogo metafórico” (1997a, p. 22-23). O autor faz uma comparação entre o político e o esportivo, observando que este é entendido num só sentido, já que o resultado é evidente, não sendo pertinente questionar quem ganhou e o que ganhou. Na política, por sua vez, deveria também haver uma “univocidade lógica”, já que os resultados de uma eleição são divulgados com base em dados minuciosos, que refletem a transparência do acontecimento. Entretanto, o autor entende que, ao contrário da perspectiva esportiva, o enunciado na perspectiva política é opaco, conforme explica:

Mas, simultaneamente, o enunciado “On a gagné” [Ganhamos] é profundamente opaco: sua materialidade léxico-sintática ( um pronome “indefinido” em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realizado, o lexema verbal “gagner” [“ganhar”], a ausência de complementos) imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável. (PÉCHEUX, 1997a, p. 27).

Assim, Pêcheux questiona a estabilidade lógica do enunciado indagando: Quem ganhou, isto é, quem é o sujeito gramatical. Pêcheux sugere sujeitos, entre os quais “militantes do partido de esquerda”, “o povo da França”, entre outros. Também questiona

sobre o complemento do verbo —“ganhou o quê?”—, sugerindo que um possível complemento seria o poder.

Pêcheux também analisa o acontecimento do enunciado “On a gagné!” não só no momento de sua enunciação, mas dois anos depois. Com base nessa leitura, explica que nesse espaço de tempo o equívoco de “On a gagné” “trabalha a esquerda nos postos governamentais” e “nas diferentes camadas da população”, porque entre os homens e os simples particulares “há aqueles que ainda acreditam na vitória”, os descrentes, os esperançosos por um grande movimento popular e os apolíticos. (1997a, p. 27).

Com base nesse estudo, Pêcheux afirma que o enunciado “Ganhamos”, mesmo que relacionado a um acontecimento lógico dentro do logicamente estabilizado está sujeito à possibilidade do sentido ser outro, ao equívoco do sentido. Para Pêcheux,

O sujeito pragmático — isto é, cada um de nós, os “simples particulares” face às diversas urgências de sua vida — tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência [...] até as grandes decisões” da vida social e afetiva( eu decido fazer isto e não aquilo, de responder a X e não a Y, etc...).( 1997a, p. 33).

Observamos que, segundo o pensamento de Pêcheux (1997a), principalmente no espaço político, o sujeito pragmático tende a homogeneizar sentidos, porém isso ocorre sem que ele tenha controle de seu dizer. Ao enunciar, o sujeito do discurso comete deslizos que lhe impossibilitam manter um único sentido dentro de um espaço discursivo. Pêcheux conclui seu estudo afirmando que,

[...]a partir do que precede, diremos que o gesto que consiste em inscrever tal discurso dado em tal série, a incorporá-lo a um “corpus”, corre sempre o risco de absorver o acontecimento desse discurso na estrutura da série na medida em que esta tende a funcionar como transcendental histórico, grade de leitura ou memória antecipadora do discurso em questão. A noção de “formação discursiva” emprestada a Foucault pela análise do discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora. (PÊCHEUX, 1997a, p. 56).

Em suma, há a constituição de uma posição-sujeito pelo confronto de duas formações discursivas: a formação discursiva que caracteriza o discurso político e a formação discursiva que caracteriza o discurso esportivo. Esses, num confronto, resultam numa posição-sujeito: um discurso político para o povo que é materializado no enunciado expresso.

Num estudo realizado sobre acontecimento, Mariani interpreta o pensamento de Pêcheux:

[...] é entendido como “elemento histórico descontínuo e exterior” ou, ainda, como “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” em dada conjuntura. Se, por um lado, um acontecimento remete para o que é acidental, singular, descontínuo, não previsível, e este é seu aspecto positivo, uma vez que rompe com a imposição imaginária da necessidade de estabilização (e com a onipotência de se poder controlar o futuro), por outro, a necessidade interpretativa busca integrá-lo, transformando-o em novos elementos da memória. Isto ocorre quando se produz sentido para o acontecimento, filiando-o em alguma rede de sentidos. Filial, neste caso, corresponde à busca de implícitos que permitam sua compreensão e integração no momento presente ou futuro. (MARIANI, 1998a, p. 40).

Com o enunciado na SdI “Governo Yeda, chega de sangrar a educação, senão ela pára”, o Cpers faz um chamado ao governo, valendo-se da forma verbal imperativa “chega”. O acontecimento está na desestabilização do “logicamente estabilizado” pelo governo Yeda/Feijó, uma vez que a solicitação do Cpers/sindicato é que o governo pare de agir contrariamente à educação pública com suas políticas de déficit zero. Observamos não só um pedido, mas uma posição-sujeito contrária. O uso de uma construção metafórica em “sangrar” personificando o discurso põe em funcionamento elementos de outra ordem: a da historicidade, da política, por exemplo. Isso ocorre do mesmo modo que o enunciado “On a gagné”, numa perspectiva política, não pode ser considerado transparente, mas opaco. Há uma multiplicidade de sentidos que circulam nesse enunciado na atualidade, os quais podem ser recuperados na memória discursiva. Inseridos nele, temos vários implícitos: a política do déficit zero, a enturmação, a falta de recursos para o transporte público, entre outras.

No caso do discurso do Cpers/Sindicato analisado (conforme as sds de 1 a 3), observamos duas posições sujeito inscritas em duas FDs: o Cpers/Sindicato se inscreve na FD sindical e o governo, na FD estatal, como já expresso. O acontecimento está relacionado à prática do governo Yeda e ao confronto existente entre essas posições; está materializado no discurso do Cpers, do qual outras seqüências discursivas foram recortadas e serão analisadas ao longo do texto. No discurso do Cpers sobre o governo ressoam vozes de um discurso que

evidencia o interdiscurso, vozes sindicalistas oriundas desde a formação dos sindicatos, quando os trabalhadores, ao se sentirem oprimidos, lutavam pelos seus direitos. A memória pode ser entendida como os dizeres que permaneceram no interdiscurso, mas que se revelam na materialidade do discurso do Cpers.

A vitória do governo Yeda/Feijó e suas políticas que visam ao déficit zero, segundo o Cpers, estão prejudicando a educação pública gaúcha. O Cpers, como expresso em outros momentos, objetiva lutar por uma educação pública de qualidade e pelos direitos do funcionalismo público. Lembramos que Pêcheux (1997a, p. 17) concebe acontecimento, como “o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”.

A memória discursiva não nos remete a lembranças que possuímos do nosso passado. Os discursos que circulam na sociedade e que são ativados pela memória quando o sujeito discursiviza englobam o pensar de diferentes sujeitos, que compartilham aspectos socioculturais e ideológicos que escapam no discurso da educação ou discordam.

Em se tratando de memória discursiva, não estão em questão as lembranças que a posição-sujeito Cpers tem do passado, mas a existência de um mundo de lutas pela educação de qualidade que ficou na memória e que é reativado por paráfrases, elementos implícitos, etc. A inscrição do Cpers no discurso sindical retoma dizeres do final da década de 1940, sendo um acontecimento discursivo, isto é, uma posição sujeito que não tem voz perante o governo, mas que grita por meio de jornais, veículos eletrônicos, manifestações e greves para garantir seus direitos. A formulação “Yeda, chega de sangrar a educação, senão ela pára” (leia-se sd1) é materialidade que nos leva a investigar como o discurso do Cpers se sustenta, valendo-se da memória discursiva.

Tratar do acontecimento implica estabelecer, num gesto de interpretação, um encontro entre uma memória e uma atualidade, o que constatamos no texto elaborado. No próximo item, trataremos das condições de produção de discurso que ora tecemos, conceito importante para melhor compreendermos a noção de acontecimento.

### 1.3 As condições de produção do discurso

Na perspectiva eleita para este trabalho, não conseguiremos jamais interpretar um discurso com base no que o texto permite, pensando num sujeito aqui e agora. Será preciso, além da situação, incluir os sujeitos, o que implica considerar as condições de produção.

Para Pêcheux, o texto é efeito de sentido entre interlocutores (1993, p. 82). Em AD, o discurso é o objeto teórico, sendo o texto, a materialidade linguística, o objeto de análise, de interpretação. Orlandi, na obra *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*, explica que

o texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma materialidade fechada – embora como unidade de análise ele possa ser considerado uma unidade inteira - pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (o sujeito e a situação), com o que chamamos de exterioridade constitutiva (o interdiscurso, a memória do dizer. (ORLANDI, 1998, p.54).

A citação transcrita constitui uma crítica às análises de textos que consideram apenas a materialidade linguística e um bloco homogêneo. Nessa perspectiva, de acordo com o autor, a leitura de um texto não pode ficar alheia às condições de produção, à história dos sentidos e a uma posição-sujeito, uma vez que todo dizer tem uma memória e sentidos possíveis, imaginários, ou seja, a exterioridade de um texto não se reduz à situação, ao contexto.

Pêcheux (1993, p. 79), em “Análise automática do discurso” (ADD-69), afirma que um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas. Assim, é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.

Mittmann (1999, p. 271) lembra que o sentido de um enunciado não é dado *a priori* e que sua construção depende de determinadas condições de produção (doravante usaremos CP). Nessas CP deve-se levar em conta a situação de interlocução, mas também as condições históricas, ou seja, as posições ideológicas com as quais o sujeito enunciator se identifica como também a relação com outros discursos. “A maneira como a memória ‘aciona’ faz valer as condições de produção”. (ORLANDI, 2005, p. 30).



Para Orlandi (2006, p. 14), as condições de produção “se estabelecem numa relação de força”. Trata-se de um jogo que se assenta no imaginário no qual há a projeção da posição social no discurso, isto é, o lugar social, porque o sujeito da análise de discurso não é o sujeito empírico, mas a posição-sujeito projetada no discurso.

Assim, para tratar das CP será preciso considerar a história do sindicato e do embate entre o governo e o Cpers/Sindicato, que representa o discurso de professor, de líder e suas posições de sujeito, como veremos na sequência.

### **1.3.1. A história do Cpers/Sindicato**

O Centro dos Professores Primários surgiu no dia 21 de abril de 1945 visando a lutar por aumentos quinquenais, carreira única, contagem de tempo de serviço e gratificação para alfabetização de adultos. Na época, vivia-se o final da Era Vargas e a entidade julgava importante agir em conjunto com outras categorias. Na década de 1970, o centro recebeu o nome de Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul e, na década de 1980, passou a chamar-se Cpers/Sindicato, sindicato dos trabalhadores em educação do Rio Grande do Sul.

O Cpers, em seu discurso, afirma lutar pelos direitos da categoria e por uma educação pública de qualidade. O “novo jeito de governar” do governo estadual Yeda/Feijó (2007-2011) e da então secretária de Educação e Cultura do Estado, Mariza Abreu, segundo publicações do sindicato, vem provocando manifestações por parte do mesmo, que designa a educação em materiais veiculados, como um “caos”<sup>7</sup>. Se tomarmos a noção de acontecimento pelo discurso do Cpers, observamos um estado que possui um governo que está realizando cortes no orçamento em termos de educação, deixa escolas abandonadas, alunos sem transporte, não garante o número de profissionais necessários para os diferentes setores, sem salários dignos e sem atrasos. Soma-se a isso, conforme publicações do *Sineta*(fev.2007), o processo de “reorganização” (“enturmação” no discurso sindical) como objetivo de reduzir o número de turmas e, conseqüentemente, o número de profissionais, gerando, assim, menos onerosidade ao governo<sup>8</sup>. De acordo com o Cpers isso está sendo feito para que sejam

---

<sup>7</sup> Publicação do Cpers/ Sindicato de março de 2007.

<sup>8</sup> Informações retiradas dos jornais *Sineta* (2007).

implantadas no estado do Rio Grande do Sul a municipalização e, posteriormente, a privatização da educação, conforme podemos observar na sd 4:

**Sd 4** – “**Tudo** o que está sendo feito tem um objetivo: **municipalizar** e posteriormente **privatizar** a educação.”<sup>9</sup> (*Sineta*, Ago./Set. 07, p. 02 -. grifo nosso).

A pronominalização “tudo” refere-se às políticas e ações realizadas no governo Yeda/Feijó, que, de acordo com a posição-sujeito sindical, não visualizam a educação como prioridade. Neste recorte o sindicato prevê, por meio da circunstância “posteriormente” a privatização, conduzindo-nos ao longo da interpretação, a acionar na memória outros discursos de governo estaduais que privatizaram bens estaduais, como o de Antônio Brito, prejudicando a população gaúcha.

Portanto, podemos observar que o Cpers/Sindicato assume uma ideologia permeada pela luta por garantia dos direitos dos professores e qualificação da educação, contrapondo-se às políticas do “novo jeito de governar” prometidas durante o período eleitoral por Yeda Crusius e Feijó. Este é o trabalho da ideologia: construir sentidos de evidências, levando a que o sujeito, por meio do imaginário, possa se relacionar com a sua formação discursiva (Cpers inscrito na FD sindical). O sujeito é interpelado pela ideologia para produzir o seu dizer; as palavras, pelo interdiscurso, pela memória, recebem os sentidos da formação discursiva deste enunciador.

Desse modo, as condições de produção de um discurso não se resumem à situação em que foi produzido. Considerando que da prática do governo Yeda/Feijó resulta um discurso que, institucionalmente, apresenta certa regularidade, o que permite que seja analisado pelo viés da AD, trataremos nesta seção do funcionamento do discurso do Cpers/Sindicato no jornal *Sineta*. Em outros termos, parece indispensável que tratemos das CP da qual fazem parte os processos discursivos. No artigo intitulado “Análise automática do discurso”, Michel Pêcheux (1993, p. 74-77) define como “*processo de produção* o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas”, porque um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas, no interior da relação de forças existentes dentro de um campo e de acordo com um lugar ocupado por aquele que enuncia. Nesse caso, os requisitos teóricos e metodológicos necessários à representação do

---

<sup>9</sup> Na sd4 o Cpers refere-se à “importação do modelo de gestão aplicada em Minas Gerais nos últimos oito anos.” (*Sineta* ago./set. 2007, p.2).

processo de produção são a representação dos lugares ocupados pelo sujeito do discurso — de um lado, Yeda/Feijó; de outro, Cpers/Sindicato —, colocando em funcionamento uma série de formações imaginárias que designam o lugar que os sujeitos atribuem a *si* e ao *outro*.

Em relação ao nosso *corpus*, o que temos procurado mostrar nas sds destacadas é que as “tomadas de posição” do Cpers/Sindicato são atravessadas pelo “já-dito” em outro tempo e lugar e que o enunciado “um novo jeito de governar” corresponde a formulações de uma posição-sujeito afetada pela FD estatal, efeito que mobiliza sentidos nos quais é possível perceber a historicidade do enunciado, trazendo o discurso do outro, aquele que é nomeado e legitimado sobre determinado tema: a educação. Há nesse movimento um jogo de forças entre posições-sujeito inscritas na FDs estatal e sindical.

Observada a voz das posições-sujeito inscritas na FD sindical do Cpers, por meio do jornal *Sineta*, trataremos do discurso da FD estatal, com base na mídia referenciada no item 1.3.3. Antes, porém, trazemos a emergência da voz da FD sindical presente em discursivizações do jornal *Sineta*.

### **1.3.2 A voz do sindicato: o jornal *Sineta***

O jornal *Sineta* é um veículo de comunicação que circula nas escolas estaduais e por meio eletrônico. É um periódico por meio do qual o Cpers quer fazer ouvir sua voz como sindicato, como também a voz do lugar social do qual os sujeitos que o compõem anunciam: o lugar de educador, de profissional da educação, contra o do oponente, o governo Yeda/Feijó.

Conforme já referimos, o discurso que analisamos conta com duas formações discursivas: a FD sindical, na qual se inscreve a posição-sujeito sindicato, como membro representante do funcionalismo público, compreendendo professores e funcionários de escola; e FD estatal, representando o governo do estado do Rio Grande do Sul, que compreende Yeda Crusius, governadora do estado, e Mariza Abreu, então secretária da Educação. Essas posições-sujeito que se inscrevem em suas FDs se opõem, na medida em que são posições antagônicas numa correlação de forças.

Para tanto, julgamos importante situar esses discursos na história resgatando os embates ocorridos entre esses oponentes nos anos 2007 e 2009. Realizaremos este resgate por

meio do jornal sindical *Sineta*, valendo-nos de sequências discursivas (sd 5 a sd 15) que se referem, ainda, às condições de produção do discurso que analisamos.

A representante, presidente do Cpers/Sindicato é Rejane Silva de Oliveira, professora de currículo em Porto Alegre (RS), militante em educação desde 1982. Atualmente, exerce a função de vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores; no entanto, em 2007 exercia a função de vice-presidente do sindicato, que contava na presidência com Simone Goldschmidt.

De acordo com o jornal *Sineta* (fev. 2007), o início do governo Yeda começou conturbado, pois já nos dois primeiros meses de governo o impasse entre o governo e o Cpers/Sindicato ficou evidente. O ano letivo iniciou com falta de professores nas escolas e o enxugamento de recursos, o que, segundo o sindicato, não ficou restrito à educação, atingindo também a saúde e a segurança, afirmando que o governo não tem dinheiro e que isso se deve ao fato de outros governos terem privilegiado “grandes empresários” (conforme sd 3, item 1.2), o que, segundo o sindicato, não é culpa dos servidores como a governadora e a mídia de referência tem procurado mostrar. Portanto, consegue-se observar por meio desse discurso o objetivo da governadora, que é reduzir os gastos no estado do Rio Grande do Sul, conforme já havia apontado em outros momentos, como em 2006, quando trabalhava para o governo Rigotto.<sup>10</sup> Vejamos esse posicionamento na sequência (sd 5) abaixo:

**Sd 5 – “Antes mesmo de começar o seu mandato, a governadora deu mostras de que sua palavra empenhada na campanha eleitoral não passava de discurso.** Impostos não seriam aumentados, dizia. Ainda em dezembro de 2006, a pedido de Yeda, o ex-governador Germano Rigotto encaminhou à Assembléia Legislativa um pacote prevendo, entre outras medidas, a continuidade das alíquotas de ICMS de combustíveis e seus derivados em 29% e de telecomunicações e energia elétrica em 28%. A proposta foi rejeitada por 28 votos contra 24. Derrotada na Assembléia, **Yeda determinou o corte de 30% nas verbas de custeio de cada secretaria. A medida afeta diretamente a educação”.** (*Sineta*, jan./fev. 2007, p. 1- grifo nosso).

Nesse recorte o sindicato retoma na história a postura de Yeda em outro governo e sua contraidentificação dentro do partido para o qual trabalhou, ou seja, primeiro trabalhou para o governo Rigotto e depois concorreu contra este nas eleições. Retoma-se também um discurso que está no senso comum: a promessa política. Yeda, segundo o sindicato (*Sineta*, 2007), prometeu não aumentar impostos, porém os aumentou. No recorte trabalha-se também com

---

<sup>10</sup> Discurso publicado no jornal *Sineta* ( jan. / fev. 2007).

uma regularidade no discurso do Cpers, o nome “pacotaço”, medida proposta por Yeda, mas que não foi aceita durante o governo Rigotto (2002 – 2006). O “pacotaço” encaminha, na avaliação do *Sineta*, uma medida autoritária do governo, que passa a ser recriminada e combatida pelo Cpers/sindicato por afetar a educação.

É possível observar na sd 5, não só o modo como o governo é visto no *Sineta*, mas também as fronteiras entre um e outro dizer. Tais fronteiras são demarcadas pelas posições-sujeito inscritas nas FD sindical e estatal. Em apenas três meses de governo, o sindicato já demonstra indignação em relação ao governo, nomeando-o de sucateador por assumir “um novo jeito de sucatear” que está sucateando serviços, arrochando salários e deixando os serviços públicos precários, conforme a sequência discursiva a seguir, sd 6.

**Sd 6** - Chega de arrochar salários, **sucatear escolas** e precarizar os serviços de educação, saúde de segurança pública. (*Sineta*, jan./ fev., p. 01 - grifo nosso).

A governadora, durante a campanha política ao cargo, adotara como *slogan* “Um novo jeito de governar”. Assim, o Cpers/Sindicato faz um deslocamento do logicamente estabilizado pelo *slogan*, criticando as ações da governadora e do seu vice, Feijó. A substituição em “Um novo jeito de governar” por “sucatear” permite-nos observar como a voz da FD estatal atravessa as discursivizações no *Sineta* e faz ressoar, além da voz do institucional, práticas de continuísmos, já que são as mesmas de Antônio Brito; o que muda é, segundo o jornal, o “figurino”. É, de acordo com o sindicato, o novo jeito, agora de uma mulher, porém valendo-se de políticas velhas, as usadas pelo governo Brito, ficando, assim, o discurso na mesma matriz de sentido, conforme sd7:

**Sd 7** - Propalado durante a campanha eleitoral, o “novo jeito” de governar nada mais é do que a cópia de uma fórmula já experimentada pela sociedade gaúcha. **Yeda Crusius bebe na mesma fonte em que bebia o ex-governador Antonio Britto. As novidades limitam-se ao figurino.** A saia, o vestido e os terninhos básicos ocupam espaço outrora ocupado por calças e camisas sociais, ternos, gravatas e sapatos. De resto, tudo muito parecido. O novo jeito de governar nada mais é que uma nova roupagem das práticas utilizadas pelo ex-governador Antonio Britto. Na sua essência, é o velho jeito utilizado para desmontar o Estado através da precarização dos serviços públicos e do arrocho salarial do funcionalismo. (*Sineta*, jan./fev. 2007, p. 01 - grifo nosso).

Conforme observamos na sd7, o uso de aspas em “novo jeito” nega o “novo” significando o “velho”. No discurso do sindicato há uma comparação entre o governo Yeda e o governo Britto, que também não priorizou a educação em sua administração. Por meio de uma personificação do governo “Yeda bebe na mesma fonte”, ressoa, pelo interdiscurso, observamos no discurso o argumento sobre o continuísmo de práticas políticas em gestões exercidas por dois partidos — PSDB e PMDB — e que, certamente, não é o da mesma representação política do Cpers/sindicato. O verbo “beber” pode significar agir, no caso do governo Yeda, mas pode assumir um sentido polissêmico quando o sindicato se refere à prática governamental de Britto: “beber” como benefício pessoal, uma vez que houve denúncias de favorecimento no governo representante do PMDB, sobretudo em relação aos postos de pedagogo e às privatizações. Os discursos e as práticas dos dois governos, segundo o discurso do *Sineta*, colocam-se na mesma matriz de sentido: desmontar o Estado pela precarização dos serviços públicos e pelo arrocho salarial, ou seja, sucatear, com o consequente alto custo para a sociedade gaúcha.

O sindicato, em março de 2007, critica propostas do governo da melhoria do transporte e da organização escolar, da contratação de professores de diferentes áreas do conhecimento, de funcionários para a merenda, para a limpeza e serviços de secretaria. Além disso, posteriormente, o sindicato já começaria a reivindicar melhora/elevação do piso salarial instituído pelo governo federal (R\$ 850,00. 40h). No mês de maio de 2007, segundo o jornal, o Cpers posicionou-se contrário ao sucateamento de serviços e ao enxugamento de recursos destinados à educação, repetindo os discursos realizados nos dois primeiros meses (conforme foi observado nas sds 5, 6 e 7), e questionou as mudanças no plano de carreira. Segundo o sindicato, o governo visava a retirar da categoria direitos adquiridos ao longo da história.

Em relação às conquistas mais importantes da categoria, fruto de lutas e mobilizações, o jornal, na edição especial do Cpers 63 anos (2008, p.1), refere aposentadoria especial (1946 e 1988), planos de carreira do magistério (1974) e funcionários de escola (2001), 13°. salário (1985), difícil acesso (1988); Ipergs público (2004), nomeação de 20 mil concursados (1978), eleições diretas para diretores (1990), o fim do calendário rotativo (1995), publicação e pagamento das promoções (2001 a 2004).

O sindicato somente obteve tais conquistas com muita luta. No momento em que a educação gaúcha se encontrava caracterizada como um “caos,” era necessário agir, visualizando-a como um investimento essencial para o desenvolvimento do ser humano.

Ainda critica o processo de municipalização do ensino, no qual a responsabilidade pela educação seria dos Municípios, atendendo aos ditames de uma política neoliberal, porque o governo estaria preocupado em acumular capital e diminuir a dívida do Estado; para isso, realiza cortes na educação, que visualiza como fonte de despesa. Observamos na sd 8 o ressoar do que foi dito nas sds 2 e 3.

**Sd 8** - A educação **não pode ser vista apenas** como uma despesa, **mas como** um investimento essencial para o desenvolvimento do ser humano. (Mai./Jun. 07- grifo nosso).

Como é possível observar, a negação presente na sd 8 aponta para a ação do governo de “sucatear” a educação, uma vez que retoma a voz da FD estatal, a qual, segundo a posição-sujeito sindicato, considera a educação uma despesa. A discursivização do *Sineta* sobre educação procura mostrar que não é x mas y, ou seja, por meio das marcas linguísticas “não pode ser apenas” e “mas como”, o sujeito procura mostrar que deixar de investir em educação significa deixar de investir no desenvolvimento do ser humano. São, portanto, visíveis, de um lado, os saberes capitalistas, que perpassam a FD estatal, e, de outro, saberes contrários a estes presentes na FD sindical.

Cabe lembrar que após mais de sessenta dias do reinício das aulas, conforme publicado em maio de 2007, a comunidade escolar ainda convivia com a falta de transporte escolar, de merenda, de professores, merendeiras, supervisores, serventes, vigias e orientadores pedagógicos; laboratórios de informática não funcionavam e aqueles que o faziam atendiam precariamente aos alunos. Nesse contexto, o Cpers realizou protestos em todo o estado. No município de Bento Gonçalves, por exemplo, a governadora, em visita à cidade, foi pressionada a se manifestar sobre vários dos pontos citados. No dia 30 de abril de 2007, os trabalhadores ocuparam as dependências da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, com o objetivo de forçar o governo a interromper o processo de desmonte da educação pública. Os manifestantes permaneceram no órgão por 20 horas e, após, seguiram em caminhada com a CUT e outros sindicatos filiados até a Praça da Redenção, no dia 1º de maio.

A ocupação na secretaria, segundo a posição-sujeito sindicato, não foi um ato pacífico, já que o governo não poupou esforços para que os manifestantes desocupassem o local. De acordo com o discurso, o governo estava se valendo de uma postura “autoritária e truculenta”,

pois banheiros foram fechados e a polícia intervira, não deixando os manifestantes entrar com comida e cobertores. Além disso, na madrugada do mesmo dia (1º de maio) a tropa de choque impediu que outros manifestantes se juntassem aos que já estavam na secretaria, conforme será desenvolvido no capítulo 3, em que analisaremos a sd 47 ao tratarmos das designações de governo.

Nos meses que se seguiram à ocupação da SEC pelo Cpers — junho e julho — o Cpers continuou seu embate com o governo, que, em virtude das paralisações ocorridas, decidira “endurecer” determinando o corte do ponto dos dias em que os servidores haviam ficado parados<sup>11</sup>. Sobre isso afirmou o jornal *Sineta*:

**Sd 9 - O modelo neoliberal** de desenvolvimento, disseminado no Brasil por intelectuais e pela mídia comercial, **tem nos trabalhadores suas vítimas principais**. Um dos últimos ataques é a decisão do governo federal de **endurecer com os servidores públicos em greve**, determinando **o corte do ponto dos dias parados**. (*Sineta*, jun./jul. 2007, p. 4- grifo nosso).

Para compreender esse fragmento temos de nos remeter aos princípios da política neoliberal, norteadas pela busca do lucro. Segundo o sindicato, este modelo de desenvolvimento é “disseminado” pela mídia — um mecanismo de poder. Em “um dos últimos ataques” relembra o embate ocorrido entre governo e sindicato, como outros ataques desde o início de 2007, prevendo que haverá outros. Nesse caso, o corte do ponto constitui-se, segundo o discurso sindical, num ato de censura ao movimento e o fato de esta decisão partir do governo federal produz estranheza e questionamentos, uma vez que o seu representante, Lula, sempre esteve à frente de movimentos grevistas e em defesa dos direitos do trabalhador. Há aqui saberes da FD sindical determinando o discurso do Cpers.

Tais saberes podem ser observados na sd 10, logo abaixo, quando por ocasião do dia 15 de junho, em assembleia da qual participaram cerca de cinco mil profissionais da educação de todas as regiões do estado, foi decidido que o Cpers pediria uma audiência com a governadora para exigir soluções imediatas aos problemas relacionados à educação. Segundo o Cpers, as políticas do governo exigiam fortes mobilizações, compreendendo toda comunidade escolar e todos os trabalhadores, além da filiação à CUT, conforme poderemos

---

<sup>11</sup> De acordo como o *Sineta*, o Palácio do Planalto estuda a criação de leis para punir a greve dos servidores, criando categorias especiais que jamais poderão paralisar suas atividades. Ainda refere que essa é uma ideia de um governo que parece crer que a solução para as dificuldades do país reside na repressão dos trabalhadores e de suas ferramentas de luta, podendo contratar e demitir quando bem entenderem (*Sineta*, jun./jul. 2007, p.4).



também observar, de forma mais específica, na análise da sequência discursiva 31, no capítulo 3, ao tratarmos também do processo de designação do governo.

No mês de junho de 2007, o sindicato também lutava pela retirada do PLP 01/2007 do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Essa lei, segundo o jornal, congela o vencimento dos servidores, propondo que se fixe para um período de dez anos uma limitação de despesas. Como implicações da lei para o funcionalismo público federal ocorreria o comprometimento de margem para realização de despesas com novos planos de cargos e salários, ou seja, o congelamento dos salários do funcionalismo, bem como não haveria a contratação de outros profissionais em educação. Tais medidas, se seguidas por Estados e Municípios inviabilizariam qualquer processo de valorização dos servidores, como também investimentos na qualidade dos serviços públicos.

O Cpers ainda critica o governo e as atitudes tomadas em relação à previdência dos servidores, como podemos observar na sequência discursiva sd 10, sobre o questionamento quanto à falta de transparência das contas do governo:

**Sd 10** - O Cpers /Sindicato e a CUT são contra qualquer proposta de mudança na Previdência Social que retire direitos e aumente as dificuldades já existentes na vida dos trabalhadores. Para o Sindicato e a Central, **o sistema previdenciário tem de ser público, universal e com controle social**, como forma de impedir que se amplie ainda mais as desigualdades sociais no País. (*Sineta*, jun./jul. 2007, p. 4 - grifo nosso).

Nos meses que se sucederam, agosto e setembro de 2008, o Cpers também demonstra revolta em relação a Mariza Abreu, na época secretária de Educação, produzindo a campanha “Fora Mariza!”,<sup>12</sup> conforme poderá ser observado quando no terceiro capítulo tratarmos do processo de designação, na sd 53, em que a *comunidade gaúcha* clama por melhorias, não suportando mais os ataques de Mariza e Yeda.

No mês seguinte, em outubro, mais precisamente no dia 11, cerca de duzentos professores acorrentaram-se nas grades e postes do acesso ao palácio Piratini, expressando sua revolta em relação às ações do governo Yeda, que estariam ocasionando o desmonte da escola pública, e questionando a falta de diálogo entre a classe e o governo. As correntes simbolizam a proteção da educação, um patrimônio que está ameaçado pelas práticas governamentais. Segundo o jornal,

---

<sup>12</sup> Mariza Abreu deixou de fazer parte do governo na metade do ano de 2009.

**Sd 11** - O desmonte do Estado e da educação pública gaúcha, associado à falta de diálogo do governo com as entidades representativas dos servidores públicos e com os movimentos sociais, levou os trabalhadores em educação a uma manifestação diferente, porém, de importante simbologia para a sociedade gaúcha. **Acorrentar-se nas portas do Palácio Piratini não foi só um ato de rebeldia, mas também uma atitude de quem quer discutir propostas voltadas a recolocar a educação pública do nosso estado entre as melhores do país.** Os educadores gaúchos nunca foram tão desvalorizados como estão sendo no atual governo. Assim, as correntes simbolizam a defesa de um patrimônio que está seriamente ameaçado. (*Sineta*, out. 07, p. 1 - grifo nosso).

De acordo com a sd 11, o discurso do governo busca silenciar a voz do Cpers, já que não estabelece diálogo com as entidades representativas dos servidores públicos e movimentos sociais. Então, os trabalhadores em educação adotaram uma simbologia diferente: correntes. Ao se acorrentarem, procuraram fazer valer pelo corpo sua voz junto ao governo gaúcho, sem serem impedidos, silenciados, defendendo o patrimônio que está ameaçado. Nesta sequência ressoam vozes que já foram ditas em recorte anterior (sd 4), quando se tratou do processo de privatização da escola pública. As locuções conjuntivas coordenativas aditivas *não...só, mas também* conectam duas ideias exprimindo soma: ato de rebeldia somado à atitude de quem quer discutir sobre as políticas voltadas à educação. A posição-sujeito sindicato se autodesigna como rebelde e como uma instituição de atitude em prol da educação de qualidade.

Em dezembro de 2007, o jornal dá ênfase ao Dia da Consciência Negra e trata da “Marcha dos Sem,” que buscava o reajuste salarial e o fim da terceirização nos serviços públicos. Refere-se também à derrota do “pacotão” do governo Yeda em novembro, discurso que já ressoou nos primeiros meses do governo (conforme sd 5) e com o qual o sindicato se preocupava, no início de 2007.

Após um ano de governo, Yeda, segundo o sindicato, mostrava seu “novo jeito de governar” (presente na sd 7). O adjetivo “novo” anteposto à expressão “jeito de governar” pode ser compreendido como o desmonte dos serviços públicos (conforme sd 11) e o sucateamento (visto na sd 6) do patrimônio do Estado. Yeda, conforme vimos, apostou no *slogan* “novo jeito de governar,” remetendo ao fato de quem está à frente do governo agora é uma mulher, que venceu pelas beiradas a briga já histórica entre PMDB e PT.

Durante todo o ano, ao longo do seu discurso, o sindicato elabora paráfrases do que veiculava desde janeiro de 2007, entendendo “novo jeito” como o “velho jeito” (sd7), ideia presente em todas as edições do *Sineta*. As palavras, em AD, não têm um sentido *a priori*, mas possuem significado de acordo com quem as sustenta, dentro de dadas condições de produção. O sindicato aponta os mesmos erros, apresentando a mesma matriz de sentido; formula paráfrases<sup>13</sup> ao longo do discurso e retoma o discurso sindicalista sobre a educação no estado do Rio Grande do Sul que ressoa há 62 anos. Em outras palavras, desde 1946 há uma repetição de sentidos. O Cpers, ao longo dos anos, lutou contra as ações do governo, buscando a garantia dos direitos dos professores e da educação de qualidade, conforme poderemos observar nos próximos cinco parágrafos.

Segundo o sindicato<sup>14</sup>, em 1946 reivindicara a aposentadoria aos 25 anos de serviço para mulheres e aos 30 para homens; entre 1956 a 1960, os professores exigiram atualização salarial, conforme um compromisso assumido pelo Estado em 1955; entre 1961 a 1970, muitas manifestações foram realizadas nas ruas de todo o estado, exigindo aumento salarial; de 1972 a 1974, o sindicato lutara pelo Plano de Carreira do Magistério, que foi implantado em 1974; em 1976, os professores passaram a discutir abertamente a questão salarial, já que seu poder aquisitivo fora diminuído, o que sinalizava que o governo faltava com o respeito em relação à classe; em 1978, o centro dos professores assinara um acordo com o governo pelo qual se previam a nomeação de vinte mil professores concursados e um aumento salarial de 70%; em 1979, houvera a primeira greve dos professores, com duração de treze dias, o que garantira o acordo realizado em 1978, mas que não havia sido cumprido.

De acordo com a história do sindicato, a partir da década de 1980, mais especificamente nesse ano, 21 dias de greve garantiram aos professores estaduais reajuste salarial escalonado, abono de regência estendido à categoria, 25% do orçamento do Estado para a educação, participação no Conselho Estadual de Educação e piso de 2,5 salários mínimos a partir de 1982; em 1985, os professores fizeram mais sessenta dias de greve, obtendo um salário-base de 2,5 salários mínimos, escalonado até novembro de 1986, décimo terceiro salário; 35% da receita de impostos para a educação, sendo 10% repassados às escolas como verba para manutenção e lista tríplice para eleição de diretores nas escolas. Em 1987, mais 96 dias de greve garantiram manutenção do Plano de Carreira ameaçado pelo governo, não discriminação dos aposentados, garantia de emprego aos quarenta mil

---

<sup>13</sup> A teoria sobre paráfrase será tecida no capítulo 2, quando trataremos da teoria do discurso a partir da AD.

<sup>14</sup> As informações sobre as garantias do Cpers ao longo dos anos foram retiradas de um folheto comemorativo do Cpers/Sindicato dos 63 anos. (Cpers/Sindicato, folheto comemorativo, abr. 2008, p. 02 -03)

professores contratados, até a promulgação da Constituição Federal, que previa estabilidade a estes. Em 1988, nove dias de greve tinham proporcionado aos professores a garantia da unicodência, o pagamento do difícil acesso, reajustes salariais bimestrais. Em 1989, os professores fizeram 42 dias de greve, com o que garantiram o pagamento da alteração dos níveis e da unicodência, a nomeação de três mil professores e a reposição das perdas salariais parceladas.

Na década de 1990, mais garantias, segundo o Cpers, foram adquiridas por meio de greve. Após 58 dias de paralisação, os professores obtiveram um reajuste salarial de 105%, a recomposição da pirâmide do quadro de carreira para promoções, elaboração do anteprojeto de lei para eleição direta de diretores e conselhos escolares. Em 1991, uma greve de 74 dias, que, segundo Cpers, teve apoio da comunidade, garantiu a não implantação do Calendário Rotativo, fim do arroxo salarial do governo Simon, com 191% de reajuste salarial, mas parcelado e retirada da proposta do abono. Entre 1992 e 1994, o Plano de Carreira foi mantido em virtude da mobilização realizada pela categoria e plebiscito realizado pela SEC. Em 1995, com manifestações os professores conseguiram o fim do calendário rotativo, eleições diretas para diretores de escola, reajuste salarial parcelado, o que Britto não cumpriu, mas foi garantido pela Justiça. Em 1997, greve de uma semana garantiu reajuste salarial e, em 1999, houve a extinção do Plano de Carreira imposto pelo governo Britto e retomada do Plano de Carreira solicitado.

De acordo com o sindicato, em 2000, 32 dias de greve conquistaram aos professores 14,9% de reajuste parcelado, reajuste no vale-refeição, fim da sobreposição de níveis, não aumento da contribuição para o Ipergs. No ano de 2001 conquistou-se o Plano de Carreira para os funcionários de escola e manutenção do difícil acesso. Em 2002, mobilizações garantiram aos professores a incorporação do abono ao salário-base dos funcionários de escola, 20% do abono incorporado ao vencimento básico dos professores e reajuste de 25% parcelados. A partir de 2004 até a data do discurso que analisamos, observamos greves, pagamento dos aposentados pelo Tesouro do Estado, fim da municipalização do ensino e extinção da municipalização, política que o governo Yeda (2007) queria implantar; não retirada dos benefícios previdenciários dos trabalhadores em educação; caravana da defesa da educação pública e dos direitos dos trabalhadores, que percorreu o estado. Neste caso, professores se acorrentaram ao Palácio Piratini para chamar a atenção da população sobre o desmonte da educação, provocado pela enturmação e multisseriação, derrubada dos projetos

de lei do governo Yeda de aumento do ICMS e congelamento de salários, ações que identificariam os abusos do governo em relação à educação.

Na mesma matriz de sentido, editorial publicado no mesmo mês, intitulado “É preciso persistir na caminhada” (*Sineta*, dez. 07, p. 2), trata da mobilização, semelhante às ocorridas desde 1946, como extensa e intensa mobilização” porque os trabalhadores em educação queriam garantir seus direitos.

Conforme o jornal, conquistas referentes ao plano de carreira, transporte, situação de professores e funcionários, congelamento de salários, entre outras somente teriam sido obtidas em razão de o Cpers se mostrar firme, criativo e tenaz, enfrentando as adversidades. Os trabalhadores em educação, de acordo com o sindicato, continuariam resistindo aos “ataques,” que “não cessarão”, mesmo que a educação sofresse consequências negativas. Indica-se que haveria uma possível greve em 2008, o que seria sinônimo de “fibra e bravura”. Afirma o Cpers que a governadora, tentando restringir a participação do sindicato, adotara estratégias de terror ao longo do ano, até mesmo usando tropas de choque. Analisaremos as sequências discursivas que tratam desses acontecimentos ao tratar do processo de designação, no capítulo 3.

Em 2008, o sindicato afirma novamente que a governadora e a secretária de Educação dizem-se abertas ao diálogo, no entanto não dialogam com a comunidade escolar e, numa atitude ditatorial, valem-se da mídia para anunciar suas decisões.

**Sd 12** - Não basta apenas se dizer aberto ao diálogo. É preciso exercê-lo na prática. As medidas adotadas na educação pela governadora Yeda Crusius e pela secretária Mariza Abreu expressam a mais absoluta falta de diálogo com a sociedade, no caso específico da educação, com a comunidade escolar. **Ditatorialmente** preferem usar a imprensa para anunciar decisões que afetam a vida de milhares de pessoas. Um exemplo deste tipo de conduta é o fechamento de 7,5 mil turmas. Os pais foram ouvidos? Não. Os alunos foram consultados? Não. Os trabalhadores em educação foram chamados a opinar? Não. Que diálogo, então, é esse? Tudo não passa de conversa fiada (*Sineta*, fev. 2008, p. 1 - grifo nosso).

Observamos na sd 12, por meio de um enunciado dividido “Não basta se dizer aberto ao diálogo. É preciso exercê-lo na prática”, a falta de conexão entre duas ideias. A expressão “aberto ao diálogo”, na prática, de acordo com a posição-sujeito a quem o governo se refere, pode significar fechado ao diálogo. Ainda, a sequência de interrogações chama atenção, na sd 12, para a contradição existente dentro da própria educação. A inexistência da prática de

diálogo não se dá só por parte do governo, mas também da secretária, que, na concepção do *Sineta*, deveria antes de tudo defender os interesses da educação, sobretudo dos alunos, pais e da classe dos profissionais da educação.

A justificativa de que tal prática não existe está marcada no segundo período da sequência acima. “Ditatorialmente” aponta não só para a inexistência de diálogo, mas para o modo como essa falta ocorre, ou seja, pela ameaça, pela coerção, uma vez que as decisões não são negociadas e, sim, anunciadas na mídia.

Como vemos, retomam-se acontecimentos de 2007, no discurso do sindicato, como a enturmação, o retrocesso da multisseriação, o fechamento de bibliotecas e de laboratórios, a suspensão dos serviços de supervisão pedagógica e orientação educacional. No ano de 2008, de acordo com o sindicato, mesmo antes do início da etapa letiva, a governadora anunciou o fechamento de escolas, a municipalização da educação infantil e o enxugamento de cursos da educação de jovens e adultos (EJA).

Nas reportagens escritas pelo *Sineta* retomam-se acontecimentos que fazem parte da memória discursiva, relacionados a outros governos, para mostrar que o movimento, mesmo caelejado, é forte suficientemente para resistir aos ataques do governo, buscando a educação de qualidade. O Cpers ainda afirma que, se os professores querem defender o ensino e assegurar seus direitos, têm de se mobilizar realizando manifestações nas ruas, conforme poderemos observar mais adiante na sd 54, trabalhada no terceiro capítulo, ao tratarmos da designação de educação.

Em abril de 2008, o *Sineta* (abr.2008) informou que mais de cinco mil professores e funcionários haviam decidido, em assembleia geral realizada no dia 28 de março em Porto Alegre, intensificar a mobilização para reivindicar os direitos da categoria. Esperava, assim, que o governo se manifestasse em relação às multisseriações, à necessidade de concurso público para professores e funcionários e à política de recuperação de salários da categoria. Relatou também sobre a fraude do Detran, apontando o envolvimento da governadora com Lair Ferst, coordenador informal de sua campanha e um dos indiciados pela PF naquele órgão estadual.

No mesmo mês, o Cpers/Sindicato afirmou no Editorial da edição “Educar é minha vida, lutar é minha atitude” que, num país que tem uma economia gerada pelo capital, os trabalhadores somente conquistam seus direitos com luta e mobilização. Retomou, assim, atitudes do movimento numa história de 63 anos de atuação, com as quais fora possível obter vitórias para a classe dos servidores estaduais. Assim, em 2008 empenna-se em superar um

grande desafio: reagir ao “desmonte” da escola pública e às políticas de “ataque” aos trabalhadores em educação. Trata, assim, da retenção de recursos, do fechamento de escolas, “amontoando os alunos como se fossem objetos”, da demissão de professores e funcionários, “intensificando o problema nas escolas”. (*Sineta*, abr. 2008, p. 2).

Em junho do mesmo ano (2008), o jornal continuaria tratando da crise Yeda/Detran, denunciando que as pessoas envolvidas seriam parte do “alto escalão” do governo. O *Sineta* afirmava que a governadora poderia ser impedida de governar, questionando sua política governamental. Em julho/agosto o jornal deu ênfase ao novo piso salarial sancionado para os professores, caracterizando-o como uma conquista do educador. No entanto, a luta deveria continuar para que o Plano de Carreira não fosse alterado e pela inclusão dos funcionários nele. O discurso da crise financeira seria mera desculpa para o corte de recursos, conforme sd 13.

**Sd 13** – [...] as lamentações do governo à falta de recursos para garantir o pagamento do piso não se justificam. O discurso da crise financeira **é uma cortina para escamotear o corte de recursos** da educação, saúde, segurança e habitação. (*Sineta*, jul./ago. 2008, p. 03 - grifo nosso\*).

Segundo a posição-sujeito sindicato o discurso da crise financeira recebe a seguinte predicação: “cortina para escamotear o corte de recursos”. O governo esconde-se neste discurso, ou seja, “na cortina”, para escamotear o corte de recursos. Como o governo terá dinheiro para pagar o piso se não possui dinheiro para investir em educação, saúde, segurança e habitação? Nesse discurso ressoa a política “do déficit zero”, retomando saberes da FD estatal, em que o governo é interpelado por uma ideologia neoliberal, a do “novo jeito de governar.”. Assim, em razão dessas práticas governamentais, a posição-sujeito Cpers, interpelada pelos saberes da FD sindical, revolta-se e luta contra a “falta de recursos” e “lamentações do governo”, que em nome da economia “sangra a educação” (conforme sd 1).

Em agosto de 2008, a posição-sujeito sindicato afirmava que para Yeda o sindicato e professores são “inimigos a serem combatidos”. O governo Yeda e o coronel Paulo Roberto Mendes contariam com o apoio do Ministério Público e com a mídia de referência; assim, os professores eram designados como “baderneiros”, conforme poderemos observar na análise que realizaremos ao longo do terceiro capítulo, da designação dos professores pelo governo.

Entre os meses de julho e agosto foi sancionado o piso salarial de R\$ 950,00 pelo presidente Lula para os profissionais do magistério, uma conquista dos trabalhadores. No entanto, no mês de setembro o sindicato publicou: “Yeda nega piso do magistério e aumenta seu próprio salário”. Além do seu salário, também os secretários, a exemplo de Mariza, teriam recebido aumento. Segundo o jornal, Yeda não queria pagar o piso, conforme (sd 14):

**Sd 14** - É inaceitável que **o governo Yeda não queira pagar o piso**. As leis foram feitas para serem cumpridas. Aliás, todo o trabalhador é obrigado a cumprir leis em vigor em qualquer parte do mundo. **Ou** será que no Rio Grande do Sul os educadores não merecem receber o mesmo salário que os profissionais dos demais estados do país? (*Sineta*, set. 08, p. 02 -. grifo nosso).

O uso da conjunção coordenativa alternativa “ou” aponta para uma alternância entre discursos: o não-pagamento do piso pelo governo estadual e a lei do governo federal — mesmo salário que os profissionais dos demais estados), questionando, assim, os trabalhadores se admitem que o Rio Grande do Sul não tem direito ao mesmo salário do restante do país.

Yeda, conforme a voz do sindicato que já observamos na sd 13, não queria pagar o piso, o que seria inaceitável para a posição-sujeito Cpers, pois as leis foram feitas para serem cumpridas. O sentido do adjetivo “obrigado” não é dado *a priori*, pois é interpretado de acordo com a posição-sujeito: para o governo, segundo o sindicato, não existiria obrigação; para os trabalhadores, sim, pois são obrigados a cumprir leis.

Portanto, de acordo com o discurso do sindicato, se o governo federal sancionara a Lei do Piso, Yeda teria de cumpri-la e essa ação da governadora constituiria num desrespeito à Constituição Federativa do Brasil, a lei maior do país. O governo estadual jamais poderia revogar uma lei federal, devendo cumpri-la. No entanto, como expressa o discurso sindical (na sd13), o governo se esconde atrás da cortina da crise financeira e tenta convencer os trabalhadores, que são obrigados a cumprirem leis, sob pena de perderem seu emprego ou responderem por suas ações, de que não pode cumprir a lei, por causa da crise. Assim, o sindicato, uma posição-sujeito interpelada pelos saberes da FD sindical, não só se posiciona contra o governo, mas também defende a igualdade de direitos, saberes que circulam nas FDs sindicalistas.



No mês de outubro de 2008, a manchete do jornal era “Educadores são atingidos na praça matriz” (*Sineta*, out. 2008, p. 1). Observamos o uso do sujeito “Educadores” na voz passiva, no qual “Educadores” sofrem a ação de terem sido “atingidos”. O governo, mais uma vez, segundo o sindicato, é o responsável pela ação. Mesmo não estando presente linguisticamente, retoma-se no contexto qual é o agente da ação.

Segundo o jornal, Yeda mandara tropas de choque à Praça Matriz para agredir os educadores e os tachara de criminosos. Na mesma edição, o sindicato também tratava da falta de diálogo do governo com os educadores (já referido na sd 12), afirmando que o mesmo estaria tratando os trabalhadores como criminosos, tentando, assim, calar quem se opunha às suas políticas, que se voltavam ao sucateamento dos serviços públicos e eram favoráveis à iniciativa privada.

Em novembro de 2008, os professores entraram em greve. Conforme o Cpers/Sindicato, os planos de carreira e o piso nacional estavam ameaçados pela governadora. Assim, a categoria optara pela paralisação. Posteriormente a essa medida, a greve foi suspensa. Conforme o sindicato, foi uma tática utilizada pelos educadores que querem defender a educação. Refere também ao período de férias em que os docentes estariam atentos às atitudes da governadora, conforme podemos observar no recorte abaixo sd 15:

**Sd 15** - (...) trata-se apenas de um **recuo tático** que os educadores optaram para defender a educação e garantir o ano letivo dos alunos, já que o governo mostrou-se insensível para fazê-lo. (*Sineta*, dez 2008 - grifo nosso).

Analisando o embate entre as posições sujeito Cpers e governo, observamos que o sindicato, ao longo dos dois anos de governo Yeda, sempre reivindicou, sobretudo melhores salários e condições dignas de trabalho, como também uma educação pública de qualidade, questionando o porquê de o governo não priorizar a educação em seus investimentos.

Constatamos também que a posição-sujeito do governo, representada principalmente por Yeda, não dá voz aos manifestantes. Logo, o único meio de manifestação são os *outdoors*, greves e o jornal que é a materialidade em nossa pesquisa. O discurso político que analisamos remonta, como já observamos, ao discurso inicial do sindicato e, como expressa Courtine (2006, p. 51-52) lembra que a revolta de maio de 1968 na França fora uma revolução discursiva: “uma exasperação da produção de discursos, uma multiplicação de sua circulação,

uma inundação verbal que enchia as ruas e as mídias – deixou numerosas marcas textuais, que cobriram os muros das cidades”. (p. 51-52).

É exatamente desse modo que o discurso do Cpers deixa marcas textuais seja no jornal, seja no *blog*, seja em folhetos, manifestações, greves ou cobrindo muros da cidade, principalmente nomeando a governadora como a principal mentora, aquela que faz sangrar a educação, conforme o *outdoor* que motivou a realização esta pesquisa.<sup>15</sup>

A revolta da posição-sujeito Cpers em relação ao governo levou a que, ao longo desses dois anos (2007/2008), o governo Yeda fosse nomeado de diferentes formas conforme veremos no capítulo 3 desta dissertação.

### **1.3.3 A voz do governo: a mídia de referência**

Neste item analisaremos a voz do governo a partir da mídia de referência que é interpelada pela FD estatal. Para tanto, recortamos cinco sequências (sd 16 a sd 20) de regularidade no discurso da mídia para mostrar como ela discursiviza a respeito do governo e Cpers.

O governo do estado do Rio Grande do Sul (2007-2011) pertence ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em coligação com o Partido da Frente Liberal (PFL), tendo como governadora Yeda Crusius, economista e a primeira governadora na história do Rio Grande do Sul, e como vice-governador Paulo Feijó, administrador de empresas, atuante nesta área e atualmente filiado aos Democratas (DEM).

Na luta pelo cargo, a dupla opusera-se em 2006 ao então governador Germano Rigotto e a Olívio Dutra (ex-governador do estado e pertencente ao Partido dos Trabalhadores), candidato que disputou com Yeda/Feijó o segundo turno. Durante as eleições, Yeda usava como slogan o enunciado *Um novo jeito de Governar* e atacava o governo do estado (Germano Rigotto), representante do partido do qual tinha sido filiada durante três anos e meio. Yeda e Feijó representam uma parceria marcada por desentendimentos desde o início (lembre-se em 2006 a crise do Detran e Banrisul, envolvendo o ex-ministro da Casa Civil César Busatto) e, conseqüentemente, por muita polêmica.

---

<sup>15</sup> Conforme o *outdoor* apresentado na sd1.

Lembramos que a ideologia tem espaço para a contradição, uma correlação de forças entre uma ou mais formações ideológicas. Como secretária de Educação, o Estado contava com Marisa Abreu, que com suas práticas travou grandes embates com a classe docente.

De acordo com o discurso publicado pelo sindicato, a conjuntura do momento (2007 - 2011) está pautada numa política neoliberalista, tentando convencer a opinião pública, com o auxílio da mídia de referência, de que o Rio Grande do Sul vivia uma crise financeira e que a solução para diminuir esse déficit seria o seu “novo jeito de governar”, o que a governadora conseguira no final de 2008. No entanto, o sindicato via esse discurso como uma ideologia<sup>16</sup> da classe dominante para justificar a perpetuação do arrocho salarial e dos rumos que a educação vinha tomando, questionando o governo em suas práticas. Para tanto, segundo o Cpers, o governo vale-se da imprensa para anunciar suas decisões sem dialogar com o sindicato, conforme analisado na sd 12

Com base nas formulações de Pêcheux (1990, p. 17), podemos pensar que práticas políticas (como a do Cpers/Sindicato) se inscrevem no seio de um aparelho ideológico, mesmo que seja uma mínima parte, como uma missa, num enterro, jogo, aula, reunião, encontro e, no caso deste aparelho, num plenário, num ato público, numa manifestação, na publicação de material como o jornal *Sineta*, *folders*, *outdoors*, informativos e com greves.

A mídia de referência do Rio Grande do Sul veicula, predominantemente, segundo o sindicato, a voz da ideologia dominante, ou seja, do governo.<sup>17</sup>, o que observamos no recorte da sd 16:

**Sd 16 - Professores exigem implementação do piso nacional, tema questionado na Justiça pelo governo gaúcho.** A governadora **Yeda Crusius voltou a defender** o projeto que cria o piso salarial estadual para os professores, assinado terça-feira e encaminhado à Assembléia Legislativa. **A defesa da governadora contraria o Cpers, já que a categoria pede a retirada do projeto.** Os professores exigem o cumprimento da lei que estabelece o piso nacional, questionada na Justiça pelo governo gaúcho. — A gente é a favor do piso e vai pagar um ano antes do prazo — (*Zero Hora*, jan. 2008- grifo nosso).

Na sd 16 observamos novamente o embate entre as posições-sujeito governo (FD estatal) e Cpers (FD sindical) numa relação antagônica entre os saberes das respectivas FDs.

<sup>16</sup> O conceito de ideologia que trabalhamos nesta dissertação é o construído por Pêcheux em suas diferentes formulações, mas principalmente na formulação realizada em *Semântica e discurso, uma crítica à afirmação do óbvio*, nos anexos produzidos pelo autor.

<sup>17</sup> Referimo-nos ao jornal *Zero Hora*, pertencente ao Grupo RBS.

Os professores “exigem” a implementação do piso nacional, mas a governadora “contraria-os” defendendo o piso estadual. Segundo o sindicato, mais uma vez, o governo, usando os mecanismos de poder, tenta silenciar os professores, pressiona para que aceitem a proposta da governadora que, contando gastos em educação, irá resolver os problemas financeiros de seu estado; contudo, na verdade, tal gesto pode resultar em problemas futuros muito maiores, afrontando, assim, a Constituição (conforme já denunciado em discursividades no jornal *Sineta*, na sd14). No entanto, conforme o discurso do sindicato, os professores estaduais conhecem seus direitos e buscam na lei constitucional federal a garantia dos seus direitos.

O jornal de referência funciona como uma instituição de poder perante a sociedade, sendo a sua voz tomada como verdade absoluta pelos leitores. Esse discurso se identifica com o discurso institucional, do governo, pautado na política de que é preciso ter para ser. A mídia veicula os conflitos entre as posições-sujeito do embate dizendo-se imparcial, como se a linguagem pudesse ser considerada translúcida e sem opacidade. O sujeito jornalista deixa suas marcas, suas cicatrizes, no discurso, deixando transparecer a ideologia com a qual o periódico trabalha.

Podemos observar nas sequências sd 17 e sd 18 que somente posições-sujeito pertencentes à FD estatal tem sua voz veiculada na íntegra, valendo-se do discurso direto, ao passo que a voz do Cpers somente aparece em discurso indireto.

**Sd 17 - O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul entendeu** que os associados do Cpers-Sindicato não têm direito ao abono de ponto para participarem de uma mobilização contra a Reforma da Previdência em Brasília, de 3 a 7 de dezembro.

A entidade que representa os professores do Rio Grande do Sul pediu a liminar, alegando que teria havido violação, por parte da Secretária de Estado da Educação, a um direito dos associados, uma vez que a Constituição Estadual impede qualquer restrição à participação em atividade sindical.

O Cpers defendeu que o evento tem conteúdo de defesa da classe, razão pela qual o afastamento dos associados deveria ser computado como efetivo exercício com abono do ponto, informou o Tribunal de Justiça.

**Para o desembargador Arno Werlang, o sindicato não pode "prejudicar ou impedir a prestação do serviço, de igual ou superior relevância, a que estão aos seus associados".** (*Zero Hora*, 2008- grifo nosso)

**Sd 18** - Está começando hoje a aplicação das provas do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul, que vai testar 400 mil alunos da 5ª série do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio.

Respondendo a uma pergunta sobre a resistência do Cpers ao sistema de avaliação, a secretária estadual da Educação, Mariza Abreu, respondeu:

— **Uma coisa é o Cpers e outra é o magistério.**

Mariza diz que a avaliação veio para ficar e será usada para qualificar o ensino nas escolas gaúchas e **disseminar boas práticas**. Lembrou o caso de uma escola de Humaitá, que teve o melhor desempenho na avaliação nacional. O segredo: 10 minutos diários de leitura, envolvendo alunos, professores e até os serventes. (*Zero Hora*, 2008 - grifo nosso)

O discurso da FD estatal rompe com o discurso do Cpers (FD sindical), opondo-se a este, e o maior exemplo disso é o enunciado “Uma coisa é o Cpers e outra é o magistério”. O sindicato é visto por Mariza, segundo a sd18, como uma instituição que nada tem a ver com o magistério, esquecendo-se que os membros do sindicato são professores. Além disso, segundo o discurso Arno Werlang, desembargador, o Cpers estaria impedindo os professores de trabalharem. Certamente dentro da FD sindical existem diferentes posições-sujeito, como presidência, representantes, professores e funcionários associados; no entanto, há também professores e funcionários não associados. Independentemente de participarem ou não do movimento, sabemos que não há trabalhador que não busque melhores condições de trabalho.

Além disso, cabe destacar que a voz do Cpers não aparece diretamente, como a voz do governo e, quando aparece no discurso de outro, do sujeito jornalista, aparece negativamente, sugerindo que o sindicato prejudica a educação. O discurso jornalístico tem o mundo como objeto para se enunciar, funcionando como uma modalidade de discurso *sobre*. A imprensa fala, ou pelo menos deveria falar, *sobre* esse mundo, tornando-o compreensível a todos os leitores. O dia a dia e a história, trazidos em fragmentos pelo jornal, ganham sentido ao serem relacionados com um já-lá. “E essa interdiscursividade pode ser reconstruída através da análise dos processos parafrásticos presentes na cadeia intertextual que via se construindo ao longo do tempo”. (MARIANI, 1998, p. 61), conforme observamos nas sequências 19 e 20.

**Sd 19** - Os impactos financeiros<sup>18</sup> desses aspectos da lei são insustentáveis, colocando em risco o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e, no Rio Grande do Sul, o esforço empreendido por toda a sociedade em busca do equilíbrio das contas públicas. (*Zero Hora*, nov. 2008, p. 17.)

---

<sup>18</sup> Segundo Mariza, o projeto de lei do governo Lula trazia como informação apenas o piso e tinha apoio dos Estados; no entanto, foi modificado pelo Congresso, que solicitou ao STF a análise da constitucionalidade do mesmo. O projeto define a jornada de trabalho dos docentes a partir de 2010, transformando o piso em vencimento inicial, estabelecendo um reajuste anual automático no valor desse piso. Segundo a então secretária, isso traria impactos financeiros insustentáveis ao governo. (*Zero Hora*, nov. 2008)

**Sd 20** - O governo do Estado vai pagar em 2009 o piso nacional dos professores de R\$ 950,00 para 40 horas semanais que inclui o adicional por tempo de serviço. Hoje, já existe um piso estadual de R\$ 862,80 sem esse adicional. E reafirma seu compromisso com a recuperação salarial do magistério articulada com o aperfeiçoamento da carreira dos professores e a melhoria da qualidade da educação para todos os gaúchos. (*Zero Hora*, nov. 2008, p. 17.)

De acordo com o sindicato, o discurso de Mariza sobre a questão da responsabilidade fiscal posiciona-se na mesma matriz de sentido do discurso de Yeda, ou seja, a secretária de Educação repete o discurso da governadora, do déficit zero, para equilibrar as contas públicas. Em seguida, enuncia o mesmo discurso do Cpers, como vimos em sequências discursivas anteriores, de aperfeiçoamento da carreira dos professores e qualidade na educação. No entanto, o que é aperfeiçoamento da carreira dos professores e qualidade de educação para o governo não é o mesmo que para o sindicato. Assim, o discurso é o mesmo, mas o sentido é diferente, observando-se uma relação polissêmica<sup>19</sup>.

Soma-se a isso que novamente a voz do Cpers não aparece. Grigoletto explica que o jornalista, o sujeito responsável pela organização do discurso jornalístico, ocupa um local histórico e sofre algumas determinações da ordem da exterioridade. “Assim, na passagem do espaço empírico para o espaço discursivo, o sujeito jornalista inscreve-se num determinado lugar discursivo, o qual está determinado pelas relações de verdade e poder institucional que ele representa socialmente – a mídia”. (GRIGOLETTO, 2005).

O local onde o discurso é produzido estabelece as relações/significações de sentido. Não há discurso que não aponte um já-dito em local dessa formação discursiva; discursos já correntes sustentam outros dizeres pronunciados em determinadas formações discursivas. Cada sujeito, ao se enunciar, visa a produzir efeitos de sentido em seu interlocutor, buscando regular sua argumentação. O lugar (formação discursiva) de onde essas posições-sujeitos pertencentes a FDs diferentes (FD estatal e sindical neste caso) falam, constitui o que dizem.

Segundo Orlandi (2005, p. 39), tem-se a chamada relação de forças: “do lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Desse modo, se o sujeito fala a partir do lugar do professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno”. Assim é a mídia, pois os sujeitos a tomam como uma voz que possui autoridade e é dona da verdade. A sociedade constitui-se por relações que são hierárquicas, forças

---

<sup>19</sup> Explicaremos esse conceito no segundo capítulo, quando trataremos dos princípios teóricos que norteiam o trabalho de forma mais específica.

sustentadas pelo poder que se “fazem valer na ‘comunicação’” (ORLANDI, 2005, p. 40); logo, a fala daquele que tem mais poder é mais significativa do que a do oprimido.

Sobre os efeitos de verdade produzidos pela mídia, Grigoletto refere:

Se pensarmos a formação social relacionada às diferentes formações ideológicas, as quais, por sua vez, estão materializadas nas diferentes relações de poder que perpassam instituições como mídia e a ciência, temos a disciplinarização dos saberes, sustentada pelos efeitos de verdade, funcionando no conflito de FIs e relações de poder. Assim, o sujeito do discurso, ao mesmo tempo em que ele é interpelado/ assujeitado ideologicamente pela formação social, ele se inscreve/ocupa um dos lugares sociais que lhe foi determinado. (2005, p. 5).

A imprensa assume um lado interpretativo e cada jornal acaba tomando uma posição na sociedade, uma tomada de poder. O jornal tenta convencer o leitor de que retrata a verdade de forma imparcial, valendo-se de um discurso translúcido, neutro. No entanto, não há translucidez nem neutralidade, visto que os próprios jornalistas – que também são sujeitos históricos – inserem-se no discurso e deixam suas marcas.

As greves, *outdoors* e *folders* muitas vezes são interpretados pela sociedade como ato de rebeldia dos professores e, como sabemos, já há algum tempo que circula na sociedade o discurso de que os professores realizam greves para não trabalhar, prejudicando os alunos. A que voz a comunidade tem acesso? À voz da mídia.

Como foi visto, as palavras não possuem seu sentido em si, o qual é determinado pelas posições ideológicas de quem as produz. A mídia exerce um grande poder no sujeito, tanto que este retoma a sua voz como a única existente. A imprensa, para grande parte dos leitores, estaria comprometida com a verdade de forma imparcial (quando é parcial), como observamos nos recortes analisados.

Pêcheux explica que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (1997b, p. 163). O sujeito jornalista se identifica com o discurso da mídia, que, por sua vez, busca veicular o discurso do poder, daquele que efetivamente tem voz. O autor explica que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seus discursos) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (p.161).

Segundo Mariani (1998, p. 61), o discurso jornalístico traz uma grande contribuição à constituição do imaginário social e à cristalização da memória do passado, auxiliando também na construção de uma memória do futuro. Tomando por exemplo o discurso do Cpers/sindicato na mídia de referência estadual, observamos que praticamente não há espaço para as diferentes vozes do conflito entre sindicato e governo. Em grande parte, apenas a voz do governo está presente, não havendo espaço para réplicas e polêmicas em relação aos manifestantes. O discurso da mídia é tido pelos leitores como um discurso de autoridade que traz a voz do poder, da FD estatal, silenciando o discurso do Cpers.

O discurso do governo, de acordo com o sindicato, é autoritário, buscando silenciar quem a ele se opõe. Se tomarmos a época da ditadura no país, observamos um silêncio local, visto que os manifestantes eram silenciados pela censura, pelo castigo. Mesmo que vivamos numa república, num país onde deveria vigorar a democracia, ainda temos discursos silenciados, seja pelo jornal, seja por tropas de choque, como já observamos em recortes antes analisados. Mariani ainda colabora dizendo que, “se não há espaço para confrontos, réplicas ou polêmicas, os sentidos da formação discursiva política dominante se instalam e se disseminam com maior facilidade” (1998, p. 61).

A mesma autora afirma:

A ordem do discurso jornalístico, com seu sistema de exclusões e limites, marcada por um tipo de relação com a verdade e com a informação (ou melhor, com a verdade-da-informação), está relacionada por um lado com a ilusão referencial da linguagem e, por outro, com seu próprio processo histórico de constituição. Isto quer dizer que no discurso jornalístico, como tal, já se tem uma memória da própria instituição da imprensa agindo na produção de notícias. Memória que atua como um ‘filtro’ na significação das notícias e, conseqüentemente, no modo como o mundo é significado. (1998, p. 67).

O leitor comum, segundo Mariani, nem sempre consegue perceber a não imparcialidade jornalística e toma toda notícia como verdade. Encontra-se nesse discurso, como já foi tratado, um dizer sobre, no qual “os mecanismos de poder vão tanto distribuindo os espaços dos dizeres possíveis como silenciando, localmente, o que não pode e não deve ser dito”. (1998, p. 97).

O que interessa é mostrar que a mídia de referência enuncia de um lugar que se constituiu historicamente e que assume uma tomada de posição perante as relações de poder. Sua função perpassa a informação: ao escrever, a imprensa/jornalista deixa marcas (cicatrices)



que denunciam sua ideologia, visto que seu posicionamento está determinado pelo lugar empírico/social a que pertence. A imprensa, tomada como um discurso jurídico, de autoridade em relação à sociedade, constrói posicionamentos, os quais geralmente retratam a voz conservadora, da ideologia dominante; enuncia em suas notícias o que a ideologia dominante permite que seja dito e um leitor inconsciente, descentrado, toma essa voz como a única existente e a reproduz em seus dizeres.

## **2. CPERS E O GOVERNO: A LUTA DE CLASSES E OS APARELHOS**

Neste capítulo realizamos um percurso pelos conceitos discursivos da AD. Trabalhamos com o conceito de discurso, bem como com outros que por ele são mobilizados. Primeiramente, definimos o discurso com base em Pêcheux e, posteriormente, trazemos também os estudos realizados no Brasil. Ainda, definimos o conceito de ideologia seguindo Marx e Althusser e tratamos do deslocamento proposto por Pêcheux. Em seguida, abordamos o dispositivo de interpretação em Análise do Discurso. A teoria está relacionada à materialidade do discurso, já que buscamos sempre um ir- e -vir entre teoria e materialidade.

Os discursos do Cpers/Sindicato e do governo mobilizam a sociedade, formando diferentes opiniões. Cada aparelho possui ideologias que não existem de forma estanque, porque eles coexistem na sociedade; justamente por isso, as ideias entram em conflito, que é materializado no discurso que ora analisamos.

Analisar o discurso político exige do leitor, além de conhecimento linguístico, uma visão ampla do mundo que o cerca e da história que atravessa o discurso. Segundo Courtine (2006, p. 13) “a AD é, assim, um dos lugares onde a lingüística encontra manifestadamente a política, ainda que as modalidades desse encontro sejam, às vezes, objeto de um silêncio um pouco embaraçado ou de numerosos desvios”. Courtine ainda explica que a AD é uma prática de leitura de textos políticos, constituída por uma montagem de dispositivos linguísticos que servem para sanar deficiências na leitura desses discursos (2006, p. 14).

Por isso, ao analisar um discurso desse gênero valemo-nos de um dispositivo teórico que nos guiará na leitura desses textos, entendendo o real sob uma língua que aparentemente é transparente, neutra, mas que, na verdade, é dotada de opacidade, ambiguidade e pluralidade de sentidos.

Sobre o real da língua,

existe para Pêcheux um real da língua que tem a ver com a ordem da língua – ordem significante em funcionamento, marcada pela falha. Existe também a ordem da história, o lugar do equívoco, que impede o sucesso total das identificações e obriga o sujeito a tomar uma posição, a interpretar. (apud MORALES, 2008, p. 44)

Portanto, dissertamos sobre alguns conceitos que circulam na tríade de disciplinas que constituem a AD — linguística, história e psicanálise — os quais ao longo do trabalho serão amarrados, produzindo sentidos. Cabe destacar que em AD um conceito mobiliza outros. Assim, tratamos desses, mas ao longo do discurso conceitos já mobilizados (re)emergirão para explicar o funcionamento do discurso do Cpers.

## **2.1 Análise do Discurso: um terreno de estudos de discursos no Brasil**

Alguns estudiosos, com base nos trabalhos realizados por Pêcheux, começaram a se interessar também na América Latina, principalmente no Brasil, pela linguagem de forma peculiar, dando origem aos estudos em AD no país, dentre os quais é precursora Eni Orlandi.

De acordo com Leandro Ferreira (2005, p.16), com a morte de Pêcheux em 1983, houve um “esvaziamento do grupo de pesquisa liderado por ele, a tal ponto, que, hoje, na França, não se ouve mais falar em Pêcheux. Seu nome, suas obras, sua inquietante reflexão foram deixados de lado, até mesmo por aqueles que se dizem ‘analistas de discurso’ na França”. No entanto, este estudioso passou a ser muito citado na América Latina, sobretudo no Brasil.

A autora (2005, p.16) relata que as razões que fizeram surgir a Análise de Discurso na França, no final da década de 1960, são diferentes das razões que a fizeram proliferar entre nós, no final da década de 1970. Na França, o quadro da conjuntura política da época contrapunha a Análise do Discurso à tendência dominante nas ciências sociais – o conteudismo, a análise de conteúdo – como também à entrada da corrente formalista, logicista, graças ao prestígio, entre outros, de linguistas como Chomsky. No Brasil, desde o início, o embate deu-se com a linguística, que acusava a Análise do Discurso de não dar importância à língua, fixando-se exclusivamente no político. Por essa trilha, surgem os epítetos de “análise do discurso radical ou ortodoxa” atribuídos à Análise do Discurso concebida por Pêcheux.

Portanto, se no início a AD, tratando-se principalmente dos estudos no Brasil, era vista como uma disciplina que não estava relacionada ao estudo da língua, criticada frequentemente por disciplinas de tendência mais estruturalista, hoje tem seu espaço nos estudos que se referem à linguagem. Segundo Leandro Ferreira, ficou o legado de Michel Pêcheux — “a

relação de nunca acabar”—, que ganhou do “pai” desdobramentos e deslocamentos que garantem a permanência e o prestígio dessa teoria entre nós.

Pêcheux em *Semântica e discurso* cita um discurso de Lênin —“A língua sempre vai onde o dente dói”—, expressando o retorno incessante a uma questão que incomoda, indicando que há alguma coisa por trás (1997b, p. 87-88). Quem se propõe a analisar discursos enfrenta uma questão: existem sentidos que emergem a partir de gestos de interpretação, de modo que somente por meio da língua relacionada à história é possível retomá-los para que o discurso faça sentido, conforme podemos observar no texto verbal e na fotografia abaixo:

**Sd 21 - Trabalhadores acorrentam-se no Piratini em defesa da educação pública gaúcha.**



(Sineta, out. 2007, p. 02- grifo nosso).

Os trabalhadores em educação, não encontrando mais alternativas para serem ouvidos pelo governo, acorrentaram-se em frente às portas do palácio Piratini, mas a manifestação foi interrompida pela tropa de choque, que trouxe consigo vergalhões para cortar as correntes. Isso ocorreu desta vez, sem violência, em virtude da intervenção de parlamentares e da direção do sindicato, que protegeram os manifestantes. Observamos também a fotografia em que um membro do sindicato segura uma sineta, símbolo do Cpers, junto à corrente e ao cadeado. A sineta tem a simbologia de chamar todos à luta em prol da educação e também de ressoar o enunciado durante a Primeira Internacional “Trabalhadores do mundo inteiro, unidos!”. Toda essa movimentação retoma as manifestações desde 1946, a partir de greves,

plenárias, passeatas, buscando garantir o direito dos trabalhadores em educação e uma educação pública de qualidade.

Para Pêcheux:

Pensamos que uma referência à História, a propósito das questões de Linguística, só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que só se pode chamar as “práticas linguísticas” inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada: com essa condição, torna-se possível explicar o que se passa hoje no “estudo da linguagem” e contribuir para transformá-lo, não repetindo as contradições, mas tornando-as como os efeitos derivados da luta de classes hoje em um “país ocidental”, sob a dominação da ideologia burguesa. (1997b, p. 24)

Assim, trabalhamos neste texto com base numa teoria materialista da linguagem, pois as práticas linguísticas do Cpers se inscrevem em um discurso da luta de classes, entre o burguês (governo) e o proletário (trabalhadores em educação). Pêcheux (1997b, p. 158) ainda expressa que é por meio da ideologia que são oferecidas evidências pelas quais todo mundo sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma greve, levando a que uma palavra ou enunciado “queiram dizer o que realmente dizem”. Assim, mascara-se sob a “transparência da linguagem” aquilo que Pêcheux chama de “caráter material” do sentido, das palavras e do enunciado.

Para Pêcheux (1997b, p. 151), “a Ideologia em geral não tem história”, já que ela se caracteriza por “uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não histórica”<sup>20</sup> Sobre a questão da materialidade da linguagem do discurso, Pêcheux explica que

as palavras, expressões, proposições...mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” [...] e “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas ( 1997b, p. 160-161)

A palavra “greve” muda de sentido de acordo com as posições-sujeito que se inscrevem em diferentes formações discursivas (FD sindical e estatal): para o sindicato, tem sentido de manifestação pela garantia dos direitos dos profissionais em educação; para o

<sup>20</sup> Mais adiante, ainda neste capítulo, trabalharemos com o conceito de ideologia de Pêcheux.

governo, de agitação social, baderna; para os pais, pelo senso comum, atraso nas aulas, e assim por diante. Numa perspectiva mais estruturalista, analisaríamos a palavra “greve” com um sentido homogêneo, ao passo que na perspectiva discursiva observamos que o sentido não é transparente e que a interpretação ocorrerá de acordo com a formação discursiva de cada sujeito. Assim, considera-se o sentido como heterogêneo, o que não significa que interpretar é um ato que possa ser feito à revelia, visto que, uma palavra, expressão, proposição, podem ser interpretadas de diferentes maneiras, mas nunca infinitamente. Observemos, então, os sentidos assumidos pela palavra greve dentro da FD estatal, pela mídia (sd 22), e da FD sindical, pelo Cpers/Sindical (sd23):

**Sd 22** - Cpers programa **greve** e **tumultua** fim do ano letivo. <sup>21</sup>(*Zero Hora*, dez. 2009 - grifo nosso)

**Sd 23** - Nós não tivemos saída, a sociedade precisa entender isso. Tentamos negociar com o governo, solicitamos audiências, mas não fomos ouvidos. A **greve** foi a única **saída** que nos deixaram – disse a presidente do sindicato, Rejane de Oliveira. . (*Zero Hora*, dez. 2009 - grifo nosso)

Como pode ser visto a greve para a posição-sujeito do governo/mídia FD estatal) é designada como “tumulto”, assumindo sentido de agitação social por parte dos professores, porque prejudica o fim do ano letivo. No entanto, para a posição-sujeito Cpers é “a saída”, já que o governo não ouve o sindicato; então, a única maneira de garantir os direitos é por meio da greve, o que a sociedade tem de entender, ou seja, não criticar a atitude do sindicato. A mídia, diante do embate, mostra seu lado interpretativo e se posiciona a favor do governo. É o professor que “tumultua”, segundo o jornal, esquecendo-se de que o professor é um trabalhador, um profissional da educação, que é silenciado pelo governo, o qual não se mostra aberto ao diálogo. Logo, esse mecanismo de poder publica a voz de uma ideologia dominante e grande parte dos sujeitos leitores interpreta seus dizeres como verdade absoluta.

Como já afirmamos o discurso, visto à luz dessa teoria, não remete apenas à materialidade linguística, na qual o texto é visto como uma organização material, visando à estrutura linguística, mas como efeito de sentido entre interlocutores, num processo em que o

---

<sup>21</sup>. Com a paralisação, o sindicato visava a barrar propostas do governo estadual que alterariam o Plano de Carreira dos profissionais em educação.

sujeito, por ser social, perde suas características individuais e, assim, é visto a partir de um lugar socialmente determinado.

Conforme expressa Pêcheux, “o termo discurso, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B”. (PÊCHEUX; GADET, 1993, p. 82). O discurso produz efeitos de sentido diferentes de acordo com as condições de produção em que um enunciado é proferido e cada sujeito o interpreta de acordo com o lugar que ocupa estrutura social. Pêcheux ainda explica (p. 82): “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.”

Para explicar o discurso da perspectiva da AD, Pêcheux faz uma comparação deste com a perspectiva estruturalista saussureana:

Seja, por exemplo, o discurso de um deputado na Câmara. Do ponto de vista saussuriano, o discurso é, enquanto tal, da ordem da fala, na qual se manifesta a “liberdade do locutor”, anda que, bem entendido, seja proveniente da língua enquanto seqüência sintaticamente correta. Mas o discurso é tomado pelo sociólogo como uma parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo lugar no interior de uma formação social dada.

Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido de oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’ etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, o que promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; (1993, p. 76-77).

Por acreditarmos que o discurso é efeito de sentido entre A e B, no caso entre dois lugares sociais, é que visualizamos a Análise do Discurso como a teoria que daria conta do nosso objeto de estudo. Cada um, Cpers e governo, pertencem a lugares sociais diferentes e seu discurso é pronunciado com base nas condições de produção dadas e já trabalhadas no capítulo anterior: o Cpers, que se inscreve na FD sindical, é um sindicato que luta pelos direitos dos professores e por uma educação de qualidade, representando o direito de um coletivo; o governo, principalmente pela posição-sujeito de Yeda Crusius, inscreve-se na FD

estatal e, como tal, é oposição ao Cpers. Existe, portanto, uma relação de forças antagônicas. Pêcheux e Fuchs (1975) entendem o discurso como a articulação de três regiões da ciência:

1. materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias.
2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo.
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém ainda explicitar que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica. (1997, p. 163)

Assim, o discurso na AD é uma relação entre língua-sujeito-inconsciente e história, não podendo ser confundida como uma mera análise/interpretação de texto, pois se preocupa com os sentidos construídos pelo sujeito. Há, pois, uma relação intrínseca entre o lingüístico e o social, levando em conta a ideologia.

Seguindo o precursor Pêcheux, Courtine define discurso:

O termo discurso foi usado de maneira sistemática na lingüística moderna apenas recentemente; o mesmo ocorreu com a disciplina que estuda esse fenômeno: a análise do discurso. O problema do discurso se tornou o centro de interesse lingüístico entre 1950 e 1960, embora sua origem possa ser estabelecida muito antes desse período: a que se dedicaram as retóricas desde a antiguidade clássica, senão voltar suas atenções para o discurso na medida em que formulavam suas regras, descreviam suas configurações, avaliavam seus efeitos? Esse tipo de atenção sobre os mecanismos que governavam o discurso o tornavam eficiente desviaram-se um pouco desde a fundação da lingüística moderna. As razões para isso são bem conhecidas: com Ferdinand de Saussure a lingüística se tornou uma lingüística da linguagem, excluindo o sujeito falante e, portanto, o discurso produzido por este sujeito. A substituição do paradigma lingüístico estrutural pela gramática gerativa, nos anos 60 fundamentalmente, não muda a situação especialmente porque no discurso se situa no interior da performance, nascendo da teoria lingüística que descreve as regras de competência do sujeito falante. Dessa forma, as teorias da linguagem negligenciaram a noção de discurso. (2006, p. 59).

Conforme entendemos com base na leitura de Courtine, que faz um percurso a partir de Saussure, da lingüística à Análise do Discurso, esta é recente e trata daquilo que o próprio nome expressa: do discurso como uma prática. A AD não visualiza a língua como uma estrutura, como uma abstração, mas como “a língua no mundo, com maneiras de significar,



com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas”. (ORLANDI, 2005, p. 16).

Ainda no entendimento de Courtine (2006, p.44), o campo da AD é um lugar de múltiplas tensões e está dividido entre algumas maneiras de trabalhar que o arrastam para a linguística e outras que o orientam para o lado da história. Seguindo esse entendimento, o autor afirma:

Ele hesita entre o exame de corpora doutrinais, em suas séries regulares de enunciados, privilegiados em suas primeiras tentativas, e o exame das práticas linguageiras, dispersas e heterogêneas. Enquanto antes a análise do discurso se detinha na descrição de textos, atualmente ela se volta para as práticas orais; quando ela ainda observava preferencialmente a intertextualidade, os processos “verticais” que atravessam um conjunto de discursos para lhe dar coerência e consistência, passou a focalizar a análise sobre o fio do discurso, sobre a horizontalidade de uma seqüência discursiva enunciada por um sujeito. Ela investigava as centralidades discursivas, agora, pretende apreender as margens do discurso. (COURTINE, 2006, p. 46- 47).

A AD vê o homem como um ser de linguagem, condenado a atribuir sentidos, percebendo que ela é atravessada por uma ideologia e pelo social; visualiza um sujeito afetado pelo social ao construir os sentidos em seu discurso, já que é nele que se relacionam ideologia e língua. O discurso é um lugar em que se materializa a efervescência de todas as classes no qual língua e ideologia se fundem produzindo efeitos de sentido. Esse discurso conta com um sujeito que é social e dotado da inconsciência<sup>22</sup>, sob o efeito da ilusão de ser fonte e responsável do seu dizer. (INDURSKY, 2000, p. 70). A AD estuda a linguagem como uma materialidade relacionada à ideologia e como essa ideologia —interpelando sujeitos— se manifesta, levando a que a língua produza sentidos “por /para os sujeitos”. (ORLANDI, 2005, p. 17).

O analista, ao observar os sentidos que emergem no discurso por meio de regularidades, relaciona a linguagem à exterioridade. A AD é uma disciplina de entremeio, tendo objeto e dispositivos teóricos próprios; trabalha nas bordas de três disciplinas – linguística e ciências sociais — que não são simplesmente adicionadas a sua teoria, mas questionadas: a linguística, a história e a psicanálise. Questiona a linguística pela exclusão do sujeito, deixando sua historicidade de lado; a história, por trabalhar o marxismo na

---

<sup>22</sup> Orlandi explica que “o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam”.(ORLANDI 2005, p. 20)

infraestrutura e, também, porque é o homem que faz a história, a qual não é transparente nem para ele mesmo; por fim a psicanálise, porque o sujeito não é transparente nem para si mesmo.

O discurso político é um dos principais objetos da Análise do Discurso (que, como já visto, foi criada para dar conta da leitura desse gênero de texto). Pêcheux, em *Semântica e discurso* (1975) cita G. Klaus, afirmando que “[...] as palavras são armas, venenos ou tranqüilizantes”. (1997, p. 281). Trata-se de perceber que o discurso não é neutro; ao contrário, é sempre atravessado por uma ideologia que o interpela.

Não existe interpretação sem que haja a presença de ideologia, a qual é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O homem está condenado a interpretar “e o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse sempre lá”. (ORLANDI, 2005, p. 46). O trabalho da ideologia é produzir evidências, colocando o homem em relação imaginária com suas condições materiais de existência (2005, p. 46). A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e essa interpelação é constitutiva do sujeito, como veremos na sequência.

### **2.1.1A ideologia por e para sujeitos**

Faremos neste item um percurso sobre os deslocamentos que o conceito de ideologia sofreu desde Marx, Engels e Althusser, trabalhando numa perspectiva pecheutiana.

Em 1948, quando Marx e Engels escreveram e publicaram o “Manifesto Comunista”, inseriram na história a conhecida expressão “luta de classes”. Por ser heterogêneo, o discurso desses filósofos ancora-se em outros discursos, já que pensavam (1948) “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classe”. Assim como essa expressão se ancora em outros discursos, não seria o discurso do Cpers homogêneo, fundado numa única voz. A expressão “luta de classes” ficou no interdiscurso, que favoreceu o surgimento de outros discursos, exemplo deste sindicato, que luta pelos direitos dos profissionais da educação pública estadual e por uma educação de qualidade.

Segundo a doutrina marxista, ideologia é um instrumento que a classe dominante<sup>23</sup> possui para subjugar a sociedade, levando-a a pensar, agir e valorizar o que ela institui como

---

<sup>23</sup> No dispositivo analítico – que será realizado ao longo da pesquisa — teremos o governo estadual em relação aos professores.

verdadeiro. É vista como uma ilusão que distorce a realidade e aliena os homens, porque a produção de ideias distancia-se da realidade material.

Althusser faz um deslocamento nesse conceito de ideologia, estabelecendo uma crítica à visão marxista. Entende-a como “uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (1985, p. 85), isto é, suas práticas são representadas na ideologia, mas o que nela é apresentado é a relação-sujeito com o mundo, ou seja, com as suas condições reais de existência. Assim, o termo pode ser entendido como uma relação social que tem por objetivo as representações em suas práticas. Portanto, “a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela categoria de sujeito de seu funcionamento.” (ALTHUSSER, 1985, p. 93).

Se a ideologia tem existência material, existe num aparelho e em sua prática. Althusser, em *Aparelhos Ideológicos do Estado* (1985), assinala que o Estado, por meio dos seus aparelhos repressores (ARE) — compreendendo o governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais as prisões etc.— e aparelhos ideológicos (AIE) — compreendendo instituições tais como a religião, a escola, a família, o direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação —, intervêm pela repressão ou pela ideologia, buscando forçar a classe que é dominada a submeter-se às relações e condições de exploração. (p. 67-69). O que distingue os AIE do ARE é que os primeiros funcionam por meio da ideologia e os segundos, pela violência. (ALTHUSSER, 1985, p. 69).

Althusser ao tratar da ideologia dominante nos aparelhos ideológicos do estado, afirma:

E essa mesma ideologia, mediante a qual a burguesia consegue estabelecer sua hegemonia sobre a antiga aristocracia agrária e sobre a classe operária, não se estabelece unicamente por meio de uma luta externa, contra essa duas classes, mas também, e simultaneamente, mediante uma luta interna, destinada a superar as contradições das frações das classes burguesas e realizar a unicidade da burguesia como classe dominante. É nesse sentido que se deve conceber a reprodução da ideologia dominante. Formalmente, a classe dominante deve reproduzir condições materiais, políticas e ideológicas de sua existência (existir é reproduzir-se). No entanto, a reprodução da ideologia dominante não é a simples repetição, não é uma reprodução simples, nem sequer uma reprodução ampliada, automática, mecânica de instituições dadas, definidas, de uma vez por todas, por suas funções: é o combate pela unificação e renovação de elementos ideológicos anteriores, disparados e contraditórios, numa unidade conquistada na e pela luta de classes, contras as formas anteriores e as novas tendências antagônicas. A luta pela reprodução da ideologia dominante é um combate inacabado que sempre é preciso retomar e que sempre está submetido à lei da luta de classes. (ALTHUSSER, 1985, p. 110 - 111)

Os efeitos da luta de classes podem ser vistos com maior clareza se observarmos os partidos operários revolucionários, a exemplo do partido Comunista. Segundo Althusser (1985, p. 119-120), são organizações de luta de classe operária alheios aos interesses da burguesia e seu sistema político. Têm o objetivo de estender a luta de classes ao conjunto de trabalhadores, e da economia, à política e à ideologia, “mediante formas de ação que lhes são próprias e que desde logo nada tem a ver com depositar uma cédula de voto numa urna, a cada cinco anos”.

Pelo contrário, segundo o mesmo autor (1985, p. 122), um partido operário não possui nada a oferecer a o que eles aderem. Funciona como

[...]uma organização da luta de classe operária, que dispõe, como principais forças do instinto de classe dos explorados, de uma doutrina científica e da livre vontade de seus membros, recrutados à base dos estatutos do partido”. Organiza seus membros imediatamente, de modo a levar a luta de classe em todas as suas formas: econômica (em conexão com as organizações sindicais), política e ideológica. Define sua linha e suas práticas não somente sobre a base da rebelião dos trabalhadores explorados, mas também sobre a base das relações de força entre as classes analisadas de forma concreta, graças aos princípios de sua doutrina científica, enriquecida por todas as experiências de luta de classes. (ALTHUSSER, 1985, p. 122).

Como podemos observar em Althusser no exposto dos parágrafos acima, a ideologia trata-se de uma reprodução contínua das relações de classe assegurada por relações complexas e que, de acordo com Pêcheux, num dado momento histórico, caracterizam-se pelo confronto no interior desses aparelhos. Tais posições políticas e ideológicas “não constituem a maneira de ser dos indivíduos, mas se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação”. (PÊCHEUX, 1997b, p. 166). É, pois, nessa perspectiva que nos reportamos à sd 24. Observemos como o Cpers se posiciona politicamente em relação ao governo Yeda.

**Sd 24** - A ação coordenada por Mendes é um retrato do governo Yeda, que sem apoio popular **ataca trabalhadores (...). Essa não é a primeira vez que o governo Yeda usa a força policial para atacar trabalhadores. (...).** Enquanto isso, **aqueles que roubam os cofres públicos seguem impunes**, observados de longe pela segurança pública. (*Sineta*, Out, 2008, p. 4-grifo nosso).

Na sd 24, o lugar de onde o enunciador fala sobre o governo Yeda não é o mesmo ocupado pela governadora e nem é o mesmo ocupado pelos policiais, pois estes, conforme o discurso sindical, apesar de ocuparem lugar de trabalhadores e fazerem parte da segurança pública, fazem “vistas grossas” àqueles que “roubam os cofres públicos”. Nesse caso, para que se atribuam sentidos a partir de determinadas condições de produção (noção trabalhada no capítulo anterior) é preciso fazer trabalhar a memória.

Em “Essa não é a primeira vez que o governo usa força policial para atacar os trabalhadores” ressoam outros discursos da posição-sujeito Cpers. Um exemplo foi quando o sindicato se manifestou contra as políticas governamentais em 30 de abril 2007: a governadora recorreu ao aparato policial, como observamos na sd12, situação em que os manifestantes questionavam as ações do governo, acorrentando-se em frente à Secretaria da Educação. O sindicato também sofreu muitas intimidações ao longo de sua jornada, já que dirigentes foram presos; carros de sons para manifestações públicas foram multados ou apreendidos; houve detenções no centro administrativo, quando a entidade cobrava uma audiência com a governadora para exigir que as práticas de “desmonte da escola pública” cessassem. (*Sineta*, jul./ago. 2008, p. 3).

A posição-sujeito do governo, de acordo com o jornal *Sineta*, criminaliza o movimento social da posição-sujeito Cpers, “enquanto aqueles que roubam os cofres públicos seguem impunes”. Na memória do discurso estão escândalos que expõem o governo Yeda à CPI da corrupção. Retomamos no discurso do sindicato alguns exemplos a fraude do Detran (2007), o esquema de Yeda de fazer um caixa 2 com os recursos na campanha de 2006, a improbidade administrativa (2009) contra Yeda resultante de uma apuração sobre a crise do Detran, em que 44 milhões de reais foram desviados e a suspeita da compra da casa com dinheiro público. Todo dinheiro desviado, de acordo com o sindicato, deveria ser aplicado em educação ou em outros serviços que são negados pelo governo, sob a desculpa da crise financeira. Assim, segundo a posição-sujeito sindical, a posição-sujeito do governo repreende aqueles (sindicato) que se revoltam contra “os que roubam” o dinheiro que deveria ser investido em educação. A revolta do Cpers se materializa por meio do *Sineta*, como também por manifestações que, de acordo seriam pacíficas, mas o governo, que é indiciado por crimes, manda prender. Diante de suas ações, o governo, mais uma vez, viola duplamente a Constituição: no que diz respeito às práticas corruptas e na repressão para produzir o silenciamento dos manifestantes, ferindo a lei da liberdade de expressão.

Pêcheux faz um deslocamento da teoria proposta por Althusser ao afirmar que AIE não são puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes. Eles se estabelecem na luta de classes e “constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas de transformação das relações de produção.” (PÊCHEUX, 1997b, p. 145). Conforme observamos na sd 24, o aparelho ideológico — Cpers— existe porque há uma luta de classes entre ele e o governo, sendo o lugar onde ocorrem as transformação da educação.

Thomas Herbert, em “Observações para uma teoria geral das ideologias”, observa que:

A ideologia, enquanto referida ao processo de produção, aparece como o processo original pelo qual conceitos operatórios técnicos, tendo sua função primeira no processo de trabalho, são destacados de sua seqüência operatória e recombinaos em um discurso original (...). A outra face do processo a saber, as relações sociais de produção, permitem atribuir à ideologia a função de um mecanismo que produz e conserva as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção nas sociedades de classe, e antes de tudo a “diferença” fundamental: trabalhador/ não trabalhador. (HERBERT, 1995, p. 67- 68)

Zoppi-Fontana em “Objetos paradoxais e ideologia,” faz um estudo do conceito de Ideologia em Pêcheux (em letra maiúscula, significando Ideologia Geral) e, com base nisso, da figura da interpelação ideológica. De acordo com a autora:

É no conceito de Ideologia que se articulam as proposições teóricas que descrevem os processos de constituição do sentido e do sujeito no discurso. É também pelo conceito de Ideologia que Pêcheux inscreve sua Teoria do Discurso no materialismo histórico. É finalmente o conceito de Ideologia que serve até hoje, de divisor de águas entre as diversas abordagens discursivas (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 51)

Como já afirmamos, é no conceito de ideologia formulado por Pêcheux que esse trabalho se ampara. Para tanto, buscamos em *Semântica e discurso* (1997b) e em seus anexos a teoria necessária para desenvolver nosso estudo. Pêcheux, sobre o conceito de ideologia, afirma:

Enquanto categoria filosófica, a Ideologia — distinta de conceitos científicos do materialismo histórico como os de superestrutura ideológica, de formação ideológica, de aparelho ideológico de Estado e de prática ideológica, de ideologia dominante, de relações ideológicas de classe, etc. — não é, pois, o equivalente “marxista” do erro, da ilusão ou da ignorância. Essa categoria designa o espaço da luta “eterna” entre duas tendências:

- a tendência idealista, que visa identificar o processo sem sujeito a um sujeito — cf. a saborosa acusação que Hengel dirige em *La Science de la logique*, a Espinosa “Falta à Substância o princípio de Personalidade.”! —, tendo como “fim” a unificação do real sob a forma de unificação do pensamento;

— a tendência materialista, que visa desfazer essa identificação, colocando o real (incluindo-se nele o pensamento que, sob forma específica, é, por ele, determinado) como um processo não — unificado, atravessado por desigualdades e por contradições. (1997b, p. 275).

Ao tratar do conceito de Ideologia, Pêcheux (1975) elabora duas proposições afirmando: 1) Só há prática através de e sob *uma* ideologia; 2) Só há Ideologia pelo sujeito e para sujeitos. (PÊCHEUX, 1997b, p. 149.) Assim, questiona o que Althusser faz com a luta de classes e explica que os aparelhos ideológicos do Estado são

caracterizados como a sede e o motivo de uma luta de classes: pareceu-me também mais justo caracterizar a luta ideológica de classes como um processo de reprodução – **transformação das relações de produção existentes, de maneira a inscrever nessa noção a própria marca de contradição de classes que a constitui**” (PÊCHEUX, 1997b, p. 298 – grifo nosso.)

Relembremos que, para Marx, a ideologia é entendida como uma ilusão que distorce o real e aliena os homens. Isso é causado pela produção de ideias distanciadas da realidade, uma vez que as ideologias dominadas são silenciadas pelas dominantes no processo da luta de classes. A ideologia carrega, então, os interesses da classe dominante, reproduzindo-os e fazendo com que a classe dominada acredite em sua verdade. Para Althusser, os indivíduos são interpelados em sujeito pela ideologia e se inscrevem no seio da existência de um aparelho. Pêcheux, em *Delimitações, inversões e deslocamentos*, afirma que “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* ela, e não em um ‘outro mundo’ anterior, exterior ou independente (1990, p. 16). Acrescenta que “levar até as últimas consequências a interpelação ideológica como *ritual* supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura” (1990, p. 17). Essas são diferenças que podemos estabelecer entre as teorias propostas por Marx e Althusser em relação à proposta pecheutiana. Pêcheux atrela à noção de ideologia a noção da contradição; por isso, tanto *a reprodução*

quanto *a transformação* das relações de produção atravessam as práticas sociais, sendo impossível localizá-las e analisá-las de forma estanque.

A ideologia tem uma materialidade e é no discurso o que ela acontece. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um operário (leia-se o funcionário público), um patrão (leia-se o governo estadual) ou uma greve. Tais evidências conduzem a que uma palavra ou enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e marquem, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que se chama de caráter material do sentido das palavras e enunciados. (PÊCHEUX, 1997, p. 160-161).

O caráter material do sentido consiste na dependência constitutiva daquilo que Pêcheux (1997b, p. 160) chama de “o todo complexo das formações ideológicas”. O autor explica essa dependência, observando que o sentido de uma palavra ou expressão não existe “em si mesmo”, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo num movimento sócio-histórico em que as proposições são (re)produzidas.

Tanto o governo quanto o Cpers/Sindicato buscam o poder interpelados por diferentes ideologias, seja de direita, seja de esquerda. Os acontecimentos que envolvem a educação no país, mas principalmente no estado em foco neste estudo, interpelam o sindicato em sujeito, provocando a subversão à legislação imposta pelo governo. Courtine, partindo do precursor Pêcheux, entende o sujeito político como:

[...] o ponto de condensação entre a linguagem e a ideologia, o lugar onde os sistemas de conhecimento políticos se articulam na competência lingüística, diferenciando-se um do outro, mesclando-se um ao outro, combinando com um outro ou afrontando-se em uma determinada conjuntura política. (COURTINE, 2006, p. 64)

A formação discursiva é aquilo que numa formação ideológica (posição determinada pelo estado da luta de classes) determina o que pode e deve ser dito. Isso significa que as palavras ou enunciados recebem significação de acordo com o sujeito que as emprega, já que os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes pelas formações discursivas que representam. A formação discursiva é a matriz do sentido e “dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui sua dependência com respeito ‘ao todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas”. Como já observamos, temos duas FDs no embate: a FD sindical, que compreende o sindicato, e a FD estatal, compreendendo o governo). Do *Sineta* (sd 25) extraímos a seguinte sequência:



**Sd 25** - Foram mais de 20 horas de tensão. Durante a **ocupação pacífica** das instalações da SEC no dia 30 de abril, o **governo Yeda/Feijó/Mariza** fez de tudo para retirar os educadores do local. (*Sineta*, mai. 2007, p. 4- grifo nosso).

O Cpers, inscrito na FD Sindical, como já afirmamos na análise da sd 24, por não ser ouvido pela governadora, que está inscrita na FD estatal, manifesta-se, buscando uma “ocupação pacífica” (sd 25) em frente à SEC. No entanto, retomamos no discurso que o governo toma-a como uma invasão, ou seja, para ele, não se trata o movimento de manifestação pacífica, razão por que e convoca a tropa de choque “para retirar os educadores do local”. Tal prática discursiva por parte da governadora não ocorre de forma alheia a uma prática política, de acordo com Pêcheux (1997b, p.189), pois, no discurso “distingue-se um duplo sistema de referência, para a prática científica e para a prática política, com uma remissão perpétua entre os significantes do conhecimento e os da política”. Mais uma vez ressoa na voz do Cpers a voz do sujeito governadora, que, inscrita em uma FD determinada e de filiação mais autoritária, mobiliza saberes que condenam mobilizações e se valem de artifícios que comprovam esse autoritarismo, criminalizando, segundo o sindicato, os educadores.

A trindade Yeda/Feijó/Mariza, segundo posição-sujeito sindical é a responsável pelo desmonte da escola pública e por causa dessa política que a manifestação acontece. Conforme o discurso do sindicato, Mariza, a secretária de Educação do governo Yeda, que deveria defender a educação, transformou-a num “caos” Quando seu nome aparece junto ao de Yeda e Feijó, significa que ela tem de cumprir o papel que é determinado pelo governo. Como funcionária pública, então, deveria defender a classe; no entanto, ocupa o lugar institucional de secretária, acatando as ordens do governo e identificando-se com quem lhe deu poder— a formação discursiva estatal; logo, se opõe à FD dos trabalhadores, quando foi servidora da Câmara dos deputados.

Nessa luta de classes, a posição-sujeito Cpers se inscreve nos saberes da FD sindical e nomeia o ato de manifestação como uma ocupação. No entanto, a ação do governo de “retirar do local os manifestantes” faz ressoar sentidos do modo como outros movimentos, como o MST, são vistos, sobretudo pela mídia, e de quando se pretende manifestar a reprovação do gesto político do movimento ao pressionar o governo, que não põe em prática políticas em relação ao direito de trabalhar na terra. E o pior, o uso de ocupação na análise de nosso *corpus*

funciona não só como a voz do governo que reprova a iniciativa dos profissionais da educação ao exigir melhores condições de trabalho e melhoria na educação, mas também como atos de vandalismo, já que esses são “retirados do local”, conforme sinalizado na referida sd 25. O governo, inscrito numa FD estatal, com sua atitude, valendo-se de tropas de choque (conforme já pode ser visto nas condições de produção do discurso, item 1.1.2), tratou, de acordo com as manifestações do *Sineta*, o ato como uma invasão.

Cada discurso retoma outros que já foram proferidos ao longo da história os quais são retomados no interdiscurso, conceito que é definido como algo que já foi dito anteriormente, em outro lugar, independentemente; é, também, o que compõe memória discursiva “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavras”. (ORLANDI, 2005, p. 31).

Assim, a formação discursiva está relativamente ligada à memória, ao interdiscurso, pois este fornece dizeres que afetam a maneira como o sujeito se significa no discurso. Por sua vez, o intradiscurso é o lugar onde a língua e os sentidos retomados no interdiscurso se materializam, produzindo sentidos; é onde a memória se encontra com a atualidade.

Neste trabalho de pesquisa, toda a historicidade das lutas de que o Cper/Sindicato participou/participa, tudo o que já foi pronunciado, está significando na atualidade. Existe o acontecimento, o encontro de uma memória com uma atualidade, um acontecimento materializado na estrutura, no fio do discurso. Para entender o funcionamento discurso precisamos de um dispositivo de interpretação, conceito de que trataremos a seguir.

### **2.1.2 Gestos de interpretação**

Como sujeitos pertencentes a uma sociedade em que perpassam infinitos discursos, estamos condenados a sempre estarmos interpretando, já que todos, independentemente de sermos analistas de discurso, somos sujeitos de linguagem, e a interpretação está presente em todo e qualquer ato verbal ou não verbal.

Quem é afetado pela história e pela psicanálise compreende o texto como um discurso que não se fecha e cujos sentidos não são tão evidentes quanto parecem ser, já que há muitos dizeres silenciados. Cada sujeito, na opacidade da linguagem, vai interpretando valendo-se da memória (mesmo que isso seja inconsciente). Assim, a interpretação não é transparente, mas

passível de equívoco, conforme expressa Orlandi (1998, p.09). Por isso, podemos dizer que somos sujeitos da incompletude, pois os discursos não são fechados. Não existe um começo, pois “o sentido está sempre em curso”. Num trabalho de arqueologia (1969) dificilmente encontraremos o sentido inicial de um discurso, porque em cada discurso ressoam vozes de outros. No caso do discurso do Cpers/Sindicato ressoam vozes do discurso sindicalista da/na era Vargas. No discurso sindicalista de 1946, durante a era Vargas, já ressoavam vozes de outros sindicatos que, ao longo da história, uniram-se para buscar os direitos dos trabalhadores, como, por exemplo, o enunciado proferido durante a Primeira Internacional “Trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos!”. Observamos, para tanto, duas sequências nas sds 26 e 27, em que a voz sindical ressoa a memória de discursos sindicalistas de outros tempos:

**Sd 26** - A paralisação de 24 horas do dia 15 de agosto em defesa do Piso Nacional para o Magistério mostrou a **força dos trabalhadores** quando conquistas são ameaçadas. (*Sineta*, set. 2008, p. 2 – grifo nosso).

**Sd 27**- Assembléia Geral 14/11 – às 13h30 no Gigantinho. **Sua participação é fundamental.** A **força** da educação está no Educador. (*Sineta*, Out./2, 2008, p. 1 - grifo nosso).

Nas sequências acima as expressões “força dos trabalhadores” e “força” demonstram a chamada para a união dos trabalhadores em busca da garantia de seus direitos trabalhistas. Para que essa união surta efeito é necessária a participação de todos. Assim a posição-sujeito Cpers chama todos os educadores a comparecerem, seja à paralisação, seja à assembleia. Segundo a posição-sujeito Cpers, a garantia dos direitos se dá pela força e pela participação, ou seja, pela união.

Recordar por meio da memória significa buscar no interdiscurso esses ou outros dizeres dispersos, mas que ressoam na materialidade de outros discursos dentro de uma mesma formação discursiva, no caso a sindical. Como podemos ver nas sds 26 e 27, o enunciado que circulou em outras instâncias e em outros momentos da história: “Trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos!” ficou cristalizado na memória e ressoa até hoje, fazendo história dentro da formação social sindicalista. É um gesto de interpretação, portanto.

O trabalho de interpretação jamais acontecerá sem a presença da memória. Ao interpretarmos um discurso, “palavras falam com outras palavras [...] e todo

discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”. (ORLANDI, 2005, p. 43).

O que nos interessa aqui é observar a memória discursiva que ressoa a partir do discurso do sindicato, que discursiviza considerando os interesses de um coletivo. Nesses dizeres que envolvem a “força” (nas referidas sds 26 e 27) e a participação (na sd 26), muitos sentidos ficam escondidos, silenciados, na história, porém ressoam na voz dos trabalhadores. Entre esses sentidos, nos substantivos “força” e “participação” há dizeres silenciados, que já foram proferidos em outros sindicatos e que emergem via interdiscurso.

Cada discurso tem a cicatriz de outro e não pode ser considerado em sua linearidade, porque é repleto de fissuras, de furos, que escoam para a história. Por isso, não podemos dizer que existe na literalidade uma progressão textual, a qual está sujeita a interrupções, já que quem lê o discurso é um sujeito da falta (psicanalítico), que vai retomar na história os dizeres para constituir sentidos no que lê e escreve. Ao escrever e ao ler, estamos interpretando a atualidade entrelaçada na memória.

Ao produzir nosso discurso, estamos modificando a materialidade do/no discurso de textos produzidos por outros analistas, que, por sua vez, o buscaram no discurso de outros, dos quais aparentemente sabemos a fonte, mas não conhecemos sua origem. Buscamos muitos fios e formamos com eles um nó, em que um fio está amarrado a outro, porém a atribuição de sentidos é diferente do que no discurso inicial. Por meio de gestos de interpretação, fomos significando o discurso de outros e o ressignificando. Sobre isso, Orlandi expressa:

Em nossa perspectiva, qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade. Este é um aspecto crucial: a ligação da materialidade do texto e sua exterioridade (memória).

E só no imaginário que todas estas versões, digressões, formulações partiram de um texto “original”. Nesse sentido, o texto “original” é uma ficção, ou melhor, é uma função da historicidade, num processo retroativo. São sempre vários, desde sua “origem”, os textos possíveis num “mesmo” texto. (ORLANDI, 1998, p. 14)

Assim, de acordo com a analista, o texto deve ser considerado como uma “peça” de um jogo de montar, já que possui articulações que são importantes para a construção dos sentidos, sempre se remetendo a sentidos que circulam na exterioridade.

Orlandi, apoiada em Pêcheux (1983), destaca que o sujeito é interpretado pela história, na qual os sentidos “vão formando redes que constituem a possibilidade de interpretação. Sem esquecer que filiar-se é também produzir deslocamentos nessas redes” (ORLANDI, 1998, p. 15), conforme podemos observar na sd 28:

**Sd 28** – As **sinetas** voltarão às ruas do Rio Grande do Sul e **tocarão mais forte**. (*Sineta*, set. 2008, p. 3 - grifo nosso).

O nome “sinetas”, que também designa o discurso do jornal sindical que analisamos, dentro da FD sindical será interpretado de acordo com as condições de produção do discurso. Assim, significa que os profissionais da educação lutarão ainda mais a partir da nova gestão com Rejane de Oliveira na presidência do sindicato. Podemos observar aqui, num gesto de interpretação, que há possibilidade de uma contraidentificação dentro do próprio movimento, visto que a atual presidente critica a antiga gestão, da qual fez parte como vice-presidente. Em um outro gesto de interpretação, dentro da FD estatal, “as sinetas”, isto é, as manifestantes voltam às ruas para fazerem agitação, incômodo ao governo.

A interpretação é um gesto, por ser um ato que acontece no nível simbólico (PÊCHEUX, 1993). Interpretando Pêcheux, Orlandi (1998, p. 15) explica que um gesto de interpretação acontece, porque “o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história”.

Portanto, se existem discursos na sociedade, existe a interpretação. Não existem sentidos, estabilizados ou não, que não sejam alvo do interpretar. Como afirma Orlandi (1998., p. 22), “se como tenho dito com insistência, ao significar o sujeito se significa, o gesto de interpretação é o que – perceptível ou não para o sujeito e/ou para seus interlocutores – decide a direção dos sentidos, decidindo, assim, sobre sua (do sujeito) direção.”

Certamente, a vida aí se põe em questão, porque o espaço da interpretação é o espaço do possível, da falha, do efeito metafórico, do equívoco, em suma, do trabalho da história e do significativo, em outras palavras, do trabalho do sujeito.

No próximo capítulo, trabalharemos com a noção do sujeito no discurso e seus modos de subjetivação, buscando observar o funcionamento do discurso do Cpers e como este sindicato produz o seu dizer.

### 3. A PRÁTICA DO SUJEITO E O DISCURSO

De acordo com os estudos realizados com base em Pêcheux, não existe discurso que esteja dissociado de sua prática; logo, se o discurso não existe fora de uma prática também não existe sem sujeitos. E é sobre esse sujeito que foi excluído dos estudos linguísticos, sendo tomado apenas como uma categoria e, quando resgatado por Benveniste, tomado como um eu, aqui agora dentro do texto, capaz de controlar seu discurso no texto, que vamos tratar. No entanto, o nosso sujeito não é mera categoria nem um sujeito conhecedor do aqui e agora, consciente, controlador de sentidos.

Tratamos de um sujeito da falta<sup>24</sup>, daquele que tem a ilusão de ser fonte do seu dizer, mas que retoma na história, na memória, o seu dizer, o dizer do outro. Procuramos entender neste discurso qual é o funcionamento de um sujeito que constrói sentidos sem ter o controle de seu discurso, dos seus saberes, e como este se subjetiva no fio do discurso. Convocamos as noções de sujeito formuladas por Pêcheux, seguindo, principalmente, a teoria não subjetiva da subjetividade, as modalidades de tomada de posição, conceitos de designação, determinação, silenciamento e resistência.

Tratamos também de trabalhar a noção de porta-voz, mostrando que o Cpers é uma voz que fala em nome de um coletivo. Cabe lembrar que estamos trabalhando a teoria relacionada à materialidade do discurso. Assim, trabalhamos de forma mais específica neste capítulo com as análises, já que nosso objetivo maior é tratar das posições–sujeito que envolvem o embate e, conseqüentemente, de suas tomadas de posição, como também dos processos de designação, observando como o governo é nomeado.

---

<sup>24</sup> Por sujeito da falta entende-se o psicanalítico. Segundo Leandro Ferreira (2005, p. 13-19), a Análise do Discurso vai em busca de um sujeito, até então descartado e vai encontrá-lo na psicanálise, como um sujeito descentrado, afetado pela ferida narcísica, diante de um sujeito que é consciente, livre, dono de si. Então, na teoria do discurso abandona-se o sujeito empírico para se trabalhar com um sujeito dividido. O sujeito é afetado pela formação discursiva onde se inscreve e a qual determina o seu dizer (efeito-sujeito). O que move esse sujeito é a tentativa de completar-se, de “fechar os furos” em sua estrutura psíquica.

### 3.1 Modos de subjetivação

O texto visto pelo viés de suas condições de produção pode ser considerado um discurso. Como no presente trabalho pretendemos colocar como objeto de atenção a relação do sujeito com o texto que produz, trazendo para a análise o discurso do Cpers/Sindicato, é necessário explicar como o sujeito se inscreve no texto que produz.

Kehl (2001), em “Minha vida daria um romance”, apoiando-se em Descartes, expressa que “o sujeito existe na medida em que pensa a si mesmo; o que equivale a dizer: existe na medida em que se insere na linguagem, dando-se à representação”.

Como estamos tratando de um discurso político, que envolve Cpers e governo, não podemos deixar de especificar quem são esses sujeitos. Contudo, para entender como eles se constroem, não basta pensar no sujeito falante ao qual as teorias linguísticas de tendência estruturalista se referem, pois isso não daria conta do nosso objeto de estudo. Temos de estudar o sujeito político, isto é, “aquele que enuncia um discurso, está realmente assujeitado a um todo de muitas condições de produção e recepção de seu enunciado”. (COURTINE, 2006, p. 64). Para tratar da subjetividade partimos de Pêcheux, que, ao longo de seus estudos, formulou noções de sujeito que foram sofrendo deslocamentos e, conseqüentemente, trazendo avanços aos estudos discursivos. Essas elaborações refletem as revisões teóricas e reflexões do autor sobre os conhecimentos nesta área.

No primeiro momento da Análise do Discurso, a que chamamos de “AD 1969”, Pêcheux, juntamente com Gadet, retoma Saussure ou os pós-saussureanos, para os quais os discursos seriam homogêneos e fechados, sem a pluralidade de sentidos, para formular uma teoria sobre discurso. Assim, em 1969, Pêcheux formulou a primeira noção a partir de um sujeito que é entendido como assujeitado, com a ilusão de ser origem do seu discurso, num lugar determinado na estrutura social, não tomado em sua condição linguística e individual. O autor recusa a ideia estruturalista de um sujeito intencional como fonte do discurso, no qual o enunciado é homogêneo e fechado. Esclarece Pêcheux:

Reunir um conjunto de traços discursivos empíricos (“corpus de seqüência discursiva”) fazendo a hipótese de que a produção desses traços foi, efetivamente, dominada por uma, e apenas uma máquina discursiva. [...] Construir a partir desse conjunto de traços e através de procedimentos lingüisticamente regulados, o espaço da distribuição combinatória de variações empírica desses traços. (1997, p. 312).

Na AD1 o discurso é visto como produto das condições de produção, um discurso homogêneo, uma maquinaria discursiva fechada em si. O trabalho da AD, nesta perspectiva, visualiza como foco uma sequência linguística neutra, constituindo-se em resumo, na “exploração metodológica na noção de maquinaria discursivo-estrutural”(PÊCHEUX, 1997).

Numa segunda formulação, chamada de AD2, publicada em 1975, juntamente com Cathérine Fuchs, Pêcheux apresenta o conceito de formação discursiva, tomando-a com base nos conceitos formulados por Foucault. Segundo Pêcheux, é nesse momento que “começa a fazer explodir a noção de maquinaria estrutural fechada uma vez que o dispositivo de formação discursiva está em relação paradoxal com o seu exterior”. (1997b, p. 314). Aparece também a noção de interdiscurso “para designar o exterior específico” (p. 314). Entretanto, a noção de sujeito continua como um efeito de assujeitamento à formação discursiva com que ele está identificado.

O autor (1997b, p. 315) esclarece que, do ponto de vista dos procedimentos, a AD-2 traz poucas inovações: “O deslocamento é, sobretudo, sensível ao nível de construção dos corpora discursivos, que permitem trabalhar sistematicamente suas influências internas desiguais, ultrapassando o nível da justaposição contrastada”.

Pêcheux e Fuchs (1975) elaboraram uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, estabelecendo uma interlocução com a psicanálise. Segundo essa formulação, sujeito não é apenas social, mas inconsciente e sob o efeito de duas ilusões que o constituem: fonte do seu dizer, que em Pêcheux corresponde ao esquecimento 2, é quando o sujeito esquece que não é responsável pelo seu dizer (1997, p. 177), a que nomeia de esquecimento 1.

Segundo o autor, o esquecimento número 2 está na ordem da enunciação, quando o sujeito se enuncia de uma maneira, não de outra, e, ao longo do seu dizer, formam-se cadeias parafrásticas, indicando que o dizer sempre poderia ter sido outro. Ao enunciarmos, por exemplo, “o governo Yeda”, poderíamos também usar o termo “Yeda” ou simplesmente “Ela”. No entanto, apesar de isso significar em nosso dizer uma escolha, esta nem sempre é da ordem do consciente. Na verdade temos a ilusão de que há uma relação direta com o pensamento e a linguagem e de que somos responsáveis pelo nosso dizer, que escolhemos dizer isso e não aquilo.

O esquecimento 1 refere-se ao fato de o sujeito sentir-se fonte do seu dizer, também chamado por Pêcheux (1975) de “esquecimento ideológico”. O sujeito tem a ilusão de ser origem do seu dizer, porém retoma sentidos preexistentes. Segundo Orlandi (2005, p. 35),



“esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem dizendo as primeiras palavras que significam exatamente o que queremos”.

Há uma ilusão, aparente, de que somos todo-poderosos e de que estamos na origem do dizer, como se a enunciação ocorresse num “aqui-agora” e fosse irrepetível. No entanto, em nosso dizer há o dizer do outro. Não há uma origem conhecida, mesmo que na perspectiva arqueológica de Foucault cavemos muitos sentidos. Quando nascemos, os discursos já circulam, tanto que a origem do discurso é inatingível. Afirma Orlandi:

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. Os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário- para ao se identificarem com o que diz e, se constituírem sujeitos. É assim que as palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que os sentidos e sujeitos sempre estão em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas ao mesmo tempo, sempre outras. (2005, p. 36).

A ilusão de sermos fonte e responsáveis pelo nosso dizer é característica de nós, *do sujeito da falta*. A escrita é um ato social que implica debates, conflitos, confrontos de sentidos, de poder e constituição de identidade, do que resultam dois processos discursivos: a paráfrase e a polissemia. “A paráfrase é a reiteração de um sentido já existente dentro de uma formação discursiva; a polissemia é a possibilidade de o sentido ser outro que o não determinado por aquela formação discursiva”. (MITTMANN, 1999, p.272). Orlandi afirma que “a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo e polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela própria é a condição de existência do discurso, pois se os sentidos – e sujeitos – não fossem múltiplos, não haveria necessidade de dizer”. (2005, p. 38).

Quando o sujeito nasce, os discursos já estão circulando; logo, este sujeito passa a fazer parte dessa filiação de sentidos e de discursos, de acordo com a sociedade a que pertence. Assim, assimila o que já foi dito (involuntariamente) como se fosse seu dizer (esquecimento), tomando essa responsabilidade para si. Isso ocorre por um processo de identificação, por meio da FD, que é o local que o sujeito ocupa na sociedade (efeito-sujeito).

Logo, na tensa relação entre paráfrase e polissemia pode-se observar que a atribuição de sentidos a um texto pode variar amplamente no caso de uma leitura parafrástica, que se caracteriza pela reprodução de um sentido que se supõe ser o do texto (dado pelo autor), a que se denomina “leitura polissêmica”, definida pela atribuição de múltiplos sentidos ao texto. (ORLANDI, 2001, p. 12)

A escrita tomada como algo que é novo está relacionada à interpretação e à memória, visto que o que se diz sempre retorna e ressoa em outro lugar. O sujeito enunciator faz recortes heterogêneos, que são retomados pela memória, e reproduz um novo discurso, que retoma o antigo (materialidade histórica). A paráfrase e a polissemia são consequências de um discurso que é essencialmente constituído pela heterogeneidade, em que “há o confronto entre o simbólico e o político”. (ORLANDI, 2005, p, 38). Qualquer dizer tem a marca da ideologia, visto que é por meio da linguagem que a ideologia tem forças para se materializar. Portanto, propor-se analisar o discurso implica compreender que o político e o linguístico se relacionam, constituindo os discursos por meio do repetível.

Ainda em 1975<sup>25</sup>, Pêcheux realizou uma terceira elaboração, a que chamou de uma “teoria não- subjetiva da subjetividade”, assim explicada:

que designa os processos de “imposição/dissimulação” que constituem o sujeito, “situando-o”( significando para ele o que ele é) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa “situação” (esse assujeitamento) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito “funcione por si mesmo”, segundo a expressão de L. Althusser que, em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, apresentou os fundamentos reais de uma teoria não-subjetivista do sujeito, como teoria das condições ideológicas da reprodução consciente (no sentido freudiano) e ideologia( no sentido marxista), que inevitavelmente ficaria misteriosa na pseudo-solução estruturalista de Thomas Herbert, começa, assim, a ser esclarecida, como vamos ver, pela tese fundamental segundo a qual a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. (1997b, p. 133).

Entendemos por essa teoria uma relação entre ideologia e inconsciente, conceitos que nos permitem entender como se constrói a subjetividade em AD e refletir sobre ela, visto que o sujeito é afetado pelo inconsciente e pelo social, ideologicamente. O sujeito funciona, portanto, no discurso a partir de outro conceito que já fora trabalhado por Pêcheux na AD2 (1975), o de formação discursiva. A FD é retomada na AD3 da seguinte forma: “aquilo que,

---

<sup>25</sup> Com o título *Les vérités de la palice*, originalmente, mas nomeada no Brasil(1988) como *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*.

numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*". (PÊCHEUX, 1997 b, p. 161).

O sujeito, de acordo com Pêcheux (1997b, p. 161), é interpelado em sujeito-falante, isto é, em sujeito do seu discurso, pelas FDs, "que representam na 'linguagem' as formações ideológicas que lhe são correspondentes". Logo, é interpelado porque se identifica com essa FD, com aquela que o domina, ou seja, onde "ele é constituído como sujeito". (PÊCHEUX, 1997b, p. 163).

Como já visto, ao se representar no discurso por meio da forma-sujeito (PÊCHEUX, 1997b, p.159), o sujeito assume diferentes posições (posição-sujeito), construindo diferentes efeitos de sentido. Pela ideologia e pelo inconsciente, ele é duplamente afetado; é disperso, fragmentado e cindido<sup>26</sup>, assume a verdade de uma sociedade da qual faz parte como sua, pensando ser fonte do seu dizer.

O teórico, a partir da forma-sujeito, introduz o que chamou de "modalidades de tomada de posição" materialista. Pêcheux explica, num primeiro momento, quando a forma-sujeito ainda era tomada de unicidade dentro da FD, que,

nessas condições, a tomada-de-posição resulta de um retorno do "Sujeito" no sujeito, de modo que a não - coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade do sujeito/objeto, pelo qual o sujeito se separa daquilo que ele "toma consciência" e a propósito daquilo que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus "semelhantes" e com o "Sujeito". (1997b, p.172)

Posteriormente, ainda na mesma obra, Pêcheux reveria o conceito das modalidades de posição. A primeira ele chamou de "superposição", que ocorre entre o sujeito do discurso e o sujeito universal dentro de dada FD, o que nomearemos neste trabalho como "identificação, "de modo que a 'tomada de posição' do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do 'livremente consentido'", caracterizando o discurso do "bom sujeito". (PÊCHEUX, 1997b, p. 213.), conforme a sd 29:

---

<sup>26</sup> Sujeito psicanalítico (lacaniano)

**Sd 29** - O Cpers e os outros sindicatos **parecem o Grêmio: com Yeda onde Yeda estiver.** (...) Eles vão atrás e querem vaiar a governadora. Será que já aconteceu **com** outro governador isso? De sindicalistas **perseguirem** aonde ele fosse? (*Zero Hora/ClicRBS*, jun. 2007, – grifo nosso).

A sd 29 demonstra a identificação do sujeito jornalista com a FD estatal. Vale-se da paráfrase do hino do Grêmio, time gaúcho, para afirmar que Cpers (dando ênfase aos saberes desse sindicato) e outros sindicatos perseguem a governadora, que não consegue governar, questionando se essa “perseguição” já aconteceu com outro governador, no sentido de pontuar o nível de perseguição contra a governadora. Eis o discurso do sujeito “bom sujeito” dentro da FD estatal, visto que, mesmo conhecendo as condições de produção do governo, identifica-se com o discurso do estatal.

Cabe destacar na sd 29 o uso do elemento linguístico “com” em “com Yeda onde Yeda estiver” e em “aconteceu com outro governador”. No primeiro caso significa “companhia”, ou seja, que o sindicato a acompanha em todas as suas ações; no segundo, funciona como complemento do verbo “aconteceu”, completando o enunciado “com outro governador”.

Pêcheux formula também outras duas modalidades de tomada de posição que chamamos, conforme Pêcheux, de “contraidentificação” e “desidentificação”. Na primeira, o sujeito do discurso, por meio da tomada de posição, se contrapõe à forma-sujeito que organiza os saberes da FD com a qual se identifica. De acordo com Pêcheux (1997b, p. 215 - 216), caracteriza o discurso do mau-sujeito, que se volta contra o sujeito universal, sob a forma de questionamentos, contestação, revolta. Podemos observar essa contraidentificação no dia da posse de Rejane de Oliveira (conforme sd 28) quando “As sinetas voltarão às ruas do Rio Grande do Sul e tocarão mais fortes”. Significa como já expresso na análise anterior que as sinetas tinham deixado de ir às ruas e de tocar forte, ou seja, que a antiga gestão não buscava com determinação as garantias que cabem aos profissionais da educação.

Na segunda, o sujeito do discurso se desidentifica, havendo uma tomada de posição não subjetiva, na qual a forma sujeito é deslocada. De acordo com Pêcheux (1997b, p. 217), a ideologia, enquanto interpelação dos indivíduos em sujeito, não desaparece; ao contrário, funciona “de certo modo às avessas, isto é, *sobre e contra si mesma*”. Dentro do processo de desidentificação, podemos tomar como exemplo Mariza Abreu que lutou contra os professores, servidores públicos, mesmo já tendo sido uma servidora concursada pela Câmara dos deputados; ela se desidentifica com o sujeito e com os saberes da FD sindical dos

trabalhadores. Posteriormente, em 2009, segundo o Cpers, ela seria dispensada, pois não aguentou as pressões do governo (*Sineta*, set. 2009, p. 02), conforme expresso em sds no item 2.1.1..

Cabe destacar também que dentro da FD sindical há um processo de identificação entre as posições-sujeito, como também de contraidentificação. Como exemplo de identificação, temos o fato de os professores se unirem em busca da qualidade da educação; exemplo de contraidentificação, quando são chamados a participar das plenárias, conforme observamos nas sd 28. Entre a FD sindical e a FD estatal existe um processo de desidentificação, pois sua ideologia é, como afirmou Pêcheux (1997b, p. 217), “às avessas”, a exemplo do observado na sd 29.

O texto, portanto, é atravessado por várias tomadas, que correspondem a diferentes posições discursivas, as quais denunciam a ideologia. A isso Pêcheux chama de “posição – sujeito”, segundo Grigoletto “a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito de saber (forma-sujeito)” (2005, p. 02). Numa concepção diferente – na acepção da semântica do acontecimento -, para Guimarães (1995), o sujeito da enunciação é chamado de locutor no acontecimento: “O locutor não está onde a enunciação significa sua unidade (tempo do Locutor)”. Assim, o locutor está dividido no acontecimento, porque falar, enunciar, pelo funcionamento da língua no acontecimento, é falar como sujeito (GUIMARÃES, 2005, p.14). Quando o sujeito enuncia, retoma seu dizer do interdiscurso – da memória dos sentidos. Ser sujeito do seu dizer é falar de uma posição-sujeito num dado acontecimento.

Logo, ao se enunciar a posição-sujeito Cpers (FD sindical), dentro do acontecimento em que vigora a política governamental Yeda/Feijó, a entidade assume uma tomada de posição, como já observamos, de oposição ao governo, nomeando-o de forma negativa, como veremos a seguir, não se assujeitando às suas políticas.

Assim como ocorre uma tomada de posição de oposição, observamos que o professor e a educação também são alvo do sindicato, posições regularmente nomeadas. Para tanto, a seguir trataremos desse processo de nomeação dos mesmos, chegando ao objetivo principal desse trabalho, que é observar o funcionamento do discurso do Cpers a partir do processo de designação.

### 3.2 O processo de designação e silenciamentos

O Cpers, como uma posição sujeito pertencente à FD sindical, ao discursivizar sobre o governo (FD estatal) instaura sentidos acerca do processo de designação, nomeando-o por meio de substantivos que têm caráter negativo, os quais rebatem as atitudes do governo a tal ponto de observarmos uma tomada-de-posição de oposição entre esses dois aparelhos. Quando este estudo teve início, essa foi a regularidade que mais emergiu ao longo do discurso do sindicato no jornal *Sineta*, pois os substantivos “sucateador”<sup>27</sup>, “fascista”, entre outros, permitiram-nos observar que o governo, por meio de suas ações, é designado como violento, segundo o *outdoor* que mobilizou esta pesquisa, já que faz sangrar a educação.

Posteriormente, observamos que, assim como o governo, o professor e a educação também eram nomeados regularmente, mas não com tanta intensidade quanto o nome governo. Assim, num primeiro momento, trabalharemos com o conceito de designação para, em seguida, analisar os recortes realizados, de acordo com as regularidades do discurso materializado no *Sineta*.

Os processos de designação, segundo Guimarães (1995, p. 74), são as relações semânticas instáveis produzidas pelo cruzamento de posições-sujeito distintas, a partir das quais se instala um sentido, apagando-se outros possíveis/dizíveis. A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, porém não como algo abstrato. Seria a significação como algo próprio das relações de linguagem, mas como uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, como uma relação tomada na história. Grigoletto entende que as designações constituem “processos definitórios que apontam para um aparente efeito de estabilidade do dizer e para o silenciamento de enunciados indesejáveis numa determinada FD”. (2003, p. 92).

Não podemos confundir conceitos de referência e designação, conforme lembra Cazarin:

A noção de *designação* difere da de referência – o nome designa o referente, mas o *lugar* de nomear é regulado socialmente. Um nome próprio designa alguém, não apenas nomeia; ter um nome, faz com que o indivíduo se torne um ser social. É parte do processo social de identificação do indivíduo. Muitas vezes, é possível observar que, no percurso social (na prática social) das pessoas os nomes podem mudar (sofrer alterações); a renomeação contém dentro dela a nomeação. Já, por sua vez, o apelido e um lugar coletivo, pois é a comunidade que vai refazendo o

<sup>27</sup> Observaremos essas análises ao longo deste capítulo.

nome. Ou seja, o apelido se dá no percurso da prática social do indivíduo(2005, p. 327)

A autora, no texto em que trabalha estes conceitos, realiza uma análise do nome “Lula”, afirmando que o sujeito incorpora ao seu nome de origem o apelido Lula e, ao enunciar, referencia esse nome. (2005, p. 327).

No discurso do Cpers podemos também observar que o governo é nomeado ao longo dos anos de mandato com diferentes nomes, por um sujeito que fala em nome de um coletivo. No início do mandato, o governo era nomeado pelo sindicato de Yeda/Feijó, Yeda/Feijó/Mariza, conforme já observamos em seções anteriores nas sds 3, 12 e 25). Posteriormente, em virtude dos embates ocorridos, é nomeado como Governo Yeda ou Governo Yeda/Mariza, Elas (referindo-se a Yeda e Mariza), ou simplesmente, por último, “Ela”. Este nome silenciou outros nomes, como Feijó e Mariza, os quais eram regularidades no material veiculado pelo Cpers por meio do *Sineta*. Essa análise consta na próxima seção, quando trataremos do processo da designação do governo.

Assim, quando um sentido é designado, outros são silenciados. O silêncio é o que “pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar para que o sentido faça sentido”. Orlandi(2005) define dois tipos de silêncio: o silêncio fundador e silenciamento (a política do silêncio). O primeiro é o silêncio que indica que o sentido sempre pode ser outro, o que leva a que o dizer signifique. O segundo subdivide-se em *silêncio constitutivo* – uma palavra apaga outras palavras, ou seja, para dizer; por exemplo, é preciso não dizer, se digo “com justiça”, não digo “com injustiça”; e o *silêncio local*, a censura, aquilo que é proibido dizer em certa conjuntura. (ORLANDI, 2005, p. 83).

Pêcheux (1990, p.17) refere que “toda a genealogia das formas do discurso revolucionário pede que se faça um retorno aos pontos da resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica”. Se tomarmos o discurso do Cpers/Sindicato veremos que é uma oposição a uma dominação, ou seja, há uma resistência contra um governo, responsabilizando-o pela “ação repressiva da brigada militar (sd 30 )”<sup>28</sup>. É um discurso que remonta à época da repressão, da ditadura militar, porque os “trabalhadores foram surpreendidos pelo próprio aparato militar” (sd 31)<sup>29</sup> quando “três bombas de efeito moral foram jogadas no meio da multidão”, cuja fumaça e barulho serviram como cortina para que

<sup>28</sup> *Sineta*, 2<sup>a</sup> quinzena de out. 2008.

<sup>29</sup> Idem.

“balas de borracha fossem lançadas contra os manifestantes” (sd 32)<sup>30</sup> e “Educadores são agredidos na Praça Matriz” (sd. 33)<sup>31</sup>. Quando lemos essas materialidades, designando o governo como violento/autoritário, situação que mesmo diante da censura, é veiculada pelo Cpers/Sindicato em jornal, temos um silêncio constitutivo, que resiste à dominação, apagando em seu discurso a voz de um governo que tem um “jeito novo de governar”(conforme sd 1), que diz se preocupar com quem vive no Rio Grande do Sul.

Assim, temos uma resistência: esse sindicato não “escuta” ordens se é atacado com violência; não teme, pois fala quando se exige o silêncio, ignorando o discurso da dominação. Para Pêcheux:

As resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo; falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras. .E assim começar a se despedir do discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido, no interior do sem-sentido. (1990, p. 17).

Todas essas resistências ocorridas durante os anos de governo Yeda produzem um acontecimento histórico, conforme já referimos em recortes anteriores. Como exemplos temos: o *outdoor* (sd1); a manifestação contra o pacote para redução de custos na (sd5) e contra a municipalização(sd 4); a ocupação da SEC, quando manifestantes se acorrentaram (sd 21); a greve em 2009 (sd 23), revolta contra o piso salarial estadual (sd 16), crises no governo (sd 24), Essa repetição de dizeres dominantes somente é rompida por alguém que questiona por meio de manifestações, de greves. Sobre isso Pêcheux explica:

É através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico*, rompendo o círculo da repetição. (1990, p. 17)

---

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Idem.



Observamos, na sequência abaixo, um acontecimento histórico em que a repetição de dizeres dominantes é rompida pelas ações do Sindicato, principalmente por meio de um indicativo de greve:

**Sd 34** - O indicativo da greve para março de 2008, aprovado na nossa última Assembléia Geral, é uma demonstração da nossa fibra e bravura. Com coragem e energia vamos construir uma mobilização e fazer **um forte enfrentamento** para **derrotar as políticas neoliberais** da governadora Yeda. (*Sineta*, dez. 2007, p. 2 - grifo nosso).

A luta de classes ocorre por meio do “forte enfrentamento” da posição-sujeito sindical para “derrotar” as políticas neoliberais da posição-sujeito governo, as políticas de déficit zero e de desmonte da escola pública. Nessa sequência ressoam vozes de outras sds que tratam dessa relação antagônica entre as FDs sindical e estatal, como, por exemplo, sd 11, sd 12, sd 19, sd 21, sd 26, sd 27, mas principalmente na sd 9, onde ele é nomeado.

Um sujeito existe dentro de uma luta de classes, denominada por Pêcheux como uma “luta filosófica”. Segundo o autor, é um processo sem fim de retificações coordenadas, que se sustentam pela urgência de uma posição a ser defendida e fortalecida diante do que se poderia chamar de “adversidade de pensamento”. (PÊCHEUX, 1997b, p. 294).

Na adversidade de pensamentos, por ora há dominação e, conseqüentemente, resistência. Pêcheux explica:

- não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso ousar se revoltar
- ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ousar “pensar por si mesmo”. (1997b, p. 304)

O enfrentamento (sd 34) às políticas neoliberais é a resistência do sindicato para o qual é preciso ousar se revoltar, o que acontece dentro da prática do Cpers. O governo, por sua vez, também resiste, o que resulta na luta de classes. Cada aparelho pensa no que é melhor para si e isso é da ordem do inconsciente, ou seja, “pensar por si mesmo”.

Ao representar-se no discurso por meio da forma-sujeito, o sujeito assume diferentes posições (posição-sujeito), construindo diferentes efeitos de sentido. (PÊCHEUX, 1995). Por

meio da ideologia e do inconsciente, ele é duplamente afetado, disperso, fragmentado e cindido<sup>32</sup>; assume a verdade de uma sociedade da qual faz parte como sua, pensando ser fonte do seu dizer.

Assim, várias posições atravessam um texto, as quais correspondem a diferentes posições discursivas que se inscrevem numa FD, de acordo com a interpelação ideológica, o que Pêcheux chama de “posição-sujeito”. Quando uma posição-sujeito enuncia, retoma seu dizer do interdiscurso – a memória dos sentidos. Ser sujeito do seu dizer é falar de uma posição-sujeito num dado acontecimento; e se fala de uma posição-sujeito, acaba nomeando outras posições, como, por exemplo, o governo, os professores e a educação.

### 3.2.1 Análise do processo de designação

A cada leitura novos gestos de interpretação vão se formando. Como a AD, dispositivo teórico que embasa este trabalho, não objetiva um sentido verdadeiro, mas efeitos de sentido, buscamos um dispositivo de interpretação colocando o dito (designação) em relação a um não-dito (silenciado), “procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras”. (ORLANDI, 2005, p. 59). Como a linguagem não é transparente, nem neutra e o sujeito não é o todo-poderoso que controla o dizer, buscamos, como analistas do discurso, trabalhar no(s) limite(s) da interpretação, contemplando a construção de sentidos e os efeitos por eles produzidos. Para tanto, realizamos recortes (apresentados, como em todo o trabalho, em sequências discursivas) construindo um dispositivo analítico que, partindo de uma materialidade linguística por meio de pistas deixadas no fio do discurso, permita-nos observar como o governo, a educação, o professor são designados pelo sindicato. Ao longo das análises, retomaremos conceitos e noções, pois analisar em AD é um ir-e-vir entre teoria, escolha do *corpus* e análise.

Orlandi refere:

Os dizeres são efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua

---

<sup>32</sup> Sujeito psicanalítico (laciano)

exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer do texto, também fazem parte dele. (2005, p. 30)

O discurso do Cpers deixa esses vestígios, nos quais, como analistas, vamos cavando sentidos, que estão no intra e no interdiscurso. Os dizeres do Cpers têm relação com o que é dito ali, mas, certamente, há grande relação com o que se produziu em outros lugares que remontam ao sindicato, ou seja, tudo o que esteve relacionado à luta de classes.

Conforme já referimos no primeiro capítulo desta dissertação, nossa metodologia de análise está pautada no funcionamento do discurso. Assim, aliamos a teoria à materialidade, isto é, a sequências discursivas, que foram sendo recortadas de acordo com as regularidades que encontramos no jornal *Sineta* entre 2007 e 2008. Para trabalhar com o processo de designação, valemo-nos das sequências discursivas pertencentes ao nosso *corpus* de forma mais aprofundada. Nas recorrências do material, realizamos recortes, observando pelo funcionamento do discurso como o Cpers designa o governo, a educação e o professor e que efeitos de sentido são produzidos e silenciados durante esse processo. Destacamos, desde já, que, no funcionamento do discurso do Cpers, as designações de maior regularidade são em relação ao governo, que se tornou posição-sujeito e o alvo principal dentro da luta de classes do discurso do Cpers por meio do jornal *Sineta*. Portanto, teremos um número maior de análises dentro deste item em relação às designações de educação e professor.

### **3.2.1.1 Designação de governo**

Interessa-nos aqui observar como a posição-sujeito Cpers inscrita na FD sindical nomeia o governo do estado do Rio Grande do Sul. Ao longo do espaço de tempo dessa análise (2007-2008), os sujeitos que estão à frente do governo — Yeda Crusius (governadora), Paulo Feijó (vice-governador) e Mariza Abreu (secretária de Educação) — foram nomeados como também silenciados no discurso do sindicato, conforme observaremos nas análises.

Recorremos, primeiramente, para as análises da leitura realizada no arquivo deste trabalho recorrendo à regularidade do nome atribuído ao governo pelo Cpers. Observamos

que este nome foi sofrendo um processo de “metamorfose” (governo Yeda/Feijó, Governo Yeda/Feijó/Mariza, Yeda/Mariza, governo Yeda, governadora Yeda Crusius ou simplesmente Yeda) e, pelo funcionamento do discurso, entendemos que, para a posição-sujeito sindicato, o governo é o culpado pelas deficiências na educação do estado, por não tratar a educação como prioridade (conforme já observamos nas condições de produção do discurso, na sd 2). Realizaremos essa análise valendo-nos de sequências discursivas (sd 35 a 47), nelas observando como o governo é nomeado/designado. Ao longo dos anos de mandato, o governo recebe do Cpers, conforme referimos em algumas sequências, novos nomes, simplificando-se algumas vezes, esses nomes, principalmente quando se referem à governadora e Mariza, as mulheres que governam. No início do mandato, de janeiro a julho, o governo é designado pelo sindicato como Yeda/Feijó; a partir de agosto/setembro, em virtude das ações de Mariza e das críticas que proferiu ao sindicato na mídia (conforme sd 20, item 1.1.3), a responsabilidade pelo sucateamento da educação passa a ser responsabilidade de um governo que se chama Yeda/Feijó/Mariza e, posteriormente, Yeda/Mariza. A indignação do sindicato foi tão grande com a secretária de Educação que desencadeou uma campanha chamada “Fora, Mariza!”, atitude que desagradou à governadora (*Sineta*, ago./ set. 2007, p. 3).

Posteriormente, a partir de 2007, o governo passa a ser chamado pelo sindicato de “governo Yeda”, “governo Yeda Crusius”, ou simplesmente “Yeda”, já que o embate entre o governo e Cpers fica mais grave, em razão de a educação continuar precária e de cada vez mais os profissionais da educação estarem sendo afetados pelas políticas neoliberais do governo. Observamos nos recortes que o nome do governo vai se reduzindo ao nome do sujeito com o qual o Cpers mais se defronta — Yeda Crusius — considerada a responsável por não priorizar a educação (conforme sd2), visualizando-a como despesa (conforme sd 8).

Podemos observar as modificações na designação do governo nas sequências abaixo (sds 35- 40)

**Sd 35** - As grandes lutas nacionais e o forte enfrentamento às políticas neoliberais do **governo Yeda/Feijó** exigem uma mobilização cada vez maior e com uma ampla participação da comunidade escolar [...]. (*Sineta*, jun/ jul. 2007, p. 2- grifo nosso).

**Sd 36** - Este é o grande desafio que o governo **Yeda/Feijó/Mariza** nos coloca. (*Sineta*, ago. 2007, p. 09- grifo nosso).

**Sd 37** - Entre as propostas adotadas pelo **governo Yeda/Mariza** para “resolver” os problemas causados pela falta de professores está a suspensão das aulas presenciais nos 25 Neejas. (*Sineta*, ago/set. 2007, p. 03-grifo nosso.).

**Sd 38** - Um novo tarifaço, mais potente que o de Germano Rigotto, está no horizonte do **governo Yeda**. (*Sineta*, ago/set. 2007, p. 02- grifo nosso).

**Sd 39** - Não está fora do horizonte o impedimento da governadora **Yeda Crusius**. (*Sineta*, jun. 2008, p. 04- grifo nosso).

**Sd 40** - **Yeda** manda tropa de choque agredir educadores. (*Sineta*, Out. 2008, p 4 – grifo nosso).

Na sd 35 o governo é nomeado pelo Cpers como Yeda/Feijó, e o sindicato posiciona-se responsabilizando tanto a governadora quanto o vice-governador pelo corte de recursos, exigindo mobilização de todos os associados. O sindicato, ao discursivizar, apaga o sobrenome da governadora, valendo-se apenas do pré-nome, desqualificando-a como sujeito social. Ocorre, assim, um processo de personificação, pelo qual a entidade se posiciona como se a governadora, em virtude de suas ações, não fosse digna de respeito; assim, pode ser chamada apenas pelo primeiro nome. Se tomarmos outros governadores do estado, observaremos que eram nomeados pelo sobrenome, como Rigotto, Britto, Simon, Collares.

Dentre as políticas neoliberais em seu governo estão o “pacotaço”, o desmonte da escola pública, o piso estadual para professores (conforme observamos nas sd 3, sd 4, sd5, sd 9, sd13, sd14). A comunidade escolar pode ser compreendida como os manifestantes do Cpers, desde a direção, profissionais em educação, funcionários, pais e alunos, que não aguentam mais o desmonte da escola pública em razão das políticas neoliberais (conforme sd 9 e sd 23.)

Responsabilizando também a secretária de Educação, Mariza Abreu, o governo passa a ser designado como Yeda/Feijó/Mariza (conforme sds 25 e 36), já que a secretária faz parte das políticas de desmonte da escola pública (conforme sds 3, 6, 8, 13, 27,34). Posteriormente, o nome do vice-governador é silenciado no discurso da FD sindical por ter havido uma dissidência dentro do governo<sup>33</sup>. Assim, passa a ser nomeado, entre agosto e setembro de 2007, como “governo Yeda/Mariza”(sd 37), duas mulheres, as principais responsáveis por

---

<sup>33</sup> Conforme já observamos no item que trata das condições de produção do discurso, Yeda e Feijó representaram, no início do governo, uma parceria marcada por desentendimentos (lembrem-se em 2006 as crises do Detran e Barrisul).

mais um problema que o sindicato enfrenta: o corte das aulas presenciais. O uso de aspas no verbo “resolver” (sd 37) funciona como uma marca da formação ideológica com a qual o sujeito do discurso Cpers/sindicato se identifica, que, com certeza, não é a mesma da secretária da educação Mariza. Nesse caso, as duas se juntam para trabalhar contra os propósitos da educação e contra os interesses dos professores, uma vez que o governo nada resolve e pior, traz mais problemas à educação com suas políticas.

Nas sds 38 e 39 há um apagamento também do nome Mariza, prevalecendo o nome “governo Yeda” “governo Yeda Crusius.” Na sd 38, a palavra “tarifaço” remete às ações da governadora Yeda (conforme observado na sd5), ressoando, assim, o mesmo discurso do início do ano de 2007. Segundo o discurso da posição-sujeito Cpers, é Yeda Crusius a mentora do tarifaço, tanto que já queria tê-lo colocado em prática em 2006. Já, na sd 39, levando em conta as condições de produção do discurso, conforme a posição-sujeito Cpers, tem-se um governo em crise, que “pode ser impedido”, pois na crise do Detran as pessoas envolvidas pertenciam ao alto escalão do governo. A governadora, assim, é questionada pela justiça.

Na sd 40, ao nomear o governo de “Yeda”, o sindicato posiciona-se diretamente contra o sujeito governadora, aquela que manda agredir seus associados. Como observamos, o nome próprio designa um sujeito, conforme afirmou Cazarin (2005), tornando esse indivíduo um ser social. Quando o Cpers ao discursivizar altera o nome do governo (de Yeda/Feijó no início do mandato 2007, para outros nomes), realiza um apagamento das ações de Feijó, responsabilizando apenas a mulher, a governadora, aquela do “novo jeito de governar”, pelos problemas ocorridos na área da educação. Sobre esta questão, podemos retomar no interdiscurso o que ocorreu na política no início do mandato, quando Yeda e Feijó se contraidentificaram (observado no capítulo 2, quando tratamos das condições de produção do discurso).

O emprego das designações pelo sindicato está relacionado às condições de produção do discurso. Dependendo das propostas políticas da governadora e de seus aliados, o nome vai sendo modificado. À medida que a governadora rompe com as alianças, estas deixam de ser responsabilizadas, destacando-se somente o nome da governadora. Suas propostas, de acordo com a posição-sujeito Cpers, desde antes do governo (conforme observamos na sd 5 e sd 7) vão ao encontro da política neoliberal já aplicada por outros governos, como Rigotto e Britto. Tanto é assim que, quando trabalhou no governo Rigotto, ela já previa o “pacotaço” (sd 5), numa perspectiva economicista. Contudo, o governo não se responsabiliza sozinho pelas suas

ações, conforme podemos observar, carregando junto com seus assessores e dividindo as responsabilidades, no caso, com Mariza.

Posteriormente aos anos de recorte do arquivo, o governo é designado pela posição-sujeito Cpers como “Ela”<sup>34</sup> por causa das crises que quase ocasionaram o *impeachment* da governadora, conforme analisamos na sd 24, no segundo capítulo. Vejamos a sd 41.

#### Sd41 -



(*Sineta*, mai., 2009, p. 4)

Na sd.41 constatamos o jogo de forças entre duas FDs antagônicas — a do governo e a do Cpers/sindicato —, cujos conflitos determinam os discursos no *Sineta*. O jogo na estrutura da língua é aqui considerado. “Ela não pode continuar. Fora Yeda!” provoca na memória, através do acontecimento em julho de 2009, a lembrança de que os integrantes do Cpers não concordam com a política da governadora.

O uso do pronome pessoal do caso reto, de gênero feminino, funciona, linguisticamente, para substituir um nome. Logo, observamos nesse uso que o governo não merece, segundo a posição-sujeito cpers, ser nomeado, já que é Ela quem comanda ações que estão prejudicando a educação pública. Consideramos que o pronome “Ela” funciona também com um apelido, que é usado pelo Cpers e seus componentes para designar o governo, mais especificamente, a mulher Yeda. Como já referimos, a voz e o nome do vice-governador são silenciados no discurso do Cpers; quem deve estar “fora”, quem não pode continuar é “Ela” ou “Yeda”

O nome do governo, em virtude das ações da governadora vai sendo modificado, mas nenhum apelido é incorporado ao nome social de Yeda, ao contrário de Lula, conforme demonstrou o estudo realizado por Cazarin (2005, p. 327). O nome, o que torna a governadora um ser social, foi silenciado dentro do sindicato a partir do pronome Ela, entendendo-se, assim, que a governadora, pelas suas ações, não merece ser chamada pelo nome.

<sup>34</sup> Mesmo que 2009 não esteja dentro do recorte realizado, julgamos importante mostrar como, ao longo da luta de classes, o governo continua tendo seu nome alterado.

Toda essa mudança ocorrida na designação do governo significa o desejo do sindicato de demonstrar que o governo é “qualquer um”. Autoridades são tratadas, geralmente, pelo nome, pelo qual gostariam de ser chamadas, ou pelo pronome de tratamento que lhes é devido. No entanto, além de não receber tal tratamento, o governo recebe outros nomes/designações, desrespeitosos, conforme podemos observar a seguir.

No início do ano de 2007, quando a governadora começou seu governo, o Cpers já o nomeava como sucateador, em virtude das deficiências em relação à educação, saúde, segurança. O funcionamento da forma verbal “tenta deixar” aponta para uma ação contínua no presente, no entanto, o Cpers luta para que isso não ocorra no futuro. Observemos a sd 42.

**Sd 42** - Governo Yeda/Feijó **tenta deixar** população sem políticas públicas - **Novo jeito de sucatear** (Sineta, mar. 07, p. 1 - grifo nosso).

Na sequência discursiva 42 o governo é nomeado pelo Cpers, conforme análise realizada, como “Governo Yeda/Feijó”. É designado como o governo da redução de gastos em relação a prioridades para a população, como educação, saúde e segurança (conforme sd 3, no primeiro capítulo). A posição-sujeito Cpers que se inscreve na FD sindical assume uma posição contrária (opõe-se) à da posição-sujeito do governo, inscrita na FD estatal, acusando-a. Esse discurso silencia uma regularidade no discurso dos governos de políticas neoliberais: a falta de qualidade de vida da população pela existência de políticas públicas. No entanto, o governo Yeda/Feijó assume a preocupação de enfrentar a crise financeira herdada por outros governos sucateando serviços. A posição-sujeito Cpers/Sindicato designa o governo como sucateador, porque trata a educação como lixo, até porque o fato de cortar os gastos públicos não significa que o governo irá investir em políticas públicas.

O recorte da sd 42 “O novo jeito sucatear” aponta para a prática de continuísmos, ou seja, muda o governo, mas os problemas são os mesmos. Ainda é possível afirmar que “um novo jeito de sucatear” constitui-se numa resposta à promessa feita pela governadora durante sua campanha eleitoral, constituindo-se numa espécie de negação, já que sua proposta de governo não se concretiza e busca silenciar outra posição antagônica da FD estatal: “O novo jeito de governar” — slogan da campanha de Yeda/Feijó em 2006 — mobiliza sentidos de que “governar”, para quem está no poder, é o mesmo que “sucatear”. Assim, é o “silenciamento constitutivo”(ORLANDI, 2005, 83): para se dizer “sucatear” tem-se de apagar



“governar”. A palavra “novo”, contraditoriamente, não silencia a palavra “velho,” já que o “novo” (velho) jeito de governar de Yeda/Feijó continua igual ao de governos anteriores, ou seja, não oferece soluções concretas e eficazes. Com base na polissemia por meio do rompimento dos sentidos de o “novo jeito de governar” para o “novo jeito e sucatear” ocorre um efeito de ironia. Portanto, governo é o mesmo que sucateador.

Colaborando com o sentido expresso pela designação do governo como sucateador, na sd 42 observamos que a posição-sujeito Cpers designa o governo do estado como alguém que se valerá de estratégias de *terror*, de *medo*, para que o sindicato não se mobilize contra o sucateamento dos serviços públicos. A culpa recai principalmente na secretária de Educação, Mariza Abreu, mas posteriormente, por meio do pronome “Elas”, observa-se que Mariza e Yeda estão aliadas para restringir as manifestações do sindicato. O verbo restringir é parafraseado ao longo da sd 42 pelo verbo atrapalhar, reiterando o sentido de que o governo persegue o Cpers, conforme observamos na sd 43.

**Sd 43** - A secretária da Educação **está tentando restringir nossa participação nas atividades sindicais**, e muito provavelmente, a governadora usará *estratégia do terror, do medo, para tentar atrapalhar nossa mobilização*. Certamente elas se apóiam no ditado popular: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Mas nós aprendemos durante nossa longa história de lutas que se nos unirmos o *bicho* foge. (*Sineta*,dez. 2007 -grifo nosso).

Nessa sequência discursiva a recorrência das formas verbais “está tentando restringir” e “tentar atrapalhar”, inicialmente, permite observar a presença de relações antagônicas entre o Cpers e o governo, visto que ocorre mais de uma posição-sujeito na educação, ou seja, a posição-sujeito da FD resulta da fusão Yeda/Mariza, designação de governo já analisada na sd 37.

Ainda em relação à sd 43 ainda, a recorrência ao ditado popular “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come” revela, de um lado, a falta de expectativas para o sindicato e, de outro, o lado autoritário da secretária e da governadora. Reconhecemos, no entanto, outra saída, que é a união do movimento, a qual pode fazer “o bicho fugir”, ou seja, a posição-sujeito representada pelo sujeito da FD Cpers/Sindicato é de resistência, uma vez que nega a ação de ambas.

Neste caso, o governo, para a posição-sujeito Cpers, pode ser visto como um aparelho que se vale, como o enunciado diz, do medo, do terror para repreender os manifestantes,

buscando silenciá-los, por meio de um *silêncio local* (ORLANDI, 2005, p. 83), isto é, da censura. Logo, retoma na memória o discurso da ditadura, quando quem se opunha ao governo era censurado, silenciado. Se tomarmos os acontecimentos ocorridos (que ficaram no interdiscurso), mas que são acionados pela memória, o governo ditatorial, com tropas-de-choque buscou restringir as manifestações do sindicato.

Elas, referindo-se à governadora Yeda Crusius e à secretária Mariza Abreu, sem referir o nome, significa atribuir pouca importância às duas, ou seja, se o sindicato não correr, não se mobilizar, o governo “pega”, domina; se o sindicato ficar, isto é, mobilizar-se, o governo come (persegue). No entanto, o Cpers, na longa história de lutas desde 1946 (um dizer que está no interdiscurso, nas lutas já realizadas pelo sindicato), une-se (direção, professores e funcionários), e o bicho (governo) foge (não vence).

O uso do pronome “nós” designa a posição-sujeito Cpers — direção, professores e funcionários associados ao sindicato. Portanto, o enunciador vale-se de um já-dito para reforçar seu argumento contrário ao governo, posicionando-se a partir de uma relação antagônica, de oposição. Vejamos: governo é terrorista/ elas.

Se o sindicato é nomeado como terrorista, é por que, segundo a posição-sujeito Cpers, ele golpeia a Educação. É o que veremos na sequência discursiva 44:

**Sd 44** - É cada vez mais imperioso para quem defende uma escola pública de qualidade enfrentar as **políticas de sucateamento** deste importante serviço público pelo atual governo do estado. **Sem escrúpulos, o governo de plantão golpeia a educação por todos os lados. Chega a ser criminoso o que estão fazendo.**<sup>35</sup> (*Sineta*, agosto/Set. 2007, p. 03-. grifo nosso).

O governo (FD estatal), segundo a posição-sujeito Cpers (FD sindical), é designado como um aparelho sem escrúpulos, tanto que “golpeia” a educação por todos os lados, atingindo alunos, pais, professores, funcionários, ao restringir o transporte e merenda escolar, fazer enturmações, multisseriações, o arrocho salarial. Assim, torna-se “imperioso para quem defende uma escola pública de qualidade enfrentar as políticas de sucateamento deste importante serviço público pelo atual governo do estado”. Além disso, por “golpear” (remetendo-se à dor de quem sofre, os sujeitos da educação) acaba se tornando criminoso. A palavra “golpe” pode retomar pela memória o golpe militar, período em que a população viveu sob um regime ditatorial, no qual somente o governo ditava ordens e o povo tinha de

---

<sup>35</sup> *Sineta*, ago./set 2007, p. 3.

cumpri-las. Caso resistisse, era preso ou exilado. A partir da análise da sd 44, a designação de governo assume posição de igualdade a outras designações usadas em tempos de ditadura, o que só é possível recuperar pelo interdiscurso, pela memória, conforme pudemos observar acima.

Cabe destacar também o uso dos verbos no funcionamento do discurso do Cpers. A posição-sujeito Cpers “defende” a escola pública e “enfrenta” as políticas de sucateamento ao passo que o governo “golpeia”. O funcionamento desses verbos reflete o embate entre o governo e o Cpers.

“Governo de plantão” é mais uma designação atribuída ao governo Yeda. De acordo com as condições de produção do discurso, podemos observar, de acordo com o discurso da posição-sujeito Cpers, que esses sujeitos são Yeda e Mariza (sd 37 e 43), aquelas que prejudicam a educação. A expressão “chega ser criminoso o que estão fazendo” retoma o verbo “golpear”, pelo sucateamento de serviços e a desvalorização da educação pública estadual. Portanto, o governo é nomeado como golpista, criminoso e espião, com base na leitura que fazemos do emprego de “governo de plantão”.

Na próximo recorte, seqüência discursiva 45, “fascista” remete pelo interdiscurso e pela memória, à recorrência à prática da política italiana que se opunha à democracia e ao liberalismo. O fascismo italiano, liderado por Benito Mussolini, contrário ao marxismo, à luta de classes, pregava que o Estado é superior à soma dos indivíduos que o compõem, os quais existem para o Estado, ao invés de o Estado existir para os servir. Portanto, o objetivo do governo fascista era sua autovalorização. E é justamente isso, segundo o sindicato, que a governadora pretende: diminuir as dívidas do Estado.

**Sd 45** - A manifestação que mostrou o **lado fascista** do governo Yeda reuniu trabalhadores de diversas categorias. (*Sineta*, out. 08, p. 2- grifo nosso).

É nisso que, segundo a posição-sujeito Cpers, o governo se pauta: neoliberal, alienado pelo poder, está mostrando um lado fascista. O governo Yeda, segundo essa posição-sujeito, coloca-se numa posição contrária aos interesses do povo e acredita que este — o trabalhador — somente existe para servir àquele. Logo, quem se opõe será silenciado, de acordo com a posição-sujeito do sindicato, ainda que seja pela violência, conforme veremos abaixo (sd 46), como acontecia no início do século XX, em que os contrários ao movimento foram presos

e/ou exilados. Novamente, Yeda Crusius, governadora do Rio Grande do Sul é tratada pelo pré-nome. O governo fascista é igual à pessoa de Yeda.

Na sequência discursiva 46, a seguir, observamos a posição-sujeito Cpers afirmando que o governo atual está em permanente crise e que precisa de políticas drásticas, semelhantes ao fascismo, para sobreviver. Em “desgastado pela corrupção e com rejeição da casa” retomam-se dizeres silenciados de todos os impasses que o governo Yeda Crusius sofreu junto aos próprios partidários, ou seja, aqui se lembram a crise do Detran, César Busato, os desentendimentos com Feijó.

**Sd 46** - A **selvageria** e a **covardia** verificadas na quinta-feira passada na praça matriz, em Porto Alegre, são de responsabilidade da governadora Yeda Crusius. Os atos de violência daquela tarde mostram **a fragilidade de um governo em permanente crise política, desgastado pela corrupção e com rejeição da casa.**” (*Sineta*, out. 08, p. 2- grifo nosso).

Segundo o sindicato, conforme sd 46, o governo é selvagem e covarde, já que as ações dos policiais/tropa de choque são de responsabilidade da governadora, o que remete a um regime fortemente autoritário. A selvageria e a covardia, ao contrário da força, refletem a fragilidade, a falta da identidade política, em razão dos escândalos e da corrupção de um governo marcado por vexames, porque governos que possuem projetos, ideias e objetivos não precisam fazer alianças ao serem rejeitados pela casa, muito menos apelar para a força, para as tropas de choque. Respeito e credibilidade se conquistam, não se impõem, de acordo com a posição-sujeito Cpers.

Soma-se a essas designações um governo autoritário e truculento, conforme visualizamos na sd 47. Essa postura está ligada, de acordo com o discurso do Cpers, à ocupação que o Cpers realizou em maio de 2007 na SEC, quando a tropa de choque chegou em grande número isolando a rampa de acesso. Essa manifestação do sindicato ocorreu porque o governo, após cinco meses de mandato, ainda não havia encaminhado as demandas necessárias às escolas, que eram urgentes, “imediatamente”. Vejamos: 47:

**Sd 47** - A **falta de disposição** do governo para encaminhar imediatamente às demandas das escolas públicas está sendo acompanhada de uma **postura autoritária e truculenta.** (*Sineta*, Maio de 2007, p. 02- grifo nosso).

Segundo a posição-sujeito Cpers, o governo demonstra descaso com a educação e ainda se vale de posturas autoritárias, barrando as manifestações contrárias. O descaso do governo, pela materialidade “falta de disposição”, ressoa regularmente no discurso do Cpers como podemos observar em algumas sequências, como nas sds 2,3,6,8,12,42, 46, para cerrar a cortina de gastos indevidos, conforme observamos nas sds. Um bom governo, de acordo com o discurso do sindicato, tem de estar disposto a atender às necessidades da população, não de poucos (privilegiando empresários).

Se a postura do governo, para a posição-sujeito do sindicato, é autoritária e truculenta, ele é nomeado como autoritário e truculento, característica de um aparelho que age pela censura, pela violência, que produz silenciamentos do discurso sindical, o qual revela violência, autoritarismo por parte do governo. Isso ocorre para mostrar a postura truculenta do governo, conforme mostrou a análise das sds 30, 31, 32.

Logo, pelo funcionamento de designações observamos que a posição-sujeito Cpers (FD sindical) se opõem ao governo, não discursivizando na mesma matriz de sentido. As nomeações do governo de várias formas, conforme as análises precedentes — governo Yeda/Feijó, governo Yeda/Feijó/Mariza, governo Yeda/Mariza, governo Yeda, governo Yeda Crusius, Yeda, Ela — comportam muito bem determinações como selvagem, criminoso, sucateador, golpista, violento, frágil, corrupto, autoritário e truculento. O governo pode ser visto como um inimigo às políticas do Cpers, dentro da luta de classes; portanto, as relações entre as FDs são antagônicas. Como já observamos, a ideologia interpela o Cpers em sujeito do seu discurso, trazendo um posicionamento contrário ao governo.

Lembramos aqui que a interpelação não ocorre de forma simétrica, já que, de acordo com Pêcheux, há um atravessamento psicanalítico, ou seja, trata-se de um sujeito afetado por uma ideologia e pelo inconsciente. Por que existiriam sindicatos se não fosse para defender os direitos de uma categoria trabalhadora? Assim, o sindicato, interpelado pela FD sindical, discursiviza aos seus, por meio de um jornal de sua representação, a sua indignação em relação às ações do governo quanto às políticas públicas relacionadas à educação. Em seguida, analisaremos como o sindicato mobiliza seu discurso para designar o que diz ser seu principal alvo, a educação.

### 3.2.1.2 Designação de educação

A educação de qualidade, segundo o Cpers, é a prioridade do sindicato. É por ela que a entidade estabelece sérios embates com o governo, a principal luta do sindicato. No entanto, a educação, segundo a posição-sujeito do sindicato, não tem sido prioridade no governo atual, que realiza cortes no orçamento, sucateia serviços, prejudicando toda a comunidade escolar. Veremos nas análises como a educação é nomeada e quais características recebe pelo sindicato dentro da FD sindical nas sete sequências discursivas abaixo, escolhidas em virtude de sua regularidade no material analisado, o jornal *Sineta*(sds 48 a 54). A primeira, sd 48, trata da posição-sujeito governo sobre a educação, apresentando suas propostas; a segunda, sd 49, trata da posição-sujeito Cpers, discursivizando sobre a educação enquanto política do governo; as quatro sequências que sucedem, sds 50 a 54, tratam do ideal de educação pela posição-sujeito em questão.

Cabe lembrar que, nas leituras realizadas observamos que a secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul na época dizia-se engajada na educação de qualidade ao promover o programa estruturante Escola Para Todos.<sup>36</sup>Mariza Abreu(2008), em artigo intitulado como “Boa escola para todos”, afirmou:

**Sd 48** - Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul, que já teve a melhor educação pública do País, perdeu posição no contexto nacional. Em 2005, o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do MEC indica que a rede estadual ficou em 6º lugar na 1ª a 4ª série, 4º lugar na 5ª a 8ª série e 2º lugar no ensino médio. A Boa Escola para Todos vem para melhorar a qualidade da educação básica, com redução da repetência e evasão e aumento dos níveis de aprendizagem, e expandir e qualificar a educação profissional. (ABREU,2008).

A educação cidadã, proposta do governo federal, segundo a secretária, estaria sendo praticada no Rio Grande do Sul, e o programa “Escola para Todos” viria para melhorar ainda mais a qualidade da educação básica. A secretária ainda acrescenta que o programa será desenvolvido até o final do mandato por meio de cinco projetos: Saers (o já conhecido

---

<sup>36</sup> Site: [www.educaçãors.gov.br](http://www.educaçãors.gov.br)

Sistema de Avaliação Educacional do Rio Grande do Sul)<sup>37</sup>, Professor Nota Dez 10<sup>38</sup>, Escola Legal<sup>39</sup>, Sala de Aula Digital<sup>40</sup> e Centros de Formação Profissional.<sup>41</sup>

A secretária (2008) ainda afirmou que “para o Governo do Estado, somente a mobilização de Todos pela Educação poderá assegurar Boa Escola para Todos”. Por sua vez, o Cpers se contrapôs dizendo que não há qualidade na educação; por isso, tem de se mobilizar. E é nesse embate que buscaremos analisar a visão do sindicato sobre educação.

A educação, segundo a posição-sujeito Cpers, está um caos, visto que “nossas escolas estão ainda mais abandonadas”, “sem condução, milhares de alunos atrasaram o começo das aulas”, “falta de professores [...] Ainda faltam profissionais para os serviços de merenda, limpeza secretarias”, “o governo sucateia os serviços de biblioteca, supervisão” “deixando as escolas sem infra-estrutura para atender a comunidade escolar<sup>42</sup>, observemos a sd 49:

**Sd 49** - A educação, com a **suspensão de qualquer tipo de investimento por cem dias**, a partir de 17 de janeiro, **fica prejudicada**. (...) Sua proposta de modernização **não** significa melhorias ou construção de bibliotecas, quadras esportivas, de laboratórios de informática e investimento na formação e capacitação do pessoal. **Sem essas medidas, a tal modernização não passa de propaganda enganosa**. (*Sineta*. fev. 2007, p. 1 - grifo nosso).

Segundo a sequência acima, a educação é nomeada como prejudicada e a causa desse prejuízo é a falta de investimento. A repetição “não” remete a uma questão que já discutida quando tratamos das ações do governo, em análises anteriores, quanto à falta de políticas públicas. O funcionamento da pronominalização “sua” refere-se à Yeda, cuja proposta de

<sup>37</sup> Sistema de Avaliação Educacional do Rio Grande do Sul tem duas ações já em andamento: a avaliação externa do rendimento escolar dos alunos no ensino fundamental e médio e o Projeto Piloto para Alfabetização de Crianças com 6 e 7 Anos, para construir a matriz de habilidades e competências cognitivas em alfabetização e matemática para o 1º e 2º anos do ensino fundamental de 9 anos.(ABREU, 2008)

<sup>38</sup> Valorização do Magistério prevê ações, várias em execução, de formação continuada dos professores, vinculada ao trabalho em sala de aula, e implantação de nova legislação para o sistema educacional gaúcho, para aperfeiçoar o concurso público e a contratação temporária, de forma a agilizar o provimento de pessoal e a melhorar a qualidade dos professores; articular a progressão na carreira do magistério com a melhoria da qualidade do ensino; e fortalecer a autonomia da escola articulada com a prestação de contas dos resultados educacionais. (ABREU, 2008)

<sup>39</sup> O Projeto Escola Legal visa à manutenção e ampliação de espaços escolares para assegurar às escolas estaduais as condições físicas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, garantir acessibilidade aos portadores de necessidades especiais e adequar a estrutura física das escolas à lei de prevenção de incêndio. Várias obras foram realizadas ou estão em andamento desde 2007.(ABREU, 2008)

<sup>40</sup> O Sala de Aula Digital implantará em mais mil escolas estaduais a tecnologia da informação, a ser utilizada como recurso pedagógico na aprendizagem, proporcionando ferramentas indispensáveis à inserção no mundo do trabalho e à inclusão digital de alunos e professores. (ABREU, 2008)

<sup>41</sup> Os Centros de Referência na Educação Profissional serão implementados em seis escolas técnicas estaduais para expandir, diversificar e qualificar a educação profissional gaúcha. (ABREU, 2008)

<sup>42</sup> Publicação do Cpers/Sindicato, Abril 2007

modernização retoma, novamente, o *slogan* “novo jeito de governar”, uma proposta que prometia modernidade no governo.

Em fevereiro de 2007, o Cpers informou que o governo havia suspenso qualquer tipo de investimento a partir de 17 de janeiro desse ano. Isso inviabilizaria o início do ano letivo. Portanto, a educação que deveria ser assegurada pelo governo da “Boa escola para todos” estava “prejudicada”, porque o governo não melhora a educação básica, não demonstrando ser uma administração preocupada com o exercício da cidadania.

Quando trata de “Sua proposta...” o Cpers traz a voz do governo para fortalecer a posição-sujeito contrária ao mesmo, mostrando que ele somente tem uma proposta de modernização (leia-se discurso de Mariza), mas que nada faz para que isso se efetive. Assim, pelo interdiscurso, o sindicato retoma um já-dito do governo: colocar em prática o projeto “Boa escola para todos”, visando ao Saers, Professor Nota Dez, Sala de Aula Digital, Centros de referência em educação, Projeto Escola Legal. No entanto, há uma identificação entre a posição-sujeito Cpers e educação, já que a interpelação ocorre pela mesma FD, o discurso educacional. O discurso do Cpers faz emergir o discurso do governo, mas numa forma de negação. Retomamos aqui que o texto é atravessado por várias posições que correspondem a diferentes posições discursivas, as quais denunciam o desejo da qualidade escolar.

A posição-sujeito Cpers vê no discurso que retoma uma política neoliberal para justificar os rumos que a educação vem tomando, questionando, assim, o governo sobre o seu modo de investir em educação para formar cidadãos, proposta anunciada por ele ainda em período de eleição. Os indivíduos e grupos são colocados pelo poder em um jogo de relações: quando se fala de poder, lembra-se que uns exercem poder sobre os outros (FOUCAULT, 1995, p. 240).

O que até então tratamos é a visão que o governo e o Cpers possuem, a partir das políticas do governo em relação à educação. Pensamos que é importante para que se entenda o funcionamento do discurso do Cpers enquanto resistência ao poder que o governo exerce sobre a educação, de forma negativa, levar em conta o funcionamento da ideologia na linguagem e os seus efeitos sobre os sujeitos, pois, embora estes façam suas escolhas, há aquilo que Pêcheux chama de “modalidades de subjetivação”, as quais não acontecem sem que haja uma relação com as formações imaginárias e com os processos discursivos. É por isso que a educação nomeada como qualificada não é a mesma visualizada por ambas posições: para o governo, projetos idealizados; para o Cpers, a realidade das escolas, da educação, que deve ser mudada.



No entanto, nosso objetivo principal é tratar neste item sobre como o Cpers visualiza a educação de qualidade. Para tanto, buscamos trabalhar com esse discurso por meio de cinco sequências discursivas que abordam como a educação é nomeada a partir da posição-sujeito sindical. As sds pertencem ao jornal sindical *Sineta* e, como outras presentes neste estudo, foram recortadas pela sua regularidade no *Sineta*, jornal de representação sindical. Com base no que formula Pêcheux (1990, p. 17), como já foi tecido ao longo deste discurso, é que podemos pensar a prática do Cpers/Sindicato como imbricada na existência de um aparelho: por meio de um jornal, de *folders*, de uma greve, de uma plenária, etc. Para que a educação não seja prejudicada, a posição-sujeito Cpers afirma que deve exigir que ela seja prioridade.

Se tomarmos o acontecimento em que Yeda/Feijó assumiram o governo do estado do Rio Grande do Sul temos uma posição-sujeito Cpers inscrita numa FD sindical, falando das condições de produção de um aparelho ideológico que já está atento às primeiras práticas governamentais e já discursiviza a partir do seu papel, que é exigir, fazendo emergir a voz de um coletivo: os professores e funcionários. (sd 50).

Os verbos “exigir” e “avançar”, conforme observaremos na sd 51, são regularidades no discurso que analisamos. O sindicato deve exigir para, conseqüentemente, avançar (entendendo-se conquistas). O pronome “nosso” (sd 51) também demonstra que o sindicato fala em nome de um coletivo, estudo que realizaremos a seguir, e designa sindicato enquanto direção, professores e funcionários (membros). Os substantivos desafio e objetivo (sd 51) também estão relacionadas, já que se os sindicalistas devem superar desafios (nosso desafio) para atingir seu objetivo (nosso objetivo).<sup>43</sup> Observemos então:

**Sd. 51** - Exigir a garantia da educação como uma **prioridade de** governo é o nosso desafio. Avançar é nosso objetivo\* (*Sineta*, fev. 2007, p. 1 - grifo nosso).

**Sd. 52** -Ninguém discorda de que a Educação é a **pedra fundamental** para o desenvolvimento de qualquer País (*Sineta*, fev. 07, p. 1 - grifo nosso).

É possível observar que o Cpers defende que a educação, para o governo, deveria ser “prioridade” (sd 51), “a pedra fundamental” (sd 52), mas, como não é, está prejudicada, fazendo mais uma vez emergir a voz do governo - que se posiciona favoravelmente ao déficit

---

<sup>43</sup> Cabe destacar que o sindicato fala em nome de um coletivo, de todos os professores. No entanto, há na classe professores que se contraidentificam com a entidade.

zero e que prometeu melhorias para a educação, ou seja, uma “Boa escola para todos”, mas não as cumpriu. Eis aqui o sujeito afetado duplamente, disperso, fragmentado e cindido; a que assume a verdade da sociedade de que faz parte como sua, pensando ser fonte do seu dizer, porém faz emergir vozes do outro que o constitui.

A posição Cpers/Sindicato designa a educação como a pedra fundamental (sd 52) para o desenvolvimento de qualquer país, retomando pelo interdiscurso, o discurso educacional, pedagógico, de que a educação é a pedra fundamental. Observamos ao longo do discurso do Cpers/Sindicato que este se vale da voz do outro que o constitui — o governo — para designar a educação, reforçando, assim, sua posição-sujeito contrária: a educação é sucata, é caos, está sendo desmontada<sup>44</sup>. No discurso do Cpers escapa o discurso do outro num efeito de negação, reforçando a ideia contrária a esse outro, o governo. Assim, com a análise (sd 52), percebemos que o país não é considerado desenvolvido em virtude da precariedade da educação, e isso se dá por culpa do governo.

Em outro recorte, a educação é nomeada como gasto a partir da posição-sujeito governo:

**Sd 53** - Alegam que os estados podem arcar com a responsabilidade de pagar o piso, tratando a **educação como gasto e não como investimento**.<sup>45</sup>

A educação recebe duas designações: gasto e investimento. Gasto para a posição-sujeito governo; investimento, para a posição-sujeito Cpers. Ao tratarmos da condição de produção da enunciação do verbo “Alegam”, a posição-sujeito Cpers refere-se aos secretários de educação dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que estavam buscando desconstituir a lei que criou o Piso Salarial Profissional Nacional para o magistério, enquanto o governo Rio Grande do Sul deveria aprovar um aumento significativo de seu salário.

A educação também é nomeada como ensino de qualidade, que, segundo o sindicato, é seu principal objetivo, conforme podemos ler na sd 54:

---

<sup>44</sup>Publicação do CPERS/Sindicato Abril de 2007.

<sup>45</sup>Referente ao pagamento do piso de R\$ 950 para uma jornada de 40 horas semanais. O salário base na época era de R\$ 288,60( *Sineta*, Set. 2008.). A secretária estava se negando pagar o piso a partir de 2010, mas aumentou seu próprio salário, que passou de R\$ 7.100,00 para R\$ 17.347,14.

**Sd 54** - “Se a única forma de **defendermos o ensino de qualidade** e assegurarmos os direitos da categoria é realizando manifestações e indo para a rua, devemos nos preparar. (*Sineta*, mai. 2007, p. 2, grifo nosso).

No enunciado da sd 54 ressoa o discurso da greve, da manifestação, para que se defenda o ensino. Ao observar o uso dos verbos ou expressões verbais, “defendermos”, “assegurarmos”, “devemos” vemos os objetivos da luta do sindicato, que com manifestações defende o ensino de qualidade para assegurá-lo como direito dos cidadãos. O funcionamento desse discurso constitui um chamado para a luta em nome dos direitos da categoria, mas para isso é preciso que a categoria se prepare, se organize. Mais uma vez ressoa na memória o discurso do sindicato no *Sineta*, ou seja, “Trabalhadores, uni-vos”. Tal regularidade, que produziu uma memória sobre a bandeira de luta dentro dos sindicatos, é recuperada pelo interdiscurso e, mesmo que venha ressignificando movimentos, não deixa de acusar a existência das relações de antagonismo existentes entre as FDs estatal e sindical.

Portanto, como já constatamos ao longo do trabalho, o acontecimento da vitória do governo Yeda/Feijó marca o reinício de um embate entre duas FDs (sindical e estatal). A posição-sujeito Cpers inscrita na FD sindical busca a educação de qualidade, designando-a como a pedra fundamental, como prioridade, ao passo que o governo visualiza-a como gasto.

Depreende-se que os programas do governo não funcionarão adequadamente, pois, segundo a posição-sujeito sindicato, o governo Yeda trabalha em benefício próprio e vale-se de políticas de sucateamento, de desmonte da escola pública, deixando a educação prejudicada; por isso, o sindicato/professores lutam por uma educação de qualidade. O discurso de modernização, de projetos, é silenciado quando o Cpers enuncia o que o governo tem feito para prejudicar a educação, conforme já visualizamos. A seguir, trabalhamos com a designação de professores, os sujeitos responsáveis pelo ensino, pela educação de qualidade.

### **3.2.1.3 Designação de professores**

Os professores são nomeados pelo sindicato como “educadores”, ou como “profissionais em educação”. São vistos como sujeitos fundamentais para que a educação seja de qualidade, pois se esforçam para que essa educação aconteça efetivamente. Para analisar

como a posição-sujeito Cpers os nomeia, trabalhamos com quatro sequências discursivas de regularidade no jornal *Sineta*.

Já é conhecido por nós, sujeitos da educação, que quando a mesma vai mal a culpa nunca é do governo, mas dos professores. As secretarias idealizam projetos, mas nas condições de produção em que os professores se encontram muitas vezes não é possível colocá-los em prática, seja pela precariedade dos recursos nas escolas, seja pelo problema de indisciplina ou pela exaustão, pois os professores, independentemente dos recursos, esforçam-se além dos limites físicos e materiais para proporcionar a melhor educação possível. No entanto, quando a educação anda mal, a culpa ainda recai sobre eles. Vejamos:

**Sd 55** - “(...) e que os educadores **são fundamentais para o desenvolvimento da educação**. Se a educação vai mal, a maior parcela de culpa recai sobre os educadores, categoria na qual um em cada quatro profissionais sofre de síndrome da exaustão (burnout), justamente por se esforçarem além dos limites físicos e materiais, para proporcionar a melhor educação possível. **Não é exagero dizer que os educadores brasileiros sacrificam-se pela educação**. (*Sineta*, fev.2007, p. 1 -grifo nosso).

Os educadores, assim como a educação, na sd 55 são fundamentais para o desenvolvimento da educação. Nessa sequência discursiva, de acordo com a posição-sujeito Cpers/Sindicato, podemos observar novamente a questão da repressão do governo aos professores, culpando-os em grande parte pelos insucessos da educação. O verbo “sofre” funciona como consequência do verbo “esforçarem”, já que os professores sofrem da síndrome da exaustão, por causa do esforço que fazem, sacrificando-se pela educação.

É interessante observar que, quando o Cpers (na sd 56, a seguir) designa professores, mostra que se inscreve como parte do grupo, no entanto, mostra-se como porta-voz do grupo relação com o governo. Vejamos as sds 56 e 57:

**Sd 56** - Mas como somos **persistentes**, não desanimaremos. (*Sineta*, fev. 2007. p. 1 - grifo nosso).

**Sd 57** - Mas para uma **categoria calejada**, que já levou milhares de pessoas à Praça da Matriz, que enfrentou o calendário rotativo de Neuza Canabarro, a polícia, os cães e os cavalos de Pedro Simon, esses são mais alguns desafios a serem superados. (*Sineta*, fev. 2008, p. 1 - grifo nosso).

A categoria designa os educadores e se autodesigna como persistente, tão persistente ao ponto de estar calejada de tantos obstáculos que já encontrou no caminho. Observamos, mais uma vez, a retomada de dizeres que estão na memória e que são lembrados no discurso para que fiquem bem claros os danos à educação e aos professores causados pelas más administrações na Secretaria da Educação, se esqueceu de sua função, que seria dar primazia a uma educação de qualidade, e exerce seu autoritarismo contra os profissionais da educação, sobretudo quando reivindicam seus direitos por meio de manifestações. As expressões “categoria calejada” e “persistente”, marcadas no fio do discurso, produzem efeitos de sentidos, os quais apontam para a relação tensa existente entre as duas posições-sujeitos inscritas nas duas FDs – Cpers/sindicato e estatal. Nesse sentido, reitera-se que a categoria é calejada, mas é persistente, pois já enfrentou desafios impostos por outros governos ao longo da história e persiste na luta, por meio de manifestações e mobilizações, palavras frequentemente usadas ao longo do discurso do sindicato.

O Cpers também designa os professores como a “comunidade escolar gaúcha”, conforme podemos observar na sequência 58:

**Sd 58 - A comunidade escolar** gaúcha não agüenta mais os sistemáticos ataques da secretária Mariza Abreu à educação pública. A quantidade de medidas contrárias aos interesses de professores, funcionários de escola, pais e alunos fez com que o Cpers/Sindicato decidisse colocar em prática, a partir de agosto, a campanha Fora Mariza! ( *Sineta*, ago./set. 2007, p.3 - grifo nosso).

Nesta sequência, o Cpers generaliza ao afirmar que toda a comunidade não aguenta mais o ataque da secretária. No entanto, acrescenta funcionários de escola, pais e alunos, mostrando que são interpelados em sujeitos pelo sindicato, discursivizando a partir das ideias do mesmo.

Por outro viés, a posição-sujeito sindicato trata de como a posição-sujeito governo visualiza a prática do Cpers, e nomeia o sindicato, conforme veremos na sd 59.

**Sd 59** - Para o governo do estado, **quem se manifesta** contra suas desastrosas políticas é “baderneiro” ou “desocupado”. Isso, porém, não vai impedir que os trabalhadores

**continuem unidos** lutando contra as políticas de desmonte dos serviços públicos, com vista à sua privatização. Muitas outras mobilizações ainda serão realizadas. (*Sineta*, out/2, 2008, p. 04 - grifo nosso).

O governo, segundo o Cpers, designa os professores como baderneiros e desocupados. No entanto, o Cpers nomeia os professores e a ele mesmo como os sujeitos trabalhadores unidos, fazendo eco com “Trabalhadores do mundo, uni-vos” do discurso marxista, que se opõe ao regime que quer oprimi-los. O sindicato tem suas raízes nesse discurso e, mobilizando-se, busca vencer o governo.

Há dentro do sindicato uma identificação entre os dirigentes e os professores e os funcionários associados, pois falam da mesma matriz de sentido: lutar pelos direitos da categoria e por uma educação de qualidade. No entanto, também há professores que se contraidentificam, o que explica as dissidências dentro do movimento, pois durante as greves e manifestações nem todos se unem.

O sindicato é o protagonista dos acontecimentos. É ele que, à frente dos professores, fala em nome de um coletivo; por isso, ao designar-se, não poderia fazê-lo de outra forma, senão como educador, o que realmente é em sua essência, conforme a ideologia da FD sindical: lutar pela educação. Muitas vezes, seu discurso é silenciado pela censura, da repressão do governo, mas ele continua firme, sendo protagonista (na classe docente) do embate.

### **3.3 O porta-voz e o articulador**

Ao realizar a análise do funcionamento do discurso do Cpers, observamos que esse discurso de resistência está conforme o discurso de outros sindicatos que resistem às imposições feitas pelos patrões. Ao longo das análises, constatamos que essa voz que pronuncia o discurso da resistência legitimada *no Sineta* é a do sindicato. Como uma posição-sujeito inscrita numa FD sindical, a entidade funciona como líder dos professores e funcionários, a qual os chama e convoca. Conforme podemos verificar na sd 60, o jornal

*Sineta*, direcionado à classe afirma: “Sua participação é fundamental. A força está no educador<sup>46</sup>” (*Sineta*, out. 2008, p. 1)

Nos acontecimentos históricos que realizam a ruptura com dizeres que trazem consigo a ideologia da dominação surge o porta-voz, que é um protagonista do acontecimento: ele é “ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento” (PÊCHEUX, 1990, p. 17). É ele que fala em nome de alguém em nosso *corpus* fala da classe docente como se fosse um “nós”. O porta-voz é

[...] o efeito que **ele** [ Cpers/Sindicato] exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pelo qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: **o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta**, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar, Dupla visibilidade ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior. (PÊCHEUX, 1990 – grifo nosso).

O porta-voz, conforme expressa Pêcheux expõe-se ao olhar do poder que afronta, o que já tivemos a oportunidade de observar nas sequências discursivas em que o sindicato fala em nome dos professores, realizando questionamentos e críticas ao governo por meio do jornal *Sineta*, principalmente nas sequências 23, 27, 34, 35, 36, 43, 51, 54, 56. Por meio da primeira pessoa do plural nós o Cpers discursiviza no *Sineta* sobre as políticas neoliberais do governo e planeja, a partir de assembleias, greves, plenárias, paralisações, uma forma de dialogar com esse governo, que não quer ouvi-lo. O *Sineta*, greves e outras manifestações, como *outdoors* (sd1) funcionam como uma forma de o sindicato se expor a quem o afronta, ou seja, à posição-sujeito do governo. Os discursos realizados no jornal são feitos para os profissionais da educação do estado do Rio Grande do Sul e para defender os seus direitos perante o governo.

De acordo com Rosário (2008, p. 238), essa noção vem de Conein (1981), que a desenvolve em “Décrire un événement politique”. O autor analisa o surgimento da noção do porta-voz durante o acontecimento histórico da Revolução Francesa, apontando para o fato de que, no enunciado político tipo porta-voz “agentes políticos, provenientes da pequena burguesia de *fonction* do Antigo Regime, fazem discursos públicos para e sobre o povo,

---

<sup>46</sup> O Cpers chamava os professores e funcionários a uma assembleia para discutir reajuste salarial, defesa dos planos de carreira, implantação do piso nacional, defesa do Ipergs público.

enunciam demandas de ação em nome do povo, a ele atribuem ações e as relatam e descrevem como agente coletivo do movimento”. (1981, p. 55, apud ROSÁRIO, 2008, p. 238).

O porta-voz do movimento é o dirigente, já que “é o ponto em que ‘o outro mundo’ se confronta com o estado das coisas existentes, o ponto de partida recíproco no qual a contradição vem se amarrar politicamente a um “negócio de Estado”. (PÊCHEUX, 1990, p. 18). A expressão “negócios de Estado” possui o sentido de acordo, o que é feito pelo sindicato. O jornal *Sineta*, sendo a voz desse sindicato, não deixa de ser um porta-voz, trabalhando para mostrar a própria contradição no interior do movimento. Pêcheux acrescenta que “os discursos da revolução tendem a tornar simétrico algo presente nos discursos da ordem estabelecida, prefigurando a ordem estatal revolucionária.” (1990, p. 18). É nesse sentido que o porta-voz difere do articulador, na medida em que este tem a função de mediador. (SCHONS, 2006, p. 225). É num espaço de contradição que surge o articulador. Segundo a autora:

É nesse espaço que emerge o papel do articulador, tendo em vista que qualquer um poderá assumir a cena e tomar posições, pela mobilidade e imprevisibilidade do lugar. No caso de nosso corpus, a organização sindical não é reconhecida socialmente e, bem por isso, preciso lutar para mudar a lógica, ou seja, precisa da existência de um sujeito que assuma esse lugar social não instituído para que a voz de excluído seja lembrada e passe a existir. Essa é a lógica de estar-junto humano de que trata Rancière. E, nesse processo em que operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização e a distribuição dos lugares e das funções de cada operário vão legitimar uma nova distribuição. Por outro lado, o controle dessa distribuição pelo sistema legitima práticas de desigualdades e de proibições, impedindo a ocupação de certos lugares. (SCHONS, 2006, p. 82).

Observamos na leitura do arquivo que o jornal *Sineta*, além da função de porta-voz, não está buscando acordo nenhum, mas expõe as contradições que acontecem no interior da entidade. Podemos também observar, no nosso *corpus*, que a organização sindical não tem reconhecimento social, visto que suas ações são mostradas pela mídia sempre de forma negativa, conforme vimos nas condições de produção (conforme sd 23 e 24). Por isso, precisa da existência de um sujeito, que, no caso, que se personaliza no *Sineta*, para fazer emergir sua voz de excluído e também a contradição.

O destino do porta-voz circula, assim, entre a posição do profeta, a do dirigente e a do homem de Estado, visto que ele é o ponto em que “o outro mundo” se confronta com o estado



das coisas existente; é o ponto de partida recíproco no qual a contradição vem se amarrar politicamente a um “negócio de Estado”. (PÊCHEUX, 1990, p. 18).

O porta-voz é confrontado com os efeitos recorrentes do trabalho revolucionário da memória, onde “os discursos sedimentados de todos aqueles que o precederam neste destino o esperam para agarrá-lo, penetrá-lo, servir-se dele” (PÊCHEUX, 1990, p. 18).

Rosário lembra:

O porta-voz representa a voz do povo. No entanto, como o povo passa a ser falado, a garantia de que permaneça tendo efetivamente voz depende da legitimidade de seu porta-voz. Ou seja, o fato de o povo (ou grupo representado pelo porta-voz) não mais falar diretamente pode também significar não ter mais voz. (2008, p. 240).

A citação da autora culmina com o que formula Schons sobre a categoria do articulador, pois o *Sineta* não só fala em nome da classe, mas permite que a classe fale, defenda seus interesses, ou seja, em vez de apagar a sua voz, o *Sineta* dá espaço para que essa voz apareça.

O funcionalismo adquire voz quando seu porta-voz, o Cpers, veicula sua voz na imprensa, principalmente pelo *Sineta*. Assim, os professores não possuem diretamente uma voz; indiretamente, sua voz está na do porta-voz, seu sindicato, que negocia pelo grupo. De acordo com Indursky (2000, p. 23-24), no texto “A função enunciativa do porta-voz no discurso do MST”, o locutor sem-terra é “distinto de seu porta-voz pelo fato de este se pronunciar a partir do coletivo, o que faz dele um sujeito com legitimidade e autoridade para falar em nome dos sem terra — como grupo — quanto em nome do MST — como entidade”.

Se fizermos um paralelo entre o texto visto e o estudo que ora realizamos, observaremos que os representantes do Cpers são geralmente funcionários do governo estadual. O que diferencia o locutor funcionário/professor de seu porta-voz, o Cpers, é que este ao se pronunciar, fala a partir de um coletivo, que confia nele e faz dele um sujeito com autoridade e legitimidade junto ao grupo. Na entidade, os representantes são escolhidos; há democracia na escolha de seus representantes jurídicos.

No entanto, o sindicato representa apenas parte do funcionalismo público. Existe, então, uma fragmentação do sujeito professor: aqueles que se identificam com a entidade, concordando com suas ações, e os que se contraidentificam, pois discursivizam a partir do

discurso da educação, mas não são interpelados pela FD sindical. Isso provoca uma contradição dentro do discurso.

### 3.3.1 O “nós” vira “eu”: o Cpers/Sindicato na função de porta-voz

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação ocupa um lugar importante no cenário político do estado do Rio Grande do Sul e busca a garantia dos direitos dos trabalhadores em educação e educação de qualidade. Ao se autodesignar Cpers/Sindicato, a entidade construiu discursivamente um novo lugar político no cenário estadual e brasileiro, tanto que os sindicalistas são frequentemente criticados pela sociedade e governo, sendo até considerados como um caso à parte do magistério. Assim é que Mariza Abreu, secretária estadual de Educação afirmou na mídia de referência: “-**Uma coisa** é o magistério, o Cpers é **outra**”. (Zero Hora, nov. 2007 - grifo nosso).

O funcionamento da expressão em negrito “Uma coisa” e “outra” aponta para a exclusão de uma entidade que luta pelo direito do magistério, justamente porque o Cpers dá visibilidade ao movimento e compõe o chamado “grito de ordem” para reunir a classe, fazendo chamadas, plenárias, reuniões, assembleias, congressos e greves como ação para impedir o desmonte da educação. Enfim, o Cpers não só ocupa o lugar de representação política da classe e que negocia em nome dela, como representa um movimento de classe, bem como, em relação ao governo, representa uma oposição e constitui-se em forte pressão política, obrigando o governo a respeitar a classe.

Como o Cpers pouco consegue fazer emergir sua voz na mídia de referência, criou a própria imprensa, por meio do jornal *Sineta*, entre outros, como o *site* e *blog*, pois não consegue dialogar com o governo, conforme analisado na sd 12, ainda no primeiro capítulo deste texto.

Um discurso somente existe como prática. A denegação do “Não” denota o monólogo do governo. Para se fazer ouvir, o Cpers vai em busca de notícia, ficando atento ao que acontece com o governo para poder ser ouvido, mesmo que seja por meio da mobilização, da crítica, das sinetas, da divulgação de ideias em seu jornal. Normalmente, na mídia de referência, nós, os leitores, não temos acesso à voz do sindicato, mas aquilo que se diz sobre ele a voz do governo. Existe muita diferença entre se poder falar na mídia ou ser falado por ela. Nesse

caso, de acordo com Mariani (apud INDURSKY, 2000) “os discursos sobre são discursos intermediários, pois, ao falarem sobre um discurso, situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja ele”.

No artigo “A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST” a autora expressa que:

No lugar de um líder único, encontramos uma profusão de líderes, que ao tomarem a palavra, não o fazem em seu próprio nome, mas em nome da coletividade, ou seja, o fazem na qualidade de sujeitos políticos que falam em nome dos sem-terra do MST, resultando seu discurso em um enunciado político. ( INDURSKY, 2000).

A entidade, por meio do *Sineta*, funciona, portanto, como liderança de uma grande parcela dos professores/funcionários que a autorizaram a assumir a função de posição-sujeito Cpers, inscrita na FD sindical. Nosso objetivo neste item é entender como o primeira pessoa do discurso plural, o pronome “nós” funciona no processo discursivo que analisamos, dentro das condições de produção do discurso do governo Yeda, como o porta-voz sindical.

O sindicato interage estabelecendo o papel de porta-voz<sup>47</sup> do discurso dos professores em relação ao governo. Ele atua entre os dois campos, procurando fazer emergir os sentidos que estão invisíveis, realizando um movimento na história, uma nova ordem. Quem narra os acontecimentos ocorridos é o Cpers, que se autoinstituiu como um intermediário entre governo e profissionais da educação, como podemos observar nas sequências:

**Sd 62 - O sindicato não deixará de negociar**, mas a negociação ocorrerá com mobilização e, se necessário, com enfrentamento. (*Sineta*, set. 2008, p. 01 – grifo nosso)

No mesmo texto ainda expressa:

**Sd 63 - O nosso salário não pode mais esperar para ser reajustado e o governo do estado precisa adiantar-se a outros e implantar imediatamente o Piso Nacional para o Magistério.**

---

<sup>47</sup> A questão do porta-voz, inicialmente, é proposta por Pêcheux(1990).

**Nossa luta** ainda compreende a inclusão dos funcionários de escola na lei do piso e a defesa dos **nostros planos** de carreira. (*Sineta*, set. 2008, p. 01). Grifo nosso.

O Cpers negocia com o governo e caminha entre os dois campos: é o ponto de contato entre o governo e o magistério, sejam os professores, sejam os funcionários de escola. O elemento linguístico, o pronome possessivo “nostro”, refere-se ao Cpers, juntamente com seus participantes: os professores e funcionários.

Quando o Cpers tem acesso à palavra, seja por meio do *Sineta*, seja pela mídia de referência, fala em nome de uma coletividade, dos trabalhadores em educação. Os dirigentes do sindicato são sujeitos políticos falam em nome de todos os professores, mesmo que saibam que nem todos os profissionais são favoráveis ao posicionamento do sindicato. Vejamos:

**Sd 64** - “Queremos olhar nos olhos do povo gaúcho e apresentar nossas propostas e reivindicações, expondo um governo que sucateia a escola pública e que trata as pessoas como se fossem números” afirmou a presidente Rejane. (*Sineta*, set. 2008, p. 03).

As presidentes Simone Goldschmidt (2007) e Rejane de Oliveira (a partir de 2008) foram escolhidas como representantes pelo Cpers, colocando-se como porta-voz dos trabalhadores em educação, enfrentando o governo estadual. Como vimos, para Pêcheux o porta-voz assume uma “dupla visibilidade: ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário, o que o coloca em posição de negociador potencial, no centro de um “nós” em formação.

Diante do estudo das sequências discursivas analisadas, podemos observar a ocorrência da coexistência de um “nós”, que pode ser um nós (enquanto líderes sindicais) ou outro (enquanto os líderes somados aos trabalhadores em educação.)

Baseamos este estudo no que Cazarin assinalou sobre o pronome “nós” na obra *Identificação e Representação Política: uma análise do Discurso de Lula*(2005). A autora explica que

tal funcionamento é representativo da dispersão do sujeito enunciatador que, a partir de uma mesma forma pronominal (nós), apresenta-se, em mais de uma situação discursiva, como “trabalhador” e “dirigente sindical”, ao mesmo tempo. Produz-se

aí um efeito de “mobilidade”desse sujeito nas formas de se representar e de enunciar. ( 2005, p. 295).

Na sd 64 temos uma posição-sujeito Cpers que fala em nome de um coletivo a partir do pronome possessivo “nosso”, referindo-se ao salário. Neste caso temos um porta-voz em que o nós é dirigentes do Cpers somados aos professores. Já na sd 59 observamos a partir do verbo “queremos” e do pronome possessivo “nossos” (pertencentes à primeira pessoa do discurso, plural), que o sujeito é o Cpers enquanto os dirigentes.

O Cpers, independentemente de o nós ser dirigentes e/ou dirigentes e associados, daqueles que são trabalhadores e exigem seus direitos, fala em nome de um coletivo, porque se alcançar a vitória, isso beneficiará a todos. É por meio desse “nós”expresso pelo porta-voz que os trabalhadores em educação que possuem a mesma ideologia do sindicato passam a ter voz, deixando de ser oprimidos, marginalizados, desvalorizados, para se tornarem livres e assumir um lugar na sociedade.

## EFEITO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos tecer este trabalho, como já mencionamos, numa perspectiva arqueológico-discursiva, reunindo os discursos dispersos no interdiscurso, cuja origem é inatingível, e amarrando-os num todo, no fio do discurso. Com a materialidade formada (da aparente evidência do sentido), explicamos que a interpretação dos sentidos nunca se dá na literalidade. Os sentidos são construídos na prática que comporta uma ideologia, a qual interpela o indivíduo em sujeito a partir da FD, levando-o a se constituir no discurso. Para isso, mobilizamos conceitos da teoria Análise do Discurso de linha francesa, tal como vem sendo praticada no Brasil, convocando o movimento de língua, história, psicanálise. Com as análises mostramos que não é preciso sair da estrutura, mas é preciso considerar também o acontecimento, e que o sujeito não é mera categoria gramatical e o todo-poderoso da consciência.

O Cpers/Sindicato é uma posição-sujeito que se movimenta numa história de uma luta de classes; é um sujeito heterogêneo e disperso que pensa ser fonte e responsável pelo seu dizer, porém na sua voz ressoa um já-dito por outros movimentos de efervescência política (marxismo e anarquismo). O sindicato inscreve-se na FD do discurso Sindical perpassado pela voz de quem não quer ser oprimido. Assim, exerce uma tomada de posição a favor de saberes que já existiram e contra outros que também o precedem e que escapam em seu dizer. Isso é resultado da ideologia: ao longo da sua formação, o sujeito carrega consigo muitas vozes que o constituem como sujeito, e são essas vozes amarradas que conferem ao Cpers o discurso da resistência à dominação, apresentando o discurso da contradição.

De acordo com Orlandi (2006, p. 58), “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. Assim, o sindicato, ao designar o governo, a educação, o professor, faz ressoar em seu discurso outras vozes. Quando a voz do governo perpassa o seu discurso, fortalece sua posição, que é antagônica a ele.

No início desta dissertação, ao tratar do nosso objeto de investigação, apresentamos a justificativa do tema e referimos a metodologia utilizada. Realizamos esse trabalho porque o discurso sobre a educação nos incomoda. A sd 1, *Governo Yeda, chega de sangrar a*

*educação, senão ela pára*, inquietou-nos, levando-nos a analisar o funcionamento da linguagem deste sindicato, para conhecer como sustenta o seu dizer.

No início do trabalho tínhamos três questionamentos: Como Cpers/Sindicato sustenta o seu dizer, nomeando o governo, o professor e a educação no governo Yeda/Feijó? As discursivizações em jornais de sua representação são as mesmas do jornal de referência, no caso do *Zero Hora*? Exerce o papel de porta-voz ou de articulador entre professores/funcionários e governo estadual?

Para responder a essas questões, valemo-nos de uma pesquisa para conhecermos as condições de produção do discurso a partir do jornal *Sineta*. Tratamos do embate ocorrido entre posições-sujeito de duas formações discursivas: a FD sindical, na qual se inscreve a posição-sujeito Cpers/Sindicato, e a FD estatal. Convocamos a história do Cpers e, em seguida, contextualizamos o sindicato. Realizamos também um resgate do embate entre 2007 – 2008, não deixando de observar as publicações de 2009, que se fizeram necessárias ao longo do trabalho.

Observamos que no discurso sindical ressoam vozes de outros movimentos sindicalistas, como a expressão que ficou na história dos trabalhadores: “Trabalhadores de todo mundo, uni-vos!”. A posição-sujeito Cpers critica o governo pelas suas políticas de desmonte da escola pública, o qual, segundo a entidade, se esconde atrás de uma crise financeira para não fazer emergir a corrupção que envolve o desvio de dinheiro que deveria ser gasto em educação. A mídia, por sua vez, assume um lado interpretativo: identifica-se com a FD estatal e coloca-se favoravelmente ao governo, criticando o Cpers. Mobilizamos conceitos que envolvem língua, sujeito e ideologia, atravessados pela psicanálise a partir dos estudos da Análise do Discurso de linha francesa, bem como dos trabalhos no Brasil. Trabalhamos o discurso enquanto estrutura e acontecimento, conceitos que já havíamos previsto no primeiro capítulo, os quais se fizeram necessários para entendermos o funcionamento do discurso do Cpers, observando que um conceito em AD mobiliza outro. Assim, a teoria trabalhada foi sendo retomada ao longo do texto, movimentando outros conceitos, como designação, interdiscurso, memória e formação discursiva. No que se refere ao movimento da língua, do sujeito, da história, da ideologia atravessados pela psicanálise, percebemos que o sujeito, ao escrever, pensa ser origem do seu discurso quando retoma saberes preexistentes, contudo essa é uma ilusão. O discurso é heterogêneo porque dentro de uma palavra há vários sentidos que assumem, num gesto de interpretação, significados diferentes, dependendo da ideologia que interpela o sujeito pertencente à dada formação

discursiva. Como observamos, a palavra “greve” assume sentidos diferentes na FD estatal e na FD sindical; para o primeiro é baderna; para o segundo, garantia de direitos. Trouxemos no texto outros conceitos, como os de acontecimento, memória, silenciamento, tomada-de-posição, posição-sujeito, formação discursiva.

Em seguida, trabalhamos o conceito de subjetividade, observando as tomadas-de-posição das posições sujeito do embate, as designações de governo, de educação e de professor, bem como observamos o funcionamento do Cpers como porta-voz dos profissionais em educação. Por meio de um *corpus* constituído de materiais veiculados pelo Cpers/Sindicato no jornal *Sineta*, observamos que Cpers e governo se opõem. Por sua vez, a mídia de referência toma posicionamento favorável ao governo, identificando-se com a FD estatal e reproduzindo seus saberes. Quanto aos professores, ora se identificam com a FD sindical, ora se contraidentificam, pois nas análises observamos dissidências ao longo do discurso dentro de uma mesma instituição, fazendo emergir a contradição.

Sobre a designação, o governo vai sendo nomeado à medida que o embate aumenta e de acordo com suas práticas como sucateador, violento, autoritário, fascista. A educação é nomeada como prioridade, no entanto o governo a sucateia, desmontando a escola pública. O professor é designado como aquele que luta, que sofre, que se sacrifica pela educação, mas não é valorizado. Todas essas designações que estão materializadas na linguagem são reflexos da relação antagônica que se estabelece entre a FD estatal e a sindical.

O sindicato discursiviza estabelecendo o papel de porta-voz da forma-sujeito dos professores em relação ao governo. Ele caminha entre os dois campos, procurando fazendo emergir os sentidos que estão invisíveis, num movimento na história, uma nova ordem. Mas isso será um novo discurso. Dizemos que é um efeito de considerações finais, pois este texto está em movimento, sendo ressignificado a cada leitura. Temos certeza (um efeito) de que muitos sentidos que estão dispersos ainda escaparão ao longo desse processo de leitura e escrita neste(s) sujeito(s) cindido(s).

É importante destacar que o discurso do Cpers não termina. Ao concluir este trabalho houve novos acontecimentos que ratificam o que defendemos ao longo do trabalho. Estabelecemos inicialmente um recorte teórico dos acontecimentos entre 2007 e 2008 no jornal sindical *Sineta*. No entanto, tivemos mobilizar discursos do ano de 2009, para dar sentido às análises das sequências discursivas recortadas. Neste ano de 2010, como já afirmamos, novos acontecimentos fazem parte do cenário político no Rio Grande do Sul.



No início de 2010, o Cpers, depois de defender o plano de carreira, busca a conquista salarial, exigindo o reajuste salarial emergencial, a implantação do piso nacional, a manutenção dos planos de carreira, a liberação dos dirigentes sindicais, condições dignas de trabalho e a manutenção dos planos de carreira.<sup>48</sup> No entanto, o governo, segundo posição-sujeito sindical tenta silenciar o Cpers, já que a governadora e os secretários, Ervino Deon(educação) e Otomar Vivian(Casa Civil), recusaram-se a receber os representantes do Cpers para negociar. Enquanto isso, o salário do estado sofre o maior arrocho do país. O sindicato afirma: “Tal como um avestruz, Yeda enterra a cabeça no chão para nada ouvir e, portanto, nada responder”.

O Cpers repete dizeres de 2007, 2008 e 2009, questionando a política do déficit zero, já que o equilíbrio das contas do estado somente foi possível por meio do sucateamento dos serviços de saúde, educação e segurança, grande prejuízo aos gaúchos. Logo, observamos que quanto mais o governo tenta silenciar o sindicato, mais as metafóricas sinetas tocam em busca da garantia dos direitos, pressionando as autoridades com manifestações, plenárias, greves, para que governem a favor da educação.

---

<sup>48</sup> *Sineta*, fev. 2010.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graa1, 1985.

CAZARIN, Ercília A. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*. Ijuí. Ed. Ijuí, 2005.

CORACINI, Maria José. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

COURTINE, Jean-Jaques. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. PIOVESANI, Carlos; MILANEZ, Nilton (Org.). São Carlos: Claraluz, 2006.

FOUCAULT, Michel. (1969) *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. (1970). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

GRIGOLETTO, Evandra. *Sob o rótulo do novo, a presença do velho: análise do funcionamento da repetição e das relações divino/temporal no discurso da Renovação Carismática Católica*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

HERBERT, Thomas. *Observações para uma teoria geral das Ideologias*. Tard. De Eni Orlandi. Campinas: Rua, 1995.

\_\_\_\_\_. *Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito*. Disponível em <http://www.congressoaled2005.puc>. Acesso em: 13 set. 2007.

INDURSKY, Freda. O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas. *Gragoatá*, Niterói, n. 5, 1998.

\_\_\_\_\_. Da ocupação à invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, Freda.; LEANDRO-FERREIRA, M C. (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

\_\_\_\_\_. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (Org.). *Discurso, memória e identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

\_\_\_\_\_. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Org.) *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

\_\_\_\_\_. A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 17 -26. set. 2000.

KEHL, Maria Rita. Minha vida daria um Romance. In: BARTUCCI, Giovana (Org.) *Psicanálise, literatura e estética de subjetivação*. Rio de Janeiro. Imago, 2001.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. O quadro atual da análise do discurso no Brasil. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Michael Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Clara Luz, 2005.

MARX, Karl. ENGELS; Friedrich. *A ideologia alemã*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARIANI, Bethânia. *Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito*. Gragoatá, Niterói, nº. 5, 1998.

\_\_\_\_\_. *O PCB e a Imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan: Campinas, Unicamp, 1998a.

MITTMANN, Solange. Nem lá, nem aqui: o percurso de um enunciado. In: INDURSKY, F. LEANDRO FERREIRA, M C. (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

MORALES VIERA, Blanca. Sujeito: imaginário, simbólico e real. In. MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Org.) *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

ORLANDI, Eni *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni. *A incompletude do sujeito*. E quando o outro somos nós? São Paulo, 1988. (Série Cadernos PUC, n. 31).

\_\_\_\_\_. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Discurso & leitura*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso*. ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES (Org) *Introdução às ciências da linguagem - discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. (1969) *Análise automática do discurso (ADD-69)*. Trad. Bethânia Marianni et al. In: GADET; HAK(Org). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. (1975). *Semântica e discurso; uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: editora da Unicamp, 1997b.

\_\_\_\_\_. *Delimitações, inversões e deslocamentos*. *Cad. Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 19, jul/dez, 1990.

\_\_\_\_\_. (1983) *Discurso*. Estrutura ou acontecimento. Campinas, Ed. Pontes 1997a.

\_\_\_\_\_. *Ler o arquivo hoje*. In: ORLANDI, E. (Org). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

ROSÁRIO, Heloísa. O sujeito do discurso e a noção de porta-voz na mídia. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Org.) *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

SCHONS, Carme R. *Saberes anarquistas: reiteraões, heterogeneidades e rupturas*. Passo Fundo, RS: UPF Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. “Adoráveis” revolucionários: produção e circulação de práticas político discursivas no Brasil na Primeira República. Tese (Doutorado) - UFRGS, Porto Alegre, 2006..

ZOPPI-FONTANA. Mônica. Objetos paradoxais e ideologia. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista: Edições: Uesb, n.1, 2005.

### **ARQUIVOS DE RECORTES DISCURSIVOS:**

BOA ESCOLA PARA TODOS. Disponível em:  
<http://www.estado.rs.gov.br/direciona.php?key=Y2FwYT0xJmludD1ub3RpY2lhJm5vdGlkPTcxNjk1JnRpeG9hcnQ9MSZwZXNzb2E9JnBhZz03>. Acesso em jul. 2009.

CPERS VERSUS MAGISTÉRIO. Disponível em:  
<http://zerohora.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC,blog.BlogDataServer,getBlog&pg=1&template=3948.dwt&section=Blogs&tipo=1&coldir=1&uf=1&local=1&blog=218&post=35582&siteId=409>. Acesso: jan. 2008.

CPERS PROGRAMA GREVE E TUMULTUA FIM DO ANO LETIVO. Disponível em:  
<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2744005.xml&template=3898.dwt&edition=13693&section=1007>. Acesso: fev. 2008.

COM YEDA ONDE YEDA ESTIVER. Disponível em:  
<http://wp.clicrbs.com.br/paulosantana/2009/06/08/com-yeda-onde-yeda-estiver/>. Acesso: dez .2010.

FOLHETO COMEMORATIVO CPERS. Abr.2008.

YEDA CONTRARIA CPERS E VOLTA A DEFENDER PISO ESTADUAL. Disponível em:  
<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&newsID=a2294051.xml>, Acesso: jan. 2009.

NEGADA LIMINAR QUE ABONA FALTA DE PROFESSORES PARA PARTICIPAR DE MOBILIZAÇÃO. Disponível em:  
<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&newsID=a1697678.xml&channel=13&tipo=1&section=Geral>. Acesso: jan. 2008.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_janeiro\\_2007.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_janeiro_2007.pdf). Acesso: jul. 2008.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_especial\\_fevereiro\\_2007.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_especial_fevereiro_2007.pdf). Acesso: jul. 2008.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_marco\\_2007.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_marco_2007.pdf). Acesso: jul. 2008.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_maio\\_especial.saida.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_maio_especial.saida.pdf). Acesso: jul. 2008.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_maio\\_junho\\_2007.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_maio_junho_2007.pdf) Acesso: jul. 2008.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_junho\\_julho\\_2007.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_junho_julho_2007.pdf). Acesso: jul. 2008.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_agosto\\_setembro\\_2007.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_agosto_setembro_2007.pdf) Acesso: jul. 2008.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_outubro\\_2007.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_outubro_2007.pdf) Acesso: jul. 2008.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/cpersjornal\\_saida.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/cpersjornal_saida.pdf) Acesso: jul. 2008.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_fevereiro\\_2008\\_pdf.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_fevereiro_2008_pdf.pdf) .Acesso: jul. 2008.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_abril\\_2008.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_abril_2008.pdf) Acesso: jul. 2008.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_junho\\_2008\\_eleicoes.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_junho_2008_eleicoes.pdf) Acesso: jul. 2008.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/jornal\\_julho4\\_12\\_marco.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/jornal_julho4_12_marco.pdf) Acesso: jul. 2009.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_setembro\\_2008.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_setembro_2008.pdf) Acesso: jan. 2009.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_outubro2\\_2008.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_outubro2_2008.pdf) Acesso: jan. 2009

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/jornal\\_cpers\\_saida.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/jornal_cpers_saida.pdf) Acesso: jan. 2009

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/jornal\\_semana\\_consciencia\\_negra.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/jornal_semana_consciencia_negra.pdf) Acesso: jan. 2009

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_dezembro\\_2008.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_dezembro_2008.pdf) Acesso: jan. 2009

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_maio\\_2009.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_maio_2009.pdf). Acesso: dez. 2009.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_fevereiro.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_fevereiro.pdf). Acesso: mar.2010.

SINETA: JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL Disponível em:  
[http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta\\_novembro\\_2009.pdf](http://www.cpers.org.br/imagens/sinetas/sineta_novembro_2009.pdf). Acesso: mar.2010.